

CADERNOS DO CEOM

Revista do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina - Ano 35 - n. 56 - Jun. 2022 - ISSN 2175-0173

estudos
sobre violência

56




UNOCHAPECÓ

CEOM

CADERNOS DO CEOM

Estudos sobre violência

v. 35, n. 56

(Jun/2022)

<http://dx.doi.org/10.22562/2022.56>



REITOR: Claudio Alcides Jacoski

PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO E VICE-REITORA: Silvana Muraro Wildner

PRÓ-REITORA DE PESQUISA, EXTENSÃO, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO: Andrea de Almeida Leite Marocco

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO: Márcio da Paixão Rodrigues

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO: José Alexandre de Toni

Cadernos do CEOM

Revista do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina em parceria com os Programas de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e em Educação da Universidade Comunitária da Região de Chapecó

Pró-Reitoria de Pesquisa, Extensão, Inovação e Pós-Graduação

Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina

Rua Líbano, 111-D, CEP: 89805-510, Chapecó-SC (Brasil)

Fone: (49) 3323-4779

E-mail: ceom@unochapeco.edu.br

Webpage: www.unochapeco.edu.br/ceom

Responsável pelo CEOM: Mirian Carbonera

Editores

Mirian Carbonera – Universidade Comunitária da Região de Chapecó

André Luiz Onghero – Universidade Comunitária da Região de Chapecó

Editores convidados

Jaiison Teixeira Lino – Universidade Federal da Fronteira Sul

Ana Paula Galvão de Meira – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Conselho Editorial Nacional

Alda Lucia Heizer - Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro

Arlene Renk – Universidade Comunitária da Região de Chapecó

Celeida Maria Costa de Souza e Silva – Universidade Católica Dom Bosco

Elison Antonio Paim – Universidade Federal de Santa Catarina

Luciana Gonçalves de Carvalho – Universidade Federal do Oeste do Pará

Mario de Souza Chagas – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Mariana Batista Sampaio – Universidade Federal do Pará

Sérgio Monteiro – Universidade Federal do Pernambuco

Sibeli Viana – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Conselho Editorial Internacional

Antoine Lourdeau – Muséum National d'Histoire Naturelle, Paris (França)

Daniel Loponte – Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas/Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano, Argentina

Giulia Marciani – Università di Bologna (Itália)

Jorge Santos – Universidad de Buenos Aires (Argentina)

Avaliadores

Os editores agradecem a todos os avaliadores que emitiram pareceres para as submissões editadas em 2021 e 2022:

Airton dos Reis Pereira – Universidade do Estado do Pará

Alejandro Acosta – Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas/Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano, Argentina

Alfredo Ricardo Silva Lopes – Universidade Federal de Santa Catarina

Aline Bertonecello – Universidade Comunitária da Região de Chapecó

Aline Lazarotto – Universidade Comunitária da Região de Chapecó

Aline Montenegro – Museu Histórico Nacional

Ana Lúcia de Abreu Gomes – Universidade de Brasília

Atila Bezerra Tolentino – Ministério da Economia

Aureli Alves de Alcântara – Memorial da Resistência

Camilo de Mello Vasconcellos – Universidade de São Paulo

Carla Rocha – Universidade Federal do Pará

Carlos Guanziroli – Universidade Federal Fluminense

Carlos Victor de Sousa Ferreira – Universidade Federal do Maranhão

Claudia Battenstein – Universidade Comunitária da Região de Chapecó

Claudia Miranda – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Clovis Antonio Brighenti – Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Concepción de la Peña Velasco – Universidad de Murcia, Espanha

David Junior de Souza Silva – Universidade Federal do Amapá

David Ribeiro – Universidade de São Paulo

Délcio Marquetti – Universidade Federal da Fronteira Sul

Diego Lemos Ribeiro – Universidade Federal de Pelotas

Douglas Franzen – Centro Universitário UCEFF

Edna Moreira – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Fabio Hering – Universidade Federal de Ouro Preto

Fernanda Arno – Universidade Federal de Santa Catarina

Fernando Sáez Lara – Museo Nacional de Antropología, Madrid, Espanha

Francilene de Aguiar Parente – Universidade Federal do Pará

Francisco Oliveira – Universidade Federal do Pará

Francisco Smith – Universidade Federal do Pará

Helena Maria Marques Araújo – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Inês Gouveia – Universidade de São Paulo

Inmaculada Sánchez-Macía – Universidad de Valladolid, Espanha

José Carlos Radin – Universidade Federal da Fronteira Sul

Josiane Beloni de Paula – Universidade Federal de Santa Catarina

Jucieldo Ferreira Alexandre – Universidade Federal do Cariri

Judite Primo - Universidade Lusófona – Lisboa, Portugal

Julia Moraes – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Juliana Ricarte Ferraro – Universidade Federal do Tocantins

Juliana Santos Monteiro – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Karin Schwabe Meneguetti – Universidade Estadual de Maringá

Karla Ferreira – Instituto Federal de São Paulo

Katia Barros Santos – Universidade Federal do Pará

Keila Paula Fernandes Quadros – Prefeitura de Maracanã-PA

Laécio Rocha de Sena – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Leandro Vinícios Carvalho – Universidade Federal da Grande Dourados

Luciano Ferreira da Silva – Universidade Estadual do Piauí

Luís Aramis Silva – Universidade Federal de São Paulo

Luiz Carlos Bastos Santos – Universidade Federal do Pará

Marcelo do Vale Oliveira – Universidade Federal do Pará

Márcia de Souza – Universidade Comunitária da Região de Chapecó

Marcos Alexandre Arraes – Universidade Federal do Tocantins

Maria Aparecida Papali – Universidade do Vale do Paraíba

Maria Assunta Busatto – Universidade Comunitária da Região de Chapecó

Maria Fernanda Derntl – Universidade de Brasília

Márcia Xavier Cury – Universidade de São Paulo

Mona Ribeiro Nascimento – Universidade Federal da Bahia

Murad Jorge Mussi Vaz – Universidade Federal da Fronteira Sul

Natacha Buc - Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano

Nívia Vieira Costa – Instituto Federal do Pará

Norma Vieira Costa – Universidade Federal do Pará

Ozias de Jesus Soares – Fundação Oswaldo Cruz

Paulino Eidt (*in memoriam*)

Priscila Cabral – Universidade Federal da Bahia

Ramofly Bicalho – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Reinaldo Lindolfo Lohn – Universidade Federal de Santa Catarina

Renato Viana Boy – Universidade Federal da Fronteira Sul

Renato Costa – Universidade Federal do Pará

Ricardo Costa de Sousa – Universidade Federal de Rondônia

Sebastião Rodrigues – Universidade Federal do Pará

Simone Flores Monteiro – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Valdemar João Wesz Junior – Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Vânia de Oliveira - Universidade Federal de Goiás

Vladimir Sibylla Pires – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Tânia Zimmermann – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Ygor Klain Belchior – Universidade do Estado de Minas Gerais

Zita Possamai – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Revisão: revisão dos textos sob responsabilidade dos autores

Diagramação e Capa: CEOM/Unochapecó

Fotografia de capa: Claro Jansson. Acervo: Museu Paranaense.

SUMÁRIO

DOSSIÊ ESTUDOS SOBRE VIOLÊNCIA

- 07** **Apresentação**
Ana Paula Galvão de Meira
Jaisson Teixeira Lino
- 10** **A justiça, a violência e a micro-história de um crime: o caso de Eudócia e Porfírio na Comarca de Senador Pompeu/CE (1920-1922)**
Justice, violence and the micro-history of a crime: the case of Eudócia and Porfírio in the district of Senador Pompeu/CE (1920-1922)
Lucas Pereira de Oliveira
- 22** **A morte de Sabina Thereza de Jesus: crime, cor e relações verticais no Acarape (CE) oitocentista**
A death of Sabina Thereza de Jesus: crime, colour and vertical relations in the nineteenth century Acarape (CE)
Alan Philipe Moreira Silveira
- 35** **A penitenciária de Florianópolis (Pedra Branca) no governo Nereu Ramos (1935-1945): a implantação do sistema penal moderno em Santa Catarina**
The penitentiary of Florianópolis (Pedra Branca) in the government Nereu Ramos (1935-1945): the implementation of the modern penal system in Santa Catarina
Antonio Luiz Miranda

- 46** **Cabeças cortadas e o “fim do cangaço” em cores: imaginação e memória a partir do trabalho de colorização de imagens**
Cropped heads and “end of cangaço” in color: imagination and memory based on image colorization
Francisco Wilton Moreira dos Santos
- 61** **Dependência, contrarreforma e violência agrária na América Latina: o conflito no campo brasileiro em perspectiva (2000-2020)**
Dependence, counter-reform and agrarian violence in Latin America: the conflict in the Brazilian countryside in perspective (2000-2020)
Emerson Neves da Silva
- 73** **O enfrentamento da violência de gênero a partir da Educação Básica**
Confronting gender violence from Basic Education
Roberta Guimarães Peres
Ana Carolina Alves da Silva

ARTIGOS

- 87** **Nova Museologia: aspectos históricos e características**
New Museology: historical aspects and characteristics
Sidélia S. Teixeira
- 98** **Ser caboclo no oeste catarinense: representações de professores dos anos iniciais do ensino fundamental**
Being a caboclo in western Santa Catarina: representations of teachers in the early years of elementary school
Maria de Souza
Luci dos Santos Bernardi
Jorge Alejandro Santos

Apresentação

Ana Paula Galvão de Meira*
Jaisson Teixeira Lino**

“As pessoas podem desligar a tevê não só porque uma constante dieta de imagens de violência tornou-as indiferentes, mas porque têm medo. Como todos já observaram, existe uma curva ascendente da violência e do sadismo aceitáveis na cultura de massa: filmes, programas de tevê, quadrinhos, jogos de computador. Uma imagística que teria feito o público encolher-se e virar a cara de nojo quarenta anos atrás é vista sem sequer um piscar de olhos por qualquer adolescente nos cinemas. De fato, para muitas pessoas na maioria das culturas modernas, a brutalidade física é antes um entretenimento do que um choque. Mas nem toda violência é vista com igual distanciamento. Algumas desgraças são mais passíveis de ironia do que outras.”

Susan Sontag em Diante da dor dos outros, 2003.

A escritora, ensaísta e ativista estadunidense Susan Sontag (1933-2004) refletiu durante parte da sua trajetória intelectual, de modo plural e inesgotável, sobre os usos da violência como espetáculo a ser consumido pela sociedade, transformado em mais um produto da modernidade (SONTAG, 2003). Existem inúmeros caminhos interpretativos para nos debruçarmos sobre o fenômeno da violência, aliás, e melhor colocado, das violências em suas dimensões experienciadas. O Dossiê *Estudos sobre Violência* fora pensado como extensão dessas dimensões; a violência no campo teórico do conhecimento.

Nosso intuito, com o dossiê, esteve pautado na busca por pesquisadores e pesquisadoras das mais variadas regiões do país, os quais possuem como fio condutor de seus objetos de análise, as experiências da violência na sociedade brasileira. Como sublinhado pelo sociólogo Michel Maffesoli (1987) as variáveis das práticas de violência são constantes nas sociedades e possuem relações íntimas com a própria estrutura do ser humano, tratando-se de um fenômeno da humanidade. Para o teórico há uma tríade que sustenta as manifestações da violência nas organizações humanas: violência banal, violência anômica e violência totalitária.

Ao analisar a violência que se apresenta nas relações cotidianas, há a possibilidade de visualizarmos os aspectos salientados por Michel Maffesoli, em relação à violência banal, a qual se caracteriza por elementos astuciosos daquele que pratica a violência. A violência como fenômeno sociocultural é um caminho possível de análise para identificar o cotidiano e as relações sociais. Por esta tônica, entende-se que a violência: “[...] do homem não está na sua natureza, está no ajustamento cultural, que se dá na ordem da cultura, de certas relações de ordem conflitual.” (PERUZZOLO, 1990, p. 95).

Sobre esta temática, não podemos nos distanciar das inquietações em relação às produções de verdade, tangenciadas pelo e no discurso, a partir dos estudos de Michel Foucault (1926-1984). De

* Doutora em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Professora substituta na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campus Nova Andradina. E-mail: ana.g.meira@ufms.br.

** Pós-Doutor em Arqueologia pela Universidade de Amsterdã (Holanda). Professor Associado da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Chapecó-SC. E-mail: lino@uffs.edu.br.

certo modo, as reflexões que compõem a fase arqueo-genealógica¹ do filósofo tornaram-se basilares nos estudos das manifestações do poder nas esferas públicas e privadas, o que abrange a violência em suas mais dimensionadas formas. A contribuição do pensamento de Michel Foucault para os estudos sobre violência, é inquestionável. A partir dele reverberam as problematizações sobre os usos da violência nas instituições, nos espaços de ordem e nas próprias relações banais e cotidianas entre os sujeitos.

Assim, o seguinte dossiê apresenta-se na ânsia em ampliar o diálogo sobre as práticas de violência, suas significações e ressignificações nos diferentes saberes. Abre o dossiê Lucas Pereira de Oliveira com o artigo *A justiça, a violência e a micro-história de um crime: o caso de Eudócia e Porfírio na Comarca de Senador Pompeu/CE (1920-1922)*. O texto convida o/a leitor/a a refletir sobre os usos da violência na tentativa de resolução de conflitos, além de evidenciar as nuances da ação penal dentro da justiça brasileira. Ao voltar sua lupa teórica da micro-história para o crime de homicídio, ocorrido nos primeiros dias do ano de 1920, o autor aciona reflexões sobre honra e as noções de verdade que contornavam os discursos de magistrados no início do século XX. A violência latente na trajetória dos personagens Eudócia Ponciano, Porfírio Ponciano e Ismael Benigno na espacialidade sertaneja das primeiras décadas da República Brasileira, adquire por meio da narrativa sensível do autor, o caráter nodal das intempéries dos sujeitos comuns que tiveram suas vidas atravessadas pelo campo jurídico e o direito penal.

O artigo *A morte de Sabina Thereza de Jesus: crime, cor e relações verticais no Acarape (CE) oitocentista* é uma análise de Alan Philipe Moreira Silveira, que partindo de um crime brutal ocorrido no mês de novembro de 1876, amplia sua perspectiva reflexiva para os descaminhos de Manoel Franklin de Araújo, o Manoel Vovó personagem recorrente na feira do Acarape, o qual durante uma das suas incursões na aguardente, no ano de 1881, descarrilou a falar sobre sua participação na morte de Sabina. O cotidiano rural do norte cearense oitocentista, é palpável com as escolhas narrativas do autor, que assim como seu conterrâneo Lucas Pereira de Oliveira, nos provoca a refletirmos sobre

outras maneiras de existências, que pelos infortúnios da vida, ladearam as páginas criminais do Ceará.

O terceiro artigo do dossiê trata da Penitenciária da Pedra Branca, em Florianópolis-SC, no período do Governos Vargas no Brasil, e em parte, durante o governo estadual de Nereu Ramos, em Santa Catarina, com recorte temporal centrado na década de 1930. Intitulado *A penitenciária de Florianópolis (Pedra Branca) no governo Nereu Ramos (1935-1945): a implantação do sistema penal moderno em Santa Catarina*, o autor, Antonio Luiz Miranda, apresenta um estudo, com uso de interessante documentação primária (como os relatórios da referida penitenciária), de como, ainda durante a década de 1930, a prisão da Pedra Branca sofreu transformações, tanto físicas (com os melhoramentos de sua estrutura), como institucionais, acompanhando, a partir de 1935, os ideais totalitários paulatinamente implantados no Brasil pouco tempo antes do golpe do Estado Novo, onde iniciou-se um maior controle, repressão e eugenia dentro das instituições prisionais do país, acompanhando as ideias internacionais de maior controle (e menor tolerância) da comunidade prisional. Entrementes, também apresenta elementos do cotidiano e de resistências (como fugas e rebeliões), em resposta aos atos repressivos lá impostos.

O uso da violência como mantenedor da ordem do Estado moderno, e suas apropriações pelo imaginário alegórico da espetacularização da morte, é o tema do artigo *Cabeças cortadas e o “fim do cangaço” em cores: imaginação e memória a partir do trabalho de colorização de imagens*, de autoria de Francisco Wilton Moreira dos Santos. Por meio da análise da fotografia das “cabeças cortadas”, despojos do bando de Lampião em 1938, o autor se debruça sobre o processo de colorização do artista plástico Rubens Antonio da Silva Filho, e as ressignificações do cangaço suscitadas pelos meios digitais.

Emerson Neves da Silva apresenta o artigo *Dependência, contrarreforma e violência agrária na América Latina: o conflito no campo brasileiro em perspectiva (2000-2020)*, onde, a partir da teoria da dependência marxista aplicada à América Latina, discorre sobre os processos históricos desse subcontinente que levaram, em um primeiro momento, no século XX, à governos populares e

progressistas, e, como resposta, as contrarreformas neoliberais e, em certos casos, conservadoras, que se acentuaram a partir do início do século XX, em países como Paraguai, Argentina, Bolívia, Equador e Brasil, sendo este último país, colocado em estudo de caso, na associação dos golpes neoliberais com a violência inerente do capitalismo latifundiário imposta sobre as populações do campo, como agricultores familiares, indígenas, quilombolas, etc, sendo que, na parte final do texto, analisa ações institucionais, como a “Medida Provisória da Grilagem”, que foram sendo criadas a partir do golpe que destituiu a presidenta do Brasil Dilma Rousseff, em 2016.

Encerrando os textos que compõem o dossiê, Roberta Guimarães Peres e Ana Carolina Alves da Silva discorrem no artigo *O enfrentamento da violência de gênero a partir da Educação Básica* sobre o cenário atual de assincronias entre as políticas públicas e os estudos de gênero direcionados para a educação básica. As autoras nos instigam a refletir sobre o caráter fundamental da educação, como agente social impulsor da desconstrução do patriarcado, e por conseguinte, da violência de gênero.

Em síntese, o dossiê apresenta seis artigos com uma pluralidade de temas, mostrando como o tema “violência” permeia os mais diferentes aspectos da vida humana, e conseqüentemente, reflete na miríade de possibilidades de estudos nos campos dos conhecimentos diversos das chamadas Humanidades. Desse modo, pensamos ter o dossiê cumprido o seu papel primordial: reunir trabalhos com diversidade não apenas temática, mas também com diferentes recortes temporais e espaciais, além da variação de aspectos teóricos, metodológicos e de fontes.

Além dos artigos temáticos do Dossiê *Estudos sobre Violência*, a edição número 56 da Revista Cadernos do CEOM elenca ainda na seção de artigos de fluxo contínuo, os seguintes títulos: *Nova Museologia: aspectos históricos e características*, de autoria de Sidélia S. Teixeira e *Ser caboclo no oeste catarinense: representações de professores dos anos iniciais do ensino fundamental*, de Maria de Souza, Luci dos Santos Bernardi e Jorge Alejandro Santos.

Nota

1 A obra de Michel Foucault foi organizada por seus estudiosos em três momentos fundamentais: fase arqueológica, fase genealógica e a fase ética/estética. Para alguns apontamentos sobre essa análise, verificar Gomes (2012).

Referências

GOMES, Daniel de Oliveira. O último Foucault e o retorno transversal aos gregos. *Archai*, n. 9, p. 37-44, jul-dez, 2012.

MAFFESOLI, Michel. **Dinâmica da violência**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais; Edições Vértice, 1987.

PERUZZOLO, Adair Caetano . Violência, Direitos e Cidadania. **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, n. 100. p. 83-102, 1990.

SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

A justiça, a violência e a micro-história de um crime: o caso de Eudócia e Porfírio na Comarca de Senador Pompeu/CE (1920-1922)

Justice, violence and the micro-history of a crime: the case of Eudócia and Porfírio in the district of Senador Pompeu/CE (1920-1922)

Lucas Pereira de Oliveira*

Palavras chave:
Violência
Campo jurídico
Normas

Resumo: O presente ensaio busca analisar, a partir da lente micro de um caso, as práticas da justiça e as ações de violência cometidas na comarca de Senador Pompeu, no Ceará, no início do século XX. Partindo dessa concepção, discutimos o processo de construção do crime, o uso da violência como tentativa de resolução de conflitos e as nuances da ação penal dentro da justiça brasileira. Consideramos, portanto, neste trabalho a interdisciplinaridade da ciência histórica com as áreas do direito e da sociologia. A partir da abordagem da micro-história e das reduções da escala de observação, o processo judicial do réu Porfírio Ponciano e da vítima Ismael Benigno, registrado na comarca de Senador Pompeu em 03 de janeiro de 1920, dimensiona-se na construção do crime diante do judiciário e o uso da violência pra resolução de suas conflitualidades.

Keywords:
Violence
Legal field
Standards

Abstract: This essay seeks to analyze, from the micro lens of a case, the practices of justice and the acts of violence committed in the district of Senador Pompeu, in Ceará, in the beginning of the 20th century. Based on this conception, we discuss the process of crime construction, the use of violence as an attempt to resolve conflicts and the nuances of criminal action within the Brazilian justice system. Therefore, in this work, consider the interdisciplinarity of historical science with the areas of law and sociology. From the micro-history approach and the observation scale reductions, the judicial process of the defendant Porfírio Ponciano and the victim Ismael Benigno, registered in the district of Senador Pompeu on January 3, 1920, is dimensioned in the construction of the previous crime of the judiciary and the use of violence to resolve their conflicts.

Recebido em 3 de novembro de 2021. Aprovado em 26 de abril de 2022.

Considerações iniciais

A violência cria e recria os espaços sociais, culturais, tradições, gêneros, classes, Estados, regimes políticos, etc, está presente até mesmo, nos espaços mais minúsculos do cotidiano (BERNASKI, 2016).

As histórias de violências e conflitos, ao longo da história, demonstraram as redes de relações estabelecidas entre os sujeitos, entre as leis e entre as instituições. À medida que a vida coletiva se desenvolveu, o pensar social sobre temáticas que desnudaram os aspectos sociais e culturais passaram a inferir reflexões sobre esses momentos, não com um viés de julgamento, mas de compreensão para

* Doutor em história pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Professor do departamento de história da Universidade Estadual do Ceará, campus Crateús (UECE). E-mail: lucasp.oliveira@uece.br

seu uso como aspectos culturais constituídos nas relações sociais de seu tempo.

Dessa forma, objetivamos problematizar nesse ensaio, um conflito judicial ocorrido em 1920 na comarca de Senador Pompeu, no Estado do Ceará, discutindo o processo de construção do crime, o uso da violência como tentativa de resolução de conflitos e as nuances da ação penal dentro da justiça brasileira.

Metodologicamente, esse ensaio se aproxima da abordagem da micro-história italiana, por entender a necessidade de recuperar a complexidade da análise, da renúncia às leituras esquemáticas e gerais para “poder observar realmente como se originavam comportamentos, escolhas e solidariedades” (LEVI, 2016, p. 21). Esta, surgida no final dos anos 70, frente às inquietações que a história social vivenciava, permitiu aos historiadores perceber aspectos numa “escala de observação” que, de outro modo, passariam despercebidos por outras metodologias. Dessa forma, utilizamos como fonte primária para este ensaio o processo judicial do réu Porfírio Ponciano e da vítima Ismael Benigno¹, registrado na comarca de Senador Pompeu em 03 de janeiro de 1920, para problematizar a construção do crime e o uso da violência pra resolução de conflitos.

A Micro-história, vista em escalas reduzidas de observação, pode se:

enxergar aquilo que escapa à Macro-História tradicional, empreendendo para tal uma “redução da escala de observação” que não poupa os detalhes e que investe no exame intensivo de uma documentação. Considerando os exemplos antes citados, o que importa para a Micro-História não é tanto a “unidade de observação”, mas a “escala de observação” utilizada pelo historiador, que observa e o modo intensivo como ele observa o seu objeto (BARROS, 2007, p. 170).

O conceito de violência é, atualmente, amplamente discutido por diversas áreas do conhecimento e ganha um aprofundamento pelos cientistas sociais que dedicam não somente a problematizar esse conceito, mas de compreender os mecanismos de inserção e estabelecimento dele diante da realidade concreta das vidas das pessoas, chamando atenção aos historiadores, pois, as violências, dores e sofrimentos dos envolvidos

também são “lugares para a história” (FARGE, 2011).

Nesse sentido, procuramos evidenciar-lá como plural e controversa. Sua utilização, tanto por pessoas comuns, quanto por autoridades legais, fez parte do cotidiano das experiências sociais, uma vez que ela se caracterizava como componente inseparável nas diferentes instâncias da vida do povo cearense (VIEIRA JUNIOR, 2006). Dessa maneira, essa sua naturalização nas relações sociais e culturais, nos ajuda a compreender a presença da violência como uma dimensão inseparável do cotidiano dos homens livres pobres, fornecendo parâmetros que redefinem as tradicionais visões da solidariedade comunitária, ao apontar para o fato de que a experiência de relações sociais, estabelecidas com base no “mínimo vital”, condicionava a emergência constante da violência (FRANCO, 1983).

A estruturação desse artigo, obedece às reflexões iniciais nesta introdução, constando o aporte teórico e metodológico que abarca o presente estudo e a parte seguinte, que traz à luz um caso sobre a construção do crime de homicídio, diante das autoridades judiciais da comarca de Senador Pompeu, no estado do Ceará.

A construção do crime dentro do campo jurídico

Em 03 de janeiro de 1920, na cidade de Senador Pompeu, no Ceará, a autoridade policial autuou como réu Porfírio Ponciano Sobrinho, acusado de matar o homem chamado Ismael Benigno. Este crime foi motivado pelo defloramento de Eudócia Ponciano, irmã do acusado. Ao adotar tal prática de violência, o indiciado demonstrou ter feito justiça, mesmo contra os preceitos da norma penal brasileira à época. Aqui, a concepção de direito enquanto conjunto de leis normatizadas, nascidas das inquietações de seu período, pareceu não estar em sintonia com o sentido subjetivo de justiça atribuído por Porfírio Ponciano. Como destacado por Thompson (1987), esse valor subjetivo de atribuição do direito legal e/ou costumeiro, estabelece relação intrínseca com as questões vivenciadas na conjuntura específica, fazendo a lei e

o direito ser fruto de sua temporalidade e das inquietações socioculturais.

Na construção do crime dentro do campo jurídico, nas primeiras páginas do inquérito policial, o delegado Joaquim Conrado de Oliveira, assinou a portaria que determinava a intimação dos peritos afim de proceder ao exame de corpo e de delito para constatar as causas da morte de Ismael. No dia seguinte, o procedimento foi acatado pelo escrivão de plantão, Raymundo Ricarte da Cunha, na qual determinou-o aos Drs. José Paracampos e Leonel Ribeiro do Valle que procedessem as ordens do delegado.

O desenrolar desse momento pode ser facilmente observado no auto de exame cadavérico que relatou:

Aos quatro dias do mês de janeiro do anno de mil novecientos e vinte, nesta cidade e comarca de Senador Pompeu, do Estado do Ceara, pelas oito horas, em casa de residência de dona Maria Jose à praça Dom Manuel, número dezoito presentes o Delegado de polícia deste termo, Joaquim Conrado de Oliveira, commigo escrivão interino de seu cargo, as testemunhas abaixo assinadas e os peritos nomeados Dr. José Paracampos e Leonel Ribeiro do Vale, o primeiro profissional médico e o ultimo práctico de pharmacia, residentes nesta cidade, o Delegado deferiu o compromisso de bem e fielmente declararem com verdade o encontrarem e em sua consciência entenderam e, encarregou-lhes que procedessem o exame do cadáver Ismael Benigno que alli se achava (p. 04-06).

O delegado Joaquim Conrado ao se dirigir aos peritos, o primeiro médico e o segundo farmacêutico, solicitou que ambos os profissionais se comprometessem acima de tudo com a verdade, buscando responder aos quesitos propostos. Tais quesitos são praxes no cotidiano institucional da delegacia, onde todos os casos seguem o mesmo formulário com algumas adaptações. As perguntas redigidas a eles foram:

1° se houve morte; 2° qual o meio que o assassinou; 3° se foi ocasionado por veneno, substancias anestésicas, incêndio, asphixia, ou inundação; respostas especificadas; 4° se por sua natureza e sede foi causa efficiente da morte; 5° se a

constituição ou estado mórbido anterior do offendido comcorreram para tornar-o irremediavelmente mortal; 6° se a morte resultou das condições personalíssimas do offendido; 7° se a morte resultou, não porque o mal fosse mortal, e sim por ter o offendido deixado de observar o regime medico hygienico reclamado pelo seu estado (p. 07)

Depois de qualificar as características da vítima como sendo um homem branco e estatura mediana, a resposta dos peritos foi contundente em dizer que encontraram na região da cabeça um orifício circular de dimensões de um centímetro, aproximadamente. E outros dois ferimentos, de dimensões menores no braço direito. Ambos foram feitos pela deflagração de arma de fogo numa pequena distância, respondendo a segunda indagação. Aos quesitos um, quarto e cinco responderam sim. Ao terceiro, quinto e sexto responderam prejudicado. E ao sétimo responderam não.

Como destacado pelo viés da micro-história, os componentes que acabam sendo inseridos nas peças judiciais nos auxiliam a construir o entendimento do tipo de sociedade existente em Senador Pompeu, no Ceará. Podemos, portanto, através de apenas um aspecto levantado no processo judicial, fazer um movimento de reflexão sobre a sociedade pompeuense que utilizou da violência para resolver suas querelas. As características dos envoltimentos resguardam diversas semelhanças com os demais processos transitados em julgado no mesmo período do estabelecimento desta ação, a dizer sobre os instrumentos utilizados, as características sociais dos sujeitos e também sobre as decisões tomadas pelo judiciário local.

Durante todo o percurso do inquérito policial, o delegado buscou reconstruir provas com o propósito de solucionar igualmente esse crime violento na comarca de Senador Pompeu, Ceará. Neste caso em específico, mais do que solucionar o episódio, haja vista o réu ter se entregado assim que cometera o homicídio, foi necessário entender as motivações, o sentido de justiça que este sujeito carregou e ainda como isso foi visto pelos profissionais do direito que reelaboraram esse processo, demarcando suas impressões com base na norma, mas também com suas convicções pessoais

baseadas em suas experiências sentidas e percebidas no mundo.

Na obra de Ginzburg (1993a), que aponta a relação entre o trabalho do magistrado e as funções dos historiadores, entendeu-se que embora as evidências sejam encaradas como provas, o processo de desconstrução social das mesmas é imprescindível para figurar nas narrativas como a do caso réu Porfírio Ponciano e da vítima Ismael Benigno. Ambos os envolvidos tiveram suas vidas julgadas por uma norma, que pela legislação buscava ser objetiva e racional, mas que na prática daqueles operadores do direito era permeada de subjetividades, seja suas concepções teóricas sobre a legislação, suas tendências das escolas jurídicas, sua concepção social entre outros.

Para começar a visualizar o que de fato ocorrera naquele três de janeiro, a oitiva do réu foi construída dois dias após o ocorrido, exatamente às 12 horas na casa da comarca municipal. Temos aqui um homem com 16 anos de idade, filho legítimo de Pedro Ponciano, natural do Estado do Amazonas, trabalhador do comércio, sabendo ler e escrever que interrogado sobre o que de fato ocorreu naquele dia, relatou:

Respondeu que tendo acabado de jantar as quatro e meia da tarde, mais ou menos do dia três do corrente mez, conversavam sobre a sua viagem com o seu irmão Ryamundo Ponciano para o Rio onde iam sentar praça, isto é conversava com sua irmã Eudocia Ponciano, de 17 annos de idade, quando esta lhe narrou que se achava defflorada por Ismael Benigno e que elle e o seu referido irmão iam para o Rio e ella é quem ficaria soffrendo; que em vista disto elle declarante armou-se de um revolver e sahiu para as ruas em procura do referido Ismael (n.p).

No depoimento, Porfírio diz que encontrou Ismael sentado na bodegai de sr. Álvaro e sacou uma arma, dando-lhe um tiro no seu peito. À medida que seu depoimento foi se intensificando, ele ainda relatou que,

sacou o revolver e dizendo ao referido Ismael que se preparasse para morrer, deu-lhe um tiro, e agarrando-se Ismael com o dono da bodega Álvaro, elle declarante procurou desviar a Álvaro e deu mais dois a três tiros em Ismael, deixando-o prostrado; que retirando-se encontrou na calçada o seu referido irmão Raymundo Pociano que lhe perguntava o que era aquillo ao que elle respondeu que não era nada e sahiu apressadamente, sendo acompanhado pelo seu referido irmão, seguindo até a casa de residência do Cel. Annanias de Magalhães, onde fôra se entregar a prisão; que chegando em seguida a força publica commandada pelo Sargento Alfredo Cleobulo, sendo conduzido para a prisão com o seu irmão Raymundo Ponciano que se achaca também presente (n.p).

As experiências tratadas dentro desse campo são forjadas e redimensionadas pelos atores que as compõem. Há uma linha tênue entre o crime e a justiça que é definida em comum acordo entre aqueles que a fazem, resultado de uma intensa negociação entre seus operadores jurídicos em face de uma questão posta pelo convívio social e levada ao Judiciário. A justiça, nesse sentido prepara, apreende, concede e define, tendo como referência os padrões que os homens e mulheres letradas estabelecem através da história. A justiça e o direito, nesse caso em específico, constituem campos conflituosos e constitutivos das próprias relações sociais do período. E através disso, podemos observar este conflito entre os diferentes significados do direito, aproximando-o para o campo da história social (LARA, 2006).

Ainda sobre isto, Thompson (1987) enfatizou que a lei não pode ser localizada apenas no mecanismo jurídico e legislativo, mas perpassa as relações sociais, como por exemplo, quando os sujeitos se apropriavam das leis e as transformavam em um campo de conflitos e disputas, permitindo aos segmentos populares conquistar alguns frutos. E essas ações não podem ser compreendidas como condicionantes de situações pré-determinadas. Elas devem ser compreendidas como atitudes escolhidas e decididas (THOMPSON, 2011). Deste modo, a atitude do indiciado em significar sua ação como direito, possibilitou o advogado usar da lei para dar prosseguimento aos autos judiciais. E essa ação não foi escolhida ao acaso, mas foi pensada, discutida e

selecionada na tentativa de estabelecer, dentro do direito, a legitimidade de sua ação.

Voltando ao caso em tela, para que ocorresse o contraditório era preciso deixar a “pivô” do delito se pronunciar. Às 12 horas do dia 6 de janeiro de 1920, na casa do Pedro Ponciano (irmão do indiciado) o delegado conversou com a Eudócia Ponciano, 17 anos de idade.

Respondeu que no dia vinte e três de outubro do ano passado, estando ella respondente pelas quatro horas da tarde na sala da frente da casa de sua residência fraterna, sentada em um sofá, sem nenhuma companhia nesta occasiao, quando entrou inesperadamente e sem sua permissão, Ismael lhe contou que sabia de uma historia horrorosa contra ella, contata por um rapaz, e que so lhe preferia contar em lugar onde ninguém prezenciasse. Que ela respondeu dizendo que o procuraria em casa de Antonio Soares para saber desta historia, elle se recusara allegando que a mulher de Antonio Soares, sua irmã poderia prezenciar e que ela fosse as sete horas da noite no portão do quintal que elle contaria tudo, que ella curiosa de saber de que se tratava, disse-lhe que talvez fosse; que a hora marcada, ella seduzida pela curiosidade foi na hora marcada, justamente a hora que chegava o trem na estação e la encontrou no lugar marcado, o referido Ismael a quem pediu que contasse logo a historia, ao que elle lhe respondeu segurando-a pelo braço, que a muito tempo andava atrás della; que ella procurando gritar, foi impedida por Ismael que lhe punha a faca em cima do seu peito, ferindo-a levemente; que ella responderou lhe pedindo que não a desgraçasse, elle lhe respondera que isto não era desgraça e que ella se sujeitasse a elle se não morria; que ella respondeute ficando sem acção e aterrorizada. O referido Ismael derribou-a, tirou-lhe fora as calças e deflorou-a, ameaçando-a em seguida de matar a ella ao pae e irmãos ou quem quer que seja (n.p).

Ela ainda seguiu em seu depoimento:

Atirava bibletes na sala pedindo para ir para o local indicado, onde tinha se realizado o seu deloramento, que ella respondeu nunca mais atende-lo ao seu chamado , quando um bela noite passados uns quinze dias mais ou menos. Ismael penetrou em casa fraterna della foi ao seu quarto

de dormir, diretamente a rede, onde ella se achava e pondo-lhe o punhal em cima e serviu-se novamente della praticando a cópula carnal por duas vezes (n.p).

Assim como o ofício dos historiadores é encontrar provas, buscar evidências na narração, o trabalho dos juízes e dos delegados é exatamente o mesmo, claro resguardado as suas peculiaridades. Na obra *El Juez y o el historiador*, Ginzburg (1993b) analisou o julgamento de Adriano Sofri pelo crime cometido contra Leonardo Marino e Luigi, e indagou as relações intrincadas, por vezes obscuras e ambíguas destes profissionais, demarcando, por exemplo as estratégias de obtenção de possíveis respostas. No caso do processo de Porfírio, o delegado Joaquim Conrado buscou ter o controle das afirmações de Eudócia, a medida em que, muitas vezes, condicionou as respostas da mesma. Embora o seu depoimento fosse bastante detalhado, ele foi desacompanhado de uma garantia suficiente de prova, assim como Ginzburg (1993b) indagou em seu caso analisado.

A sua narrativa traz minúcias, desde o primeiro contato com Ismael Benigno até o cometimento do crime. Entretanto, para o advogado de defesa isso ocorreu sem a devida comprovação do acontecido. Portanto, o depoimento criado, da estória horrorosa, da noite do encontro no portão do quintal, do horário marcado na chegada do trem na estação, da faca em cima do peito, tudo isso foi dito, mas que não corroborava por descobertas objetivas.

Pensando exatamente nisso e para contradizer os diversos julgamentos feitos no caso de Sofri durante as décadas de 80 e 90, Ginzburg indagou que nos julgamentos e nos depoimentos de Adriano Sofri, Giorgio e Ovidio foram permeados de grandes detalhes, mas com falta de garantias suficientes. Vejamos o que ele descreve:

Todo esto fue relatado com gran abundancia de detalles. Pero los informes, por minuciosos que sean, de um acusado-testigo no constituyen ometido suficiente: ometid había visto yo em los juicios de la Inquisición romana del siglo XVII, al reler los ometido por brujería celebrados por sus tribunales. Para poder ser tomada em cuenta, uma confesión debe ser corroborada por desubrimientos objetivos (GINZBURG, 1993b, p. 17).

Desde sua fase inicial de denúncia ou parecer ministerial até a fase de instrução e julgamento, esta noção de verdade e das descobertas objetivas, travadas por estes operadores do direito vão permear toda a ação judicial.

Nesse aspecto, esclareceu Fausto (2001), que o quê está em jogo é uma certa ‘verdade’ que o ‘real’ parece encerrar, enquanto “um esquema elementar sobre o qual (...) se reconstituirá um modelo de culpa e um modelo de inocência” (p. 36). Dessa manipulação do real configuram-se discursos, tanto de acusação como de defesa, capazes de representar uma importante evidência para a compreensão de fatos e valores sociais. Entrementes, como destaca Chalhoub (1986), o essencial em cada história abordada não é descobrir o que realmente se passou, mas compreender como se produzem e se explicam as diferentes versões dos fatos.

Para obter-se essa verdade processual, os depoimentos dos envolvidos e das testemunhas, Álvaro Cezar de Souza de 27 anos de idade; Luiz Costa e Silva de 21 anos de idade; Antônio Mourão de 16 anos e Antônio Benigno de Sousa de 23 anos são confrontados e passam por todo o percurso pré-determinado pela legislação brasileira. A construção dos depoimentos obedeceu a uma mesma estrutura, onde inicialmente há a qualificação do depoente e a solicitação de que eles prometam dizer a verdade. E logo após o que sabem sobre o crime e ainda sobre o que sabem sobre o perfil dos envolvidos na cidade.

O curioso de notar nesse caso é que o réu decide por não se pronunciar ao delegado. Perguntado se ele tinha provas de sua inocência, o Porfírio apenas respondeu que seu curador e advogado apresentará as provas legais em outro momento. Vemos que a construção da estratégia de ação se dá na confluência advogado-acusado. Talvez essa sagacidade tenha sido intuída em virtude das condicionantes (o delegado elabora algumas perguntas já para obter determinadas respostas) perguntas das inquirições feitas pelo delegado. Falar em juízo, por seu advogado, foi a saída encontrada por eles.

Fazendo um movimento mais amplo, proposto pelos aspectos teóricos e metodológicos da micro-história, essa realidade-micro do caso resguarda semelhanças na prática dos advogados da

região, como é o caso do uso da estratégia de ganhar tempo para a localização de provas e a opção de não falar numa primeira feitura do caso, ainda na delegacia de polícia. Distintos trabalhos como Antunes (2005) e Batista (2006), aponta para realidades semelhantes, embora estejam elas temporalmente próximas, mas localizadas em regiões distintas do Brasil.

Já em juízo, em nenhum momento ele tratou de negar o fato pelo qual seu cliente foi acusado pelo promotor público. Todavia, exalta o art. 32:2º, combinado com o art. 34 do Código Penal de 1890, uma vez que os depoimentos de todas as testemunhas ficavam latente que seu cliente agiu em legítima defesa de sua irmã.

O advogado do réu, Floriano Benevides Magalhães, em seu parecer final indagou com nitidez:

E firmado na lei, firmado na razão, firmado na justiça que, de olhar vendado castiga os criminoso e da liberdade aos que, num ímpeto levíssimo cumpriu o mais sagrado de seu deveres – de defender a honra de sua Irma, foi que Porfírio Ponciano, logo após ter ometido o homicídio em Ismael Benigno, confessar espontaneamente o que havia feito, entregando-se ao poder publico, cõscio de que recebera de todos os membros da justiça o premio de liberdade que lhe é garantido pelo art. 3232º que preceitua não serem criminosos os que praticarem o crime em legítima defesa (n.p).

E ainda esclareceu, “Ora Porfírio Ponciano fez defender o direito da honra de sua Irma. E, que coisa mais sublime, que coisa mais preciosa do que a honra? Que direito, portanto, mais sagrado que o de repetir com a morte seu ataque feito a honra de sua Irma, quando este ataque não pode ser reparado” (n.p).

Temos nestes trechos recortados na ação penal de Porfírio Ponciano elementos importantes que merecem atenção. O primeiro, a busca por legitimação dentro desse campo jurídico, o advogado de defesa inicia a sua redação final para o pronunciamento do júri evocando a lei e a justiça para dar início ao seu parecer. Evidenciamos que isso não fora colocado sem nenhuma intencionalidade, mas seu uso foi exatamente para respaldá-lo na sua

análise ao caso. É importante que a figura desse operador do direito esteja baseada não somente em preceitos pessoais, mas imbuída de noções de direito. Ao evocar a lei e a razão espera-se que o público o perceba como alguém de confiança acerca das regras e normas jurídicas. Deste modo, o seu posicionamento em solicitar a absolvição do réu não é baseado apenas nos costumes que acreditam que alguém tem o direito de defender a sua honra e de sua família, mas que isto está respaldado nas normas vigentes, servindo como um elemento a ser considerado pelo direito brasileiro, portanto passível de absolvição.

Ora, o advogado de defesa nesse caso faz questão de enaltecer uma característica social muito cara a ele – a família. O crime cometido aqui não teria as mesmas circunstâncias de um crime qualquer. Porfírio Ponciano na visão do representante da justiça trata-se de alguém íntegro e que agiu corretamente, mesmo matando outrem. Ao fazer uma breve analogia, o advogado narrou que o olhar vendado da justiça castiga o criminoso, mas que neste caso, Porfírio não se enquadra nesse adjetivo, pois ele é digno de liberdade por exercer o sagrado dever de irmão.

Insera-se, portanto, um valor de honra, que é historicamente construído a partir do surgimento do valor heroico, seu necessário reconhecimento pelo outro e sua materialização (CZECHOWSKY, 1992). Ao analisar o nordeste brasileiro, Albuquerque Júnior (1995), por exemplo, descreve que ações que destacassem a bravura do nordestino, a riqueza de seu patrimônio moral e o empenho em defender fundamentalmente a honra da família. Portanto, o valor da honra demarcada dentro da ação judicial é resultado da construção histórica na sociedade nordestina de natureza patriarcal, cuja herança cultural tem a violência como instrumento permeando as relações sociais cotidianas, públicas ou privadas.

Compreendemos que a sociedade estabelece normas que ganham sentidos e significados à medida que os sujeitos sociais as seguem e/ou burlam. E ao infringi-la todo o aparato punitivo do Estado acaba por voltar-se ao indivíduo para puni-lo. Entretanto, por confiar na justiça, o réu neste caso se entrega as autoridades policiais por entender que o quê cometera não foi um crime, esperando assim que

não haja punição. Dessa forma, o advogado reafirma constantemente essa peculiaridade do delito e que o faz distinto dos demais casos da comarca.

Aqui mais uma característica do advogado pode ser evidenciada – a sua religiosidade. Embora nos faltem elementos para comprovar a religião do mesmo, indícios evidenciam para sua forte ligação com a religião. Para os historiadores, a importância das probabilidades é vasta e menos perigosa do que para os juízes, como descreveu Ginzburg (1993a). Dessa forma os silêncios e as lacunas, podem levar ao historiador pensar em novos problemas.

Veamos as expressões utilizadas por ele:

Que direito, portanto, mais **sagrado** que o de repelir com a morte um ataque feito a honra de alguém? (...) Formado em um **leito de Procusto**, a moralidade teria de aparecimento da terra e toda a cidade era uma **Sodoma** (...) pois, condenados a retrogradar até ao **paganismo** e voltariam a **adorar Jupiter** Redictor. [grifo meu] (n.p).

Embora ele esteja, a todo momento, mostrando que sua análise parte dos preceitos jurídicos constitucionais, a sua forte relação com a religião e mitologia também se torna evidente. No Brasil de maioria católica, ainda seria pertinente utilizar-se da religião como mais um elemento para contribuir para a absolvição de Porfírio, haja vista a população cearense ser quase que totalmente católica, segundo dados do IBGE³. Durante todo o seu parecer, ele utilizou o termo sagrado diversas vezes, na tentativa de enaltecer a atitude de seu cliente. Embora, a primeira Constituição republicana já definisse o Brasil como um país laico, abolindo a ideia do catolicismo como religião oficial e da defesa de subvenções oficiais às igrejas.

Silva (2010, p.77) destacou que dentro da perspectiva de construção da Constituição, os liberais travaram embates contra esse mecanismo centralizador e sufocador das autonomias regionais. Assim, a realidade dos poderes locais, “sedimentada durante a colônia, ainda permanecia regurgitante sob o peso da monarquia centralizante. A ideia descentralizadora, como a republicana, despontara desde cedo na história político-constitucional do Império”.

A construção de sua narrativa ratificou a cidade de Sodoma, que de acordo com a bíblia foi

juntamente com Gomorra, destruída por Deus com fogo caído do céu em decorrência de práticas consideradas imorais pelos israelitas, a exemplos de ganância, apego excessivo a propriedade e a falta de compaixão. E ainda traz a cidade de Procusto da mitologia grega que representa, em regra, a intolerância do ser humano em relação ao seu semelhante. O que o advogado buscou evidenciar foi que a atitude do seu cliente pudesse ser compreendida por aqueles que o julgam. O jogo entre o direito positivista na qual ele carrega integra-se a religião, onde o sentido de justiça de preservar a sua família é maior do que a norma que estabelece o código penal de não matar.

O advogado parece também jogar com as concepções de direito existentes. Desta maneira, temos aqui a possibilidade de refletir acerca das teorias do direito criminológico. Este operador, no uso de suas atribuições legais, indagou as possibilidades que as correntes jurídicas alcançaram ao longo do tempo, seja do direito natural, clássico e/ou positivista. Apresentamos um contexto em que o processo de “racionalização” do direito moderno ocorrido na Europa, o “choque” entre as diferenças do direito clássico e positivo e o processo civilizador experimentado alimentavam as discussões do período.

Ainda no parecer do defensor, ele foi justificando a ação cometida por seu cliente e, a todo momento, ressaltando os aspectos sociais e a importância positiva atribuída a tal ato. Vejamos o que descreve este trecho: “Que seria então da sociedade se o homem não tivesse o direito de repelir a ofensa feita á honra de sua irmã, por um facínora? O mundo seria assim (...)” (n.p).

Temos um caráter bem subjetivo no discurso do advogado. Subjetivo no sentido da atribuição dada ao sentido de justiça e/ou direito neste caso. O direito natural, aquele que antecede todas as outras teorias do direito, precisa ser resguardada pelo poder do Estado, e nenhuma lei poderia punir um homem que age em defesa da vida e a defesa de sua irmã. Ao fazer essa interrogação, o advogado colocou o juiz e os jurados para refletir não só sobre a importância de tal ato, mas também que sociedade foi essa.

Como podemos identificar nos discursos dos operadores do direito, o crime em tela que ali ocorreu não teve as mesmas características de um

crime qualquer, afinal, Porfírio só “lavou a honra de Eudócia e de sua família” (p.34). Esclarecendo que Porfírio Ponciano “não era um criminoso, mas sim digno de admiração e justiça e íntegro de liberdade” (p.49). Desta forma, ele foi considerado pelo representante do Estado como isento de qualquer penalidade⁴. E os depoimentos das testemunhas são direcionadas pelo delegado sempre no sentido de identificar as qualidades do réu.

Vejamos o depoimento da testemunha Álvaro Cezar de Souza, 27 anos de idade e comerciante:

Perguntado se o comportamento de Porfírio Ponciano era bom ou mau? Respondeu que tanto Porfírio Ponciano como seus irmãos são tidos como rapazes bem conceituados e de bom comportamento. Perguntado sobre o comportamento de Ismael Benigno? Respondeu que era também de comportamento bom mas que vivia sempre de jogo. E como nada mais disse, nem lhe foi perguntado. [grifo meu] (n.p).

E ainda o depoimento de outra testemunha, Luiz Costa e Silva, 21 anos de idade e também comerciante:

Perguntado qual o procedimento e conduta de Porfírio? Respondeu que tanto ele como seus irmãos são rapazes de bom comportamento. Perguntado o que sabia de conduta de ismael? Respondeu que não podia ter boa conduta, francamente so vivia de jogo. E como nada mais disse, nem lhe foi perguntado, deu-se por terminado esse depoimento, que sendo lindo e achado conforme, assina com o mesmo delegado. [grifo meu] (n.p).

A preocupação com a conduta e a motivação criminal situa-se num contexto mais amplo. Em todas as cinco testemunhas que foram chamadas pelo delegado e posteriormente pelo juiz são notadamente inquiridas sobre a conduta dos envolvidos na cidade de Senador Pompeu, buscando defini-los como homens de bem ou não. Os depoimentos parecem esclarecer não somente o delito em si, mas as condutas daqueles que tiveram o seu conflito apreciado pela justiça local, a exemplo do grifo nas palavras “conceituado e comportamento” dos depoimentos acima. Desta maneira, no caso de Porfírio Ponciano, as

concepções de direito respaldaram o representante do Estado a pedir a absolvição, tendo em vista o comportamento do réu e da vítima.

A linha divisória que costurou a velha e a nova geração de juristas do direito penal brasileiro se deu não somente nas reformulações do direito penal, mas também nas suas compreensões de mundo e suas experiências individuais e coletivas. Ligadas, por exemplo, a sua própria concepção de direito, baseado num direito natural, sentido mais abstrato marcado por princípios e valores morais de cada sujeito histórico e por concepções concretas da legislação vigente à época. Essa relação – direito, experiência, valores - condicionaram a sua prática dentro do palácio da justiça, na medida em que um influencia o outro nas tomadas de decisão e no fazer a máquina da justiça mover-se. (OLIVEIRA, 2021).

Portanto, no domínio do direito penal brasileiro, estas concepções vão demarcar a ação prática desses operadores. Um juiz cuja formação tenha sido mais conservadora tenderá a julgar seus casos de modo mais tradicionalista, já outros cuja formação tenha sido mais liberal buscará em suas sentenças sentidos mais progressistas, como é o caso por exemplo do advogado do réu, cuja formação constituiu-se no curso Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Ceará, novamente mais progressista, inclusive com a inclusão de disciplinas voltadas a realidade jurídica de nações desenvolvidas (OLIVEIRA, 2021).

De maneira sensível, esse processo de demarcação da prática dos operadores do direito na peça judicial foi ponto evidenciado também por pesquisadores como Muhlen (2017) e Gusmão (2009), que entendem que as experiências pessoais contribuem para dar um valor subjetivo as condenações e absolvições nas comarcas brasileiras. Desta forma, a realidade vivenciada na cidade de Senador Pompeu traz características semelhantes a realidades pesquisadas em outras comarcas do país, atentando para o que os estudos da micro-história têm evidenciado.

A história de Porfírio Ponciano e Ismael Benigno passou a ser decidida pelo corpo de jurados no dia 17 de março de 1920, cerca de 8 meses da data do crime. Feitos as perguntas de praxe, eles decidiram por absolver o réu por unanimidade de

votos. Diante da decisão, o juiz Augusto Dias Martins, proferiu a sentença:

Em conformidade as decisões do júry, absolvo o réu Porfírio Ponciano Sobrinho da accusação que lhe foi imputada, mando que lhe dê baixa na culpa, riscando seu nome do rol dos culpados. Expedindo-lhe alvará de soltura imediatamente, visto por unanimidade a decisão do jury; pagas as custas pela Municipalidade que condenno (p. 73v).

No caso em análise, portanto, o Estado por meio de seus mecanismos de sanção, fez com que o indiciado Porfírio fosse julgado pelo crime cometido contra Ismael. Assim, o direito fomentou a normatização concreta do caso e a resposta do júri foi a absolvição do réu. Todavia, na interpretação desse crime, a sociedade entendeu que o réu fez justiça, mesmo contra a norma instituída pelo direito de não matar. A justiça assim, passou pela subjetivação dos sujeitos e pelas experiências que foram construídas e resignificadas, de acordo com o sentido que estes jurados atribuíram ao crime e sua ligação a ele.

Considerações Finais

[...] os historiadores possam olhar a violência como a força penetrante que ela é. Seu uso e existência não são apenas um instrumento para produzir ou prevenir mudanças sociais. A violência tem de ser examinada como uma parte integrante da vida social e um recurso disponível que pode apresentar-se, na história de um país, em muitas situações diferentes (BRETAS, 1991, p. 57).

As temáticas que dedicam a analisar a violência, seja física ou simbólica, estão permeadas de aspectos sociais que merecem atenção dos historiadores para compreender as nuances discursivas desses momentos de conflito e dor. Da mesma maneira o uso das fontes judiciais, sejam eles cíveis e/ou criminais, possibilitam acessar mecanismos de inserção dessas histórias de violência, capazes de desmudar aspectos socioculturais presentes na cidade, no estado e no país.

Dito isso, a violência percebida na ação penal problematizada nesse ensaio e as características sociais dos envolvidos e do crime, devem ser encaradas como parte constitutiva da formação histórica da sociedade brasileira, sobretudo a nordestina. Nesse sentido, é imprescindível que:

[...] a violência não pode ser explicada apenas como resultado derivado das condições de marginalização e escassez. A violência era parte constitutiva e indissociável da forma como o mundo era percebido e aceito como tal; e as próprias condições de dominação justificavam-se largamente, em função da legitimidade da violência, como forma necessária e naturalizada das interações sociais, que definiam as situações de poder e de submissão, o que garantiria, afinal uma estreita correspondência entre as disposições mentais e a estrutura social. Entender a violência, antes de tudo, como um fenômeno cultural, permite contornar as dificuldades postas pelas concepções de anomia, como recurso explicativo das condutas que aparentemente indicariam uma incapacidade de apreensão de regras e normas desejáveis, e pela idéia de irracionalidade da violência, uma vez que, aos olhos do observador haveria uma desproporção entre seu uso e as finalidades pretendidas (VELLASCO, 2004, p. 248).

Assim, no caso em tela, compreendemos que a formação narrativa do Poder Judiciário que fundamentou todas as etapas, tratou a violência como um valor socialmente válido. Como o crime foi motivado pelo defloramento de Eudócia Ponciano, irmã do acusado, ao praticar a violência, o indiciado demonstrou ter feito justiça, mesmo contra os preceitos da norma penal brasileira à época, e os jurados que participaram do seu julgamento reafirmaram isso quando, por unanimidade, consideraram-no isento de qualquer penalidade, restando o magistrado proferir a redação da sentença de absolvição da pena. Entretanto, ao longo do andamento da peça judicial, foi possível percorrer algumas contradições, conflitos no interior do aparato jurídico-repressivo – como por exemplo, nos procedimentos da transformação do inquérito policial para a ação penal (CHALHOUB, 1986).

Assim, a história de violência de Porfírio Ponciano Sobrinho, de Ismael Benigno e de Eudócia

Ponciano, apresenta uma possibilidade de compreender o uso da violência, não apenas como uma prática/uso impensado e/ou incivilizado, mas também como uma forma de resolver conflitualidades, principalmente em localidades como a comarca de Senador Pompeu, onde a justiça institucional era distante da realidade concreta daquela população ou mesmo inexistente.

Notas

1 Processo judicial arquivado no Fórum Dr. Francisco Barroso Gomes, na cidade de Senador Pompeu. Sem catalogação, 97 páginas.

2 Refere-se ao local onde se realizam pequenas vendas de alimentos e bebidas.

3 Segundo dados do IBGE, no Ceará 1872 a porcentagem da população segundo a religião era de 99.99% Em 1890 foi 99.90%. Já em 1900 fez um total de 97.09%. Na pesquisa de RUSSO; OLIVEIRA (2012), o Ceará é apontado como um dos estados com menor presença de evangélicos do Brasil, e isso deve ser entendida menos como incapacidade de disputa pelo mercado religioso e mais pela conjunção dos fatores sócio-históricos apontados.

4 É interessante destacarmos que a legítima defesa da honra passou a ser utilizada pelos advogados no Brasil a partir da promulgação do Código Penal de 1890. Essa estratégia de defesa encontrava-se respaldada nos alicerces sociais nos costumes da época (CAULFIELD, 2000).

Referências

ALBUQUERQUE Júnior, Durval Muniz. **Nordestino**: uma invenção do falo – Uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940). Maceió: Edições Catavento, 1995.

ANTUNES, Álvaro de Araujo. **Fiat Justitia**: os advogados e a prática da justiça em Minas Gerais (1750-1808). 368 f. Tese (Doutorado em história) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

BARROS, José D'Assunção. Sobre a feitura da micro-história. **Revista OPSIS**, v. 7, n. 9, p. 167-186, jul-dez 2007.

BATISTA, José Dimas. **A administração da justiça e o controle da criminalidade no Médio Sertão do São Francisco**, 1830-1880. 2006. 204 f. Tese (Doutorado em história) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BRETAS, Marcos Luiz. O crime na historiografia brasileira: uma revisão na pesquisa recente. *In*: **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, n. 32, 1991.

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. São Paulo: Unicamp, 2000.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. O cotidiano dos trabalhadores na belle époque. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CZECHOWSKY, Nicole (Org). **A honra: imagem de si ou dom de si – um ideal equívoco**. Porto Alegre: L&PM, 1992.

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. São Paulo: Edusp, 2001.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das letras, 1993a.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo, Cia. das Letras, 1993b.

GUSMÃO, Maristela Muniz. **Conflito e Conciliação: percepções do operador do direito**. 2009. 114 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2009.

LEVI, Giovanni. 30 anos depois: repensando a Micro-história. *In*: MOREIRA, Paulo; VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre (Org.). **Ensaio de Micro-história: trajetória e migração**. São Leopoldo: Oikos, 2016, p. 18-31.

MUHLEN, Caroline Von. **Réus e vítimas: criminalidade, justiça e cotidiano em uma região de imigração alemã (São Leopoldo, 1846-1871)**. 340 f. 2017. Tese (Doutorado em história) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

OLIVEIRA, Lucas Pereira de. **A violenta intimidade do lar: percepção da violência contra mulheres nos processos criminais de Senador Pompeu-CE (1988-2000)**. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Ceará, Quixadá, 2012.

OLIVEIRA, Lucas Pereira de. **“A lei e o direito são produtos do seu tempo”**: a instituição da justiça e os operadores do direito na espacialidade sertaneja cearense (1890 a 1940). Tese (Doutorado em história) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2021.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 33 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudo sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

THOMPSON, E. P. **Senhores e caçadores**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

VELLASCO, Ivan de Andrade. **As seduções da ordem**: violência, criminalidade e administração da justiça em Minas Gerais, século 19. Bauru: EDUSC, 2004.

VIEIRA JUNIOR, Antonio Otaviano. **Entre paredes e bacamartes**: história da família no sertão (1780-1850). Fortaleza: Edições Demócrito Rocha; Hucitec, 2006.

A morte de Sabina Thereza de Jesus: crime, cor e relações verticais no Acarape (CE) oitocentista

A death of Sabina Thereza de Jesus: crime, colour and vertical relations in the nineteenth century Acarape (CE)

Alan Philipe Moreira Silveira*

Palavras chave:
Crime
Micro-história
Século XIX

Resumo: Este trabalho procurou, a partir de um processo criminal e de jornais cearenses, analisar algumas relações por trás do assassinato de Sabina Thereza de Jesus, ocorrido na Vila do Acarape-Ceará, no mês de novembro de 1876. Compreendendo o crime em sua capacidade de suscitar percepções que extrapolam sua singularidade, buscamos enfatizar os valores e as normas de uma sociedade orientada por relações paternalistas e estreitamente referenciada em classificações raciais. Em diálogo com a Micro-história italiana, destacamos a complexidade acerca da defesa da honra e manutenção da posição social, que se mostraram amparadas no uso da violência. Por sua vez, ao se detalhar aspectos da vida e da morte numa comunidade rural do norte cearense, atentamos para como uma mulher livre, negra e pobre, no declínio da escravidão, pôde experimentar maneiras de se exprimir, agir e resistir.

Keywords:
Crime
Micro-history
19th century

Abstract: This work sought, from a criminal case and Ceará newspapers, to analyze some relations behind the murder of Sabina Thereza de Jesus, occurred in Vila do Acarape, Ceará, in November 1876. Understanding crime in its capacity to raise perceptions that extrapolate its uniqueness, we seek to emphasize the values and norms of a society guided by paternalistic relations and closely referenced in racial classifications. In dialogue with the Italian Micro-History, we highlight the complexity of the defense of honor and maintenance of the social position, which were supported in the use of violence. In turn, when detailing aspects of life and death in a rural community of northern Ceará, we look at how a free, black and poor woman in the decline of slavery could experience ways to express herself, act and resist.

Recebido em 30 de novembro de 2021. Aprovado em 11 de março de 2022.

Introdução

O jornal *Cearense*, órgão liberal de circulação diária na capital e interior da província do Ceará, trazia, no noticiário da edição nº. 253, uma matéria de feição moralizante. Intitulada “A culpa condena”, comunicava um “curioso” acontecimento passado

na Vila do Acarape. Um personagem desse fato, Manoel Franklin de Araújo, apelidado de “Mané Vovó”, era um indivíduo que há algum tempo se entregara “ao vício da embriaguez, e constantemente vivia ébrio, mas ninguém lhe sabia a causa de tanta miséria”. Certo dia, ele “não pôde mais suportar o peso de seu remorso e confess[o]u voluntariamente

* Mestrando do Mestrado Interdisciplinar em História e Letras (MIHL/FECLESC/UECE). Graduado em Licenciatura em História (UNILAB). Bolsista da FUNCAP. E-mail: alanphilipe90@gmail.com.

[...] o crime que todos sabiam, mas não conheciam o seu autor” (CEARENSE, 23 de nov. de 1881, p. 1).

Um assassinio ocorrido em novembro de 1876, confessado apenas em 1881, como concebe a matéria de jornal, tensiona o silêncio que resguardava relações intrincadas no cotidiano de uma pequena vila do norte cearense. A princípio, o crime cometido contra uma mulher emerge da observação do quadro de delitos violentos na vila do Acarape da década de 1870¹, exposto pelo caráter *excepcional* de um processo criminal, qual seja, o de romper, após cinco anos, com o anonimato em torno da autoria de um ato de transgressão, traduzindo, também, a *normalidade* de um “registro revelador de práticas recorrentes e lógicas presentes numa determinada realidade social” (GRENDI, 1977 *apud* VENDRAME, 2021, p. 261).

O objeto deste estudo, por um lado, faz referência aos vínculos e (des)arranjos que poderiam definir um perfil de sociabilidade e hierarquia praticadas em meio à complexa sociedade oitocentista. A fonte referencial, mais que o traslado do processo-crime em que “Mané Vovó” figura como réu, é o conjunto de indícios descobertos, para além do crime, acerca dos personagens dessa trama. Eles foram seguidos pelos nomes, tão ansiosamente farejados, como pelo “ogro da lenda” (BLOCH, 2001), até formarem, em camadas humanas sobrepostas, não uma história homogênea e linear, mas “uma espécie de teia de malha fina, [uma] imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido” (GINZBURG; PONI, 1989, p. 175). Com o documento criminal, jornais e registros paroquiais, não pretendemos “construir um único discurso sobre o passado, mas [...] enriquecer a partilha dos discursos” sobre ele (LORIGA, 2021, p. 53).

Em termos espaciais, a vila do Acarape se caracterizava como um entreposto rural entre a capital da província (Fortaleza) e a antiga cidade serrana de Baturité. Desmembrada desta última em 1871², contava, de acordo com o senso produzido no ano seguinte, população estimada em 11.865 almas, entre essas, 140 cativas (BRASIL, 1872). Uma dita “primeira fase da história” desse território assinala sua ocupação a partir da serra do Cantagalo, no último quartel do século XVIII (LEAL, 1975). Acarape, que toma de empréstimo o nome do rio

formado pela junção dos riachos Pacotí e Canabrava, descendo da serra por um vale estreito, possuía, na década de 1860, o cultivo do tabaco (fumo) como principal ramo da lavoura, embora em tempo precedente houvesse experimentado o comércio da banana seca (JORNAL DO COMMERCIO, 11 de mai. de 1860).

A exploração agrícola do fumo localizava o Acarape num dos ramos de “mais interesse nesta província”, chegando a suprir, para além do consumo interno, os centros das províncias de Piauí, Pernambuco e Paraíba (O AUXILIADOR DA INDUSTRIA NACIONAL, jan. 1857, p. 349). Por outro lado, outra experiência agrícola foi influenciada pelo cultivo da cana de açúcar, o que gerou “uma emigração constante d’outras comarcas, e até das províncias vizinhas”. Contava-se, em 1857, “uns 12 a 14 engenhos de ferro, quando há três anos não tinha um” (CEARENSE, 10 de nov. de 1857, p. 1). A animação causada pela referida indústria³ deve ter seduzido até mesmo os estrangeiros que aportavam no Ceará, pois o italiano Miguel Russo, caldeireiro de profissão, escolheria aquela região para fixar moradia (A REPÚBLICA, 16 de out. de 1894, p. 3).

Partindo do pressuposto, de Giovanni Levi, de que “a História é a ciência das perguntas gerais, mas das respostas locais”, considere “preservar o local – aqui entendido como uma situação específica” (LEVI, 2014, p. 01), neste caso: o crime, as ações e as conexões por ele suscitadas. Portanto, quais seriam as margens de ação e liberdade feminina numa sociedade racializada e fincada em relações paternalistas? Que atitudes poderiam ser produzidas a partir da transgressão de hierarquias sociais no Brasil oitocentista? No Acarape, o cruzamento das vidas de uma mulher, um negociante e seu agregado, personagens de um assassinato aparentemente comum, podem nos dar respostas históricas e significativamente complexas (LEVI, 2017).

“Nem um rumor, nem sinal de pessoa viva”: um crime silencioso

Toda dinâmica em torno da produção agrícola, fosse no plantio do fumo ou na atividade dos engenhos de cana, ainda não transformara, na

segunda metade do século XIX, as feições rurais do Acarape. Em 1870, o segundo juiz de paz, em ofício remetido à Câmara Municipal de Baturité, lembrava “a necessidade da edificação de um templo e de ser regulada a edificação e alinhamento das ruas da mesma povoação” (PEDRO II, 31 de jul. de 1870, p. 01). Em seguida, por ocasião da instalação da vila, um indignado anônimo escrevia que ali, “embora populoso o distrito, [...] falha quase ‘in totum’ o pessoal habilitado para ocupar os cargos públicos, crescendo que a pobreza é franciscana” (CEARENSE, 06 de ago. de 1871, p. 02).

Em 1878, não existindo na vila uma feira, resolveram os negociantes “fazer[em] uma, embora provisória, afastada dos centros das ruas [...]; cada qual fez seu quartinho, uns de empanadas, outros de varas e outros de telha tapadas de barro, e ali negociava[m]” (GAZETA DO NORTE, 13 de jun. de 1885, p. 02). Foi no barracão da dita feira, em novembro de 1881, que nosso personagem inicial, o “ébrio” Mané Vovó, cheio de remorsos, resolveu dar por findo os mistérios que rondavam um assassinato. Mas antes de “ouvir” Vovó, voltemos ao fato, (re)montando a novembro de 1876.

No dia 26 daquele mês e ano, o jornal *Cearense* noticiara que fora encontrado, dentro de um açude da vila do Acarape, o cadáver de uma mulher solteira, um pouco idosa, com o pescoço desarticulado e outros sinais de violência. Tratava-se de “Sabina de tal”, que desaparecera de sua casa “da noite para o dia”. A matéria também focava em “dizer que a autoridade policial não de[ra] um só passo para averiguar o facto, dando-se sepultura ao cadáver, sem o menor exame”. Era esse “mais um horroroso crime que ficar[ia] na impunidade” (CEARENSE, 26 de nov. de 1876, p. 4).

Ao contrário do que afirmava a imprensa, o exame no cadáver de Sabina Thereza de Jesus havia sido procedido às 7h da manhã do dia 16. Quando se encontrou o corpo no açude do sítio do senhor Lúcio José do Bonfim,

começava a exalar pela boca e faces nasais, hálito que denotava começo de decomposição [...], a pele com pequenas cicatrizes, que parecia ser consequência de mordeduras de piabas; [...] notavam a circunstância extraordinária de estar a orelha direita a deitar sangue [...]; que o pescoço

estava movediço, a ponto de fazer desconfiar [...] da possibilidade d’um estrangulamento [...]”⁴

Concluído o exame, correu despacho do subdelegado de polícia no sentido de que vizinhos e mais pessoas conhecidas da finada fossem intimadas a depor sobre o caso. O dia aprazado foi 20 de novembro, às 10 da manhã. Antes disso, logo que se encerrou o exame no corpo da vítima, uma sobrinha desta, Maria de São Pedro da Conceição, foi interrogada pela autoridade policial.

A mulher de 30 anos, natural de Limoeiro (CE), casada, filha de José Marques de Souza, além de ser sobrinha de Sabina, disse que com ela morava na vila, em casa de Manoel Luís. Juntas estiveram até por volta da meia noite, quando Manoel Antônio de Oliveira a chamara, a fim de que, indo à sua casa, pudesse aplicar remédio em sua mulher, acometida por frequentes “ataques”. Ao sair, Maria deixou Sabina em casa junto com seus filhos, todos menores. Retornando às 7h horas da manhã seguinte, não a encontrou e nem tivera notícia sua, até que finalmente seu corpo aparecesse no açude. Maria respondeu ainda que desconhecia, e que a tia nunca lhe contara haver qualquer mal contra ela.

No interrogatório das testemunhas, o pernambucano Miguel Jerônimo de Lima, negociante, solteiro, 51 anos, disse que, do dia 14 para o dia 15, nada presenciou do que poderia ter se passado na casa de Sabina. Somente na manhã seguinte, através de sua caseira, ficou sabendo do desaparecimento. Posteriormente, soube “que ela havia sido encontrada morta, dentro de um açude [...], no subúrbio desta vila”. Também não sabia se existia “inimigos que a pudesse ofender”, embora que “em dias deste ano” houvesse levado um empurrão de Francisco Martins, mas não se preocupara, pois “no dia seguinte estavam amigos e camaradas, como que nada havia se dado entre eles” (APEC. CX. 03, PROC. Nº 17/1881).

De acordo com Maria Thereza de Jesus, natural de Maranguape (CE), 31 anos, solteira, “que vivia de serviço doméstico, de seu sexo”, também nada presenciara de estranho durante a madrugada. Soube do desaparecimento da vítima, da forma como relatado pelos demais depoentes. No entanto, naquela mesma noite, a própria Sabina lhe contara que por ser prezo Luís Dias, teria se dirigido à casa

do pai deste, e lá “havia ralhado e descomposto aos soldados por terem dado [...] em seu sobrinho na ocasião que o prenderam” (APEC. CX. 03, PROC. Nº 17/1881).

O negociante José Rodrigues Martins, de 60 anos de idade, casado, natural de Baturité (CE), foi o menos informativo entre as testemunhas, respondeu apenas ter chegado ao seu conhecimento o desaparecimento e posterior descoberta do cadáver de Sabina “dentro do açude de Lúcio José do Bomfim”, e que além disso, “ignorava a causa de sua morte” (APEC. CX. 03, PROC. Nº 17/1881).

Por último, Antônia Maria Vidal, jovem solteira que vivia “do cozer, bordar e ensinar meninas”, morando com a mãe “em uma casa parede-meia” com a que residia Sabina, ouviu, na terça-feira, quando julgava ser 12 horas da noite, Maria de São Pedro sair com Manoel Antônio de Oliveira. Na sequência, viu “passos de uma pessoa passar em sua porta”. Entram na casa de Sabina, ao que essa grita inúmeras vezes pela sobrinha. Dão-se pancadas “na mesa da casa, no pote, nas paredes e na porta do fundo [...]”. Quando tudo cala, “nem um rumor mais [...] nem sinal de pessoa viva”. Disse ter ficado tão assustada que, “deixando sua cama, foi para junto de sua mãe”. Na manhã seguinte, viu que Maria de São Pedro “ralhava” contra a tia, “porque sendo àquela hora, Sabina nem estava em casa, nem tinha botado água”. E termina dizendo nada lhe constar sobre a autoria desses fatos (APEC. CX. 03, PROC. Nº 17/1881).

Em 29 de novembro, antes de ser concluído o inquérito policial, foram feitas perguntas a Manuel Antônio de Oliveira. O negociante, muitas vezes citado pelas testemunhas, foi uma das últimas pessoas a ver Sabina viva. Afinal, fora ela quem abrira a porta quando ele bateu a procura de Maria de São Pedro. Nessa ocasião, encontrou Sabina em “seu estado regular”, e “logo depois que saíram, ela fechou a porta”. Disse ainda ignorar quem “fosse o autor da dita morte”, desconhecendo qualquer desavença que Sabina pudesse ter, conquanto tivesse ouvido falar “que na noite de seu desaparecimento, havia ela brigado com um dos soldados” destacados em Acarape (APEC. CX. 03, PROC. Nº 17/1881).

Confissões de um ébrio na feira do Acarape

Sem estar de toda certa a respeito dos termos em que foi tratado o caso de Sabina após o aparecimento de seu corpo, a matéria do *Cearense*, mesmo assim, relacionava um ponto fulcral a esse acontecimento. Embora indicassem alguns conflitos, nenhum de seus vizinhos ou conhecidos, conforme relataram no inquérito policial, conhecia as razões para o seu desaparecimento e assassinato. Aparentemente, o “horroroso crime ficaria impune” se não fosse, cinco anos depois, a força do “remorso” sobre Manoel Franklin de Araújo.

Não havendo intenção de engendrar uma história da Justiça, perscrutamos o documento pelas frestas, espreitando sua capacidade furtiva e não intencional de resguardar elementos acerca dos discursos, ações e cotidiano dos que por ele foram registrados (CERUTTI, 2009). Prossigamos, portanto, com o exercício de apontar informações que, à primeira vista, parecem margear a finalidade jurídico-policial, mas que para nós são “socialmente importantes” por inscreverem “marcas culturais do passado” (BRETAS, 2018, p. 15). Ora “ouvindo” Manoel Vovó, ora seus contemporâneos, passemos ao momento do fim de um silêncio. Contudo, mais do que apresentar respostas sobre um crime que passara meia década rodeado de perguntas, as declarações de seu autor confesso colocavam não somente a si, mas uma série de sujeitos, no centro do acontecimento.

Desta feita, às cinco horas da tarde do dia 19 de novembro de 1881, enquanto passava pelo barracão da feira da vila do Acarape, Manoel Fernandes de Araújo, coletor geral, encontrou Manoel Vovó “embriagado como de costume”, conversando com Antônio Joaquim de Oliveira, inspetor de quarteirão. O dito inspetor ofereceu-lhe uma cadeira e disse-lhe que se sentasse, pois, a conversa de Vovó era a respeito da morte de Sabina. Se achando rodeado de testemunhas, entre muitas que estavam “mercando”, Fernandes

[...] ouviu Vovó dizer que Luís Martins mandou matar Sabina e que ele Vovó matou-a [...] e continuando disse que quem tinha mandado matar Sabina foi José Fiscal por ter injuriado com palavras a sua senhora; logo depois [...] ouviu Vovó dizer que quem tinha morto a Sabina foi Mariana amásia do Mestre Miguel por motivos de ciúmes e de briga entre elas, dizendo no mesmo instante que não foi Mariana que matou Sabina e sim ajudou a matar, no mesmo instante disse que Mariana não ajudou matar Sabina e sim somente assistiu a morte dela e continuando a falar disse que quem tinha mandado matar a Sabina foi a senhora de Luís Martins por ter Sabina injuriado-lhe com palavras [...] argumentando que no dia seguinte ao da noite em que se deu o fato Luís Martins fora verificar no mencionado açude com uma bengala depois que Vovó lhe havia dito = desconfiar ter morto Sabina apesar de não ter ido matá-la e sim dar-lhe uns bofetes [...] (APEC. CX. 03, PROC. Nº 17/1881).

A confusa história de Manoel Vovó fez com que o Coletor de Rendas declarasse que nenhum apreço dava às suas palavras, visto ser um indivíduo que “vive quase sempre ébrio as vezes a ponto de cair”, tendo-o “por uma das pessoas mais miseráveis desta localidade”. Do mesmo modo, o alagoano Antônio do Couto Valle disse ter ouvido Vovó contar que Luís Martins mandara “quedar a infeliz Sabina”, mas que este não merecia fé “porque vive no estado de embriaguez continuamente”. O português José Dias de Souza Pinto foi mais um que, atendendo ao chamado do inspetor de quarteirão, parou para ouvir Vovó. Presumindo que Vovó estivesse alcoolizado, se aproxima e escuta ele dizer que “tinha morto a infeliz Sabina a mandado de Luís Martins”, detalhando como se dera o assassinato (APEC. CX. 03, PROC. Nº 17/1881).

Ao passo que (re)compomos as vozes das testemunhas e do próprio Manoel Franklin de Araújo na revelação de seu delito, destacamos a qualidade que o registro criminal tem de oferecer à compreensão de “aspectos da vida das camadas mais pobres da população, tampouco acessível por intermédio de outras fontes” (BRETAS, ROSEMBERG, CARNEIRO, 2015, p. 10). Senão, como chegaria ao nosso conhecimento os detalhes da vida de um sertanejo comum no instante de suas vicissitudes?

Só sabemos, porque uma multiplicidade de vozes nos informa sobre aquele momento, entre elas, a do inspetor de quarteirão Antônio Joaquim de Oliveira, primeiro a ouvir a confissão de Vovó. Disse ele que, por ser chamado à feira pelo irmão de José de Barros, a fim que tomasse um copo de aguardente que Manoel Vovó conduzia, encontrou este com o copo, uma coisa verde dentro, e dizendo sentir uma dor. Ouvindo que Vovó resmungava o nome de Sabina, perguntou-lhe de que Sabina se tratava, julgando ser uma rapariga que com ele morou e com a qual Vovó tivera a ideia de se casar. Por Antônio Joaquim insistir, “Vovó então disse-lhe Sabina! Quem a matou está mais [...] garantido do que eu”, dizendo em seguida se tratar de Luís Martins (APEC. CX. 03, PROC. Nº 17/1881).

As alegações de Manoel Vovó, embora desordenadas pelo efeito da aguardente, poderiam representar o desabafo de um homem profundamente perturbado por uma experiência violenta. Os relatos de Maria Joaquina da Conceição, lavadeira, filha do escravo Manoel, permitem conjecturar a respeito do estado emocional de Vovó, durante o tempo em que este arrastou uma morte em segredo. Sendo solteira e vivendo na companhia dele, Maria Joaquina disse ter presenciado “por diversas vezes grande agitações quando ele dormia falando inteligivelmente, pronuncia[ndo] o nome de Sabina”. Que quando tinham qualquer alteração, ele lhe dizia “que ainda havia de fazer com ela [...] [o] que havia feito com a outra” e, muitas vezes, tendo perguntado “que Sabina era essa, ele nada declarava” (APEC. CX. 03, PROC. Nº 17/1881).

O que Manoel Vovó fez, pelo que tivemos breve noção através do exame do corpo de Sabina, é descrito nos dois interrogatórios aos quais ele respondeu. Segundo Vovó, naquele tempo, não recordando o dia e ano, estando morando na casa de Luís Martins, que morava junto à casa de seu pai José Martins, foi instado, numa noite, a dar uma surra em Sabina. Ao encontrá-la, Vovó dera-lhe “uma taponia”, ao que ela gritara por José Fiscal, seu compadre, dizendo que um “cabra” estava lhe “dando”. Instantes depois, Sabina teria passado pela porta da casa de Luís Martins e dito: “aquele caboclo mandou o cabra dele dar-me, porém eu não faço conta dele e nem de seu cabra” (APEC. CX. 03, PROC. Nº 17/1881).

Tendo Sabina dito isso, Luís Martins perguntara a Manoel Vovó se ele não faria o que lhe havia dito. Assentindo, antes Vovó pede a Martins que lhe compre aguardente, para que criasse coragem. Nisso, havendo bebido, Vovó parte atrás de Sabina e a vê na casa de Joaquim Dias, dizendo que iria para o banho no açude de Lúcio Bonfim e, que ao terminar, talvez seguiria para a serra de José Fiscal. Sabina sai e Manoel Vovó acompanha. Chega ao local do açude, passa a cerca que dividia a propriedade, tira a primeira roupa, uma saia de chita, e fica com uma branca por baixo. Então Vovó bateu no ombro de Sabina e perguntou-lhe “por que motivo havia injuriado a Senhora de Luís Martins”. Respondendo, disse “que a havia injuriado por que queria”. Os dois se agarram em luta. Ela cai de cabeça para baixo no barranco do açude, caindo Vovó sobre ela. Mesmo assim, resiste, tentando mordê-lo. Nesse momento, Manoel Vovó agarra sua cabeça e a puxa para trás. Ouve-se um estalo, “e estrebuchando Sabina não deu mais uma palavra”. Isso se dera, acrescentou Manoel Vovó, em consequência “de ter Sabina injuriado na tarde do mesmo dia a Senhora de Luís Martins”, sua madrinha (APEC. CX. 03, PROC. Nº 17/1881).

“Quando bebia aguardente, era frenética e libidinoso”: práticas, indivíduos e ações

Injúria. Sob esse termo, começamos a realinhar as trajetórias de vida, ou os vestígios delas, num espaço e tempo determinados. De acordo com Sabina Loriga, os movimentos individuais podem intermediar o conhecimento dos conflitos que integram a formação de práticas culturais. Suas normas, e as incoerências inerentes a elas, promovem lacunas pelas quais os indivíduos agem estabelecendo e modificando as relações de poder (LORIGA, 2021). Penso que a injúria pode ser vista, no caso particular que apresentamos, como uma forma de confrontação da norma, ou seja, como conflito disruptivo numa “sociedade de laços verticais” (GRAHAM, 2012, p. 142).

Assim, antes de continuar a discussão em torno da injúria que, *a priori*, teria desencadeado a reação violenta que levava uma mulher à morte,

tenemos um esforço de reconstituição de seu perfil, ou melhor, de seus “movimentos individuais”. Perguntando mais diretamente, quem seria, no Acarape oitocentista, Sabina Thereza de Jesus.

Negra, solteira, lavadeira, já idosa. São apenas algumas características atribuídas a ela. Mais acima, ficamos sabendo, de acordo com algumas testemunhas, que morava em casa de Manoel Luís, talvez alugada, na companhia de sua sobrinha Maria de São Pedro e os filhos menores desta. Sendo Maria de São Pedro natural de Limoeiro (CE), presumimos que Sabina também o fosse. Pelo menos, outros dois parentes seus moravam em Acarape, o sobrinho Luís Dias e o pai deste. O advogado de defesa de Luís Martins, no processo-crime, se refere a ela como sendo “sexagenária, pacífica e respeitadora”. Manoel Fernandes de Araújo, o coletor geral, disse ser certo que quando se achava embriagada, Sabina era “libertina”, não podendo afirmar se sua libertinagem “se estendia a pessoas gradas ou se somente tinha lugar com gente de sua qualidade” (APEC. CX. 03, PROC. Nº 17/1881).

O agricultor Manoel José de Oliveira, a quem Sabina serviu por dois anos como criada, relatou que sempre a considerou boa, “não constando que ela desautorizasse a família alguma”. Sabina sempre servia, não só a ele, mas a José Martins, fazendo compras na rua. Mas “quando bebia aguardente ficava frenética dizendo asneiras mais que não ofendia pessoa alguma e que consistia as asneiras em não terem nexos entre umas e outra[s] palavras vãs”. No entanto, tinha ouvido, na época do crime, que Sabina dissera na “Terra [haver] duas pessoas [que] lhe tinham aversão [...] eram a mulher de Luís Martins e a de José da Costa”. Joaquim Dias da Silva, também agricultor, mencionou que Sabina era “serviçal e diligente”; todos no Acarape lhe queriam bem, e nunca ouvira dizer que ela tivesse desautorizado qualquer família, a não ser a de Luís Martins (APEC. CX. 03, PROC. Nº 17/1881).

Sabina Thereza de Jesus, no Acarape da década de 1870, fazia parte do quadro de 2.130 mulheres que declararam viver de “serviços domésticos”, entre essas, 780 na condição de “solteiras”. Afunilando ainda mais, no universo de 5.717 mulheres “livres”, Sabina compunha o painel das 196 declaradamente “pretas” (BRASIL, 1872). Sua existência, sendo mulher e negra na sociedade

escravista, podia estar sujeita “a toda sorte de investidas e intempéris” (REIS, 2012, p. 172). Sendo livre, desfrutava da possibilidade de deslocar-se no espaço geográfico, podendo, com mais autonomia, defender a si e aos que com ela se relacionavam afetivamente (MACHADO, 2010). Por sua cor, precisava conviver numa zona de incerteza social, evitando movimentos e práticas culturais suspeitas, lidando com a experiência constrangedora da força da escravidão sobre os negros livres no Brasil do século XIX (CHALHOUB, 2012).

Mas Sabina certamente sabia defender-se – e talvez por isso não só era tida como “serviçal” e “diligente” –, como também guardava a fama de “frenética” e “libidinosa”. Ao saber que seu sobrinho, na ocasião de um recrutamento, fora preso e apanhara, se dirigiu até a casa dele a fim de enfrentar os soldados do destacamento. Noutra dia, ao levar um empurrão de Francisco Martins, se vinga ao menos dizendo que ele não passava de um desgraçado (APEC. CX. 03, PROC. Nº 17/1881). Apesar da idade supostamente avançada, era tida como “uma negra corpulenta que seria capaz de dar em qualquer homem” (GAZETA DO NORTE, 13 de jun. de 1885, p. 02).

Muitas mulheres, principalmente as pobres, e Sabina Thereza de Jesus, a exemplo delas, eram trabalhadoras que tinham o cotidiano dividido entre a casa e a rua. Sandra Graham, ao tratar do universo das domésticas no Rio de Janeiro, entre 1860 e 1910, presumiu que as mulheres enviadas à rua fossem mais velhas, sexualmente experientes e mais resistentes. Traquejadas em relação ao uso dos espaços públicos, muitas vezes eram confundidas com “mulheres da rua” e algumas, de fato, podiam exercer as duas profissões (GRAHAM, 1992). No Acarape, Maria Thereza de Jesus, segundo seu testemunho no inquérito policial, vivia não apenas de serviços domésticos, mas igualmente de “seu sexo”. A própria Sabina, ao invés de simplesmente ter sido seguida por Manoel Vovó até o local de seu assassinato, teria, conforme alguns depoimentos, saído em sua companhia depois de aceitar cinco mil réis para “fins libidinosos”, tendo antes demorado por já estar esperando um “freguês” seu (APEC. CX. 03, PROC. Nº 17/1881).

Vivendo uma imprecisa liberdade, mulheres negras livres ou libertas estavam submetidas a negociarem sua autonomia a partir do “âmbito privado do trabalho doméstico e da explícita dependência pessoal” (MACHADO, 2010, p. 159). Todavia, a experiência social não pode ser exprimida por essa única norma, visto que cada contexto histórico, com suas regras, se faz atravessado de contradições e conflitos em que os indivíduos “podem se exprimir, agir, ponderar” (LORIGA, 2021, p. 35). Com isso, mesmo Sabina sendo uma lavadeira e precisando negociar sua subsistência nos termos da dependência, também possuía, como livre, autonomia para ponderar suas escolhas, conseqüentemente, para decidir com quem se relacionava e a quem queria servir.

Retomemos, então, a questão da injúria. Ela se dera no mesmo dia do crime e está diretamente relacionada com a autonomia que Sabina possuía para escolher, se exprimir e agir. Sendo chamada pela mulher de Luís Martins – pessoa por quem sabemos, sem maiores detalhes, que sentia “aversão” – a fim de que se encarregasse de lavar umas peças de roupa, recusara, dando lugar à discussão. Sabina teria dito “que não lavava roupa de gente de sua cor” e a chamou de puta, acrescentando que a mãe da mesma senhora “era puta por que andava atrás das raparigas do marido açoitando-as” (APEC. CX. 03, PROC. Nº 17/1881).

Os epítetos injuriosos mobilizados por Sabina Thereza contra a mulher e a sogra de Luís Martins sinalizavam ataques à noção vigente de honra feminina e familiar. De acordo com Deivy Carneiro, a ofensa verbal, além de uma opinião desqualificadora, “implicava o rompimento de uma norma social” (CARNEIRO, 2019, p. 23). Num período em que os valores de pureza sexual, fidelidade e recolhimento definiam o ideal de mulher “honesta” (FALCI, 1997), as provocações de Sabina constituíram graves agressões diretamente lançadas contra a “moral” de mulheres da sociedade acarapense.

Como chefe do lar e principal zelador dessa moral, Luís Martins resolveu cobrar por essa falta um preço muito alto. No entanto, não seria o júri local o palco dessa reparação, pois, para aquele homem, a honra se “lavava” em outros termos.

“Taverneiro, mau fogueteiro e mandante”: o *pardo* Martins e seu *cabra* Vovó

Deivy Carneiro, analisando as ofensas verbais e os conflitos comunitários na cidade mineira de Juiz de Fora, entre 1854 e 1941, percebeu que a honra era um elemento fundamental na constituição da reputação, manutenção e ampliação dos laços de interdependência, bem como na concepção de distinção social. Portanto, nessa sociedade de mediação de ganhos, ofender alguém significava negar a sua honra. Ser publicamente ofendido equivalia a ter em risco e fragilizadas suas relações sociais; de acabar remetido a um lugar de inferioridade na comunidade (CARNEIRO, 2019).

Desse modo, a pessoa ofendida em sua honra passaria a ser uma pessoa em “perigo” e, para sair dessa zona, era preciso tomar satisfações. Numa sociedade de feitiço patriarcal, o comportamento da mulher “honesta” não apenas estava relacionado à moral de sua família e marido, assim como este, a despeito da situação de inferioridade feminina, seria o legítimo defensor de sua honra (PITT-RIVERS, 1965). Com isso, trazemos Luís Martins ao trato da questão, pois foi ele, ao ver sua mulher injuriada por Sabina Thereza de Jesus, quem tomou as “rédeas” da desforra. Sabendo que a defesa da honra nos diz sobre o esforço de manutenção de um *status*, questionamos as fontes, como fizemos com Sabina, acerca da posição social de Luís Martins. Sendo ela destacada, que práticas culturais imprimiria sobre Manoel Vovó para que este servisse como autor de sua vingança?

Antes disso, destaquemos que eram presumíveis ao menos duas maneiras de reagir a um insulto. Uma delas seria através da Justiça, assumindo o perigo de tornar aquele conflito ainda mais público, considerando desde a demora da resolução institucional, quanto a possibilidade de ser derrotado e sair do litígio ainda mais humilhado. Ao entregar sua contenda a uma instância de mediação, de certa forma, o indivíduo também estaria assumindo a incapacidade, igualmente desonrosa, de defender a si mesmo. No outro extremo e, supostamente como reação final, se encontrava o uso da violência (PITT-RIVERS, 1965).

Ainda de acordo com Julian Pitt-Rivers (1965), um sujeito socialmente superior podia, geralmente, ignorar o insulto de um inferior, podendo também optar por puni-lo. Sabina era uma mulher solteira, negra, trabalhadora doméstica e afamadamente “libidinosa”, ou seja, cercada, naquele século, por uma série de estigmas sociais que lhe opunha à “estimada, virtuosa e respeitada matrona” que ofendera (APEC. CX. 03, PROC. Nº 17/1881). Portanto, se não a lançaram em um processo, por que não ignoraram as suas ofensas?⁵

Em 1884, tendo sido nomeado Luís Martins 2º suplente de subdelegado do Acarape, seus rivais na política, principalmente o capitão Luiz Albuquerque Holanda Cavalcante, um potentado conhecido como “Onça do Calaboca”⁶, passou a denunciar na imprensa da província, toda a sua relação com o assassinato de Sabina e, além disso, diversos outros acontecimentos relacionados à sua vida pública e privada na povoação (GAZETA DO NORTE, 21 de jun. de 1885, p. 03). Desse modo, entre o documento criminal e os periódicos da época, podemos observar parte das trajetórias não só de Sabina, como também de Manoel Vovó, e, igualmente, tão atrelada a esta, a de Luís Martins, antes e depois do crime, especulando sobre a noção de honra e status social em Acarape.

Filho de José Rodrigues Martins, Luís, na época que o assassino de Sabina fora descoberto, contava 42 anos de idade. Seu pai, natural da vizinha cidade de Baturité, descera para o embrionário povoado do Acarape, onde Luís Martins nasceu. Os dois se tornaram negociantes, e Luís, participando do movimento que animava o comércio local, estivera entre os homens que, em 1878, improvisaram a primeira feira da vila, cada qual com um quartinho (GAZETA DO NORTE, 13 jun. 1885, p. 2). Na feira, sendo empregado de Martins, Manoel Vovó trabalhou vendendo produtos agrícolas, entre eles o café, até pouco antes das suas públicas declarações. Vovó também se desdobrava nos serviços da roça, visto que no dia do crime, acabara de voltar duma retirada de lenhas (APEC. CX. 03, PROC. Nº 17/1881).

Luís Martins era um sujeito letrado e versado na produção de fogos de artifício⁷. Aliás, esse era mais um negócio que mantinha nos fundos de sua taverna. Até que um dia, quando preparava

“duzentas dúzias” de foguetes que seriam enviados para Cascavel (CE), uma fâsca fizera tudo ser consumido pelo fogo. Na ocasião, segundo o próprio Martins, era ajudado por seus dois filhos de criação, sendo um afilhado e outro filho de uma mulher que tinha sido sua escrava, aos quais estimava e educava. Um deles, ao cerrar um prego que impedia de fechar uma das caixas de fogos, acabou produzindo a fagulha que deu lugar ao desastre. As duas crianças morreram, e Martins, que disse ter saído gravemente queimado, escapou por um milagre (GAZETA DO NORTE, 13 jun. 1885, p. 2-3).

O referido episódio, tal como o assassinato de Sabina, era frequentemente aludido, fosse pelo capitão Luiz Albuquerque ou por outros que se ocultavam através de cognomes sarcásticos. No quadro político imperial, tanto Martins como Albuquerque se encontravam associados à perspectiva liberal, o que na conjuntura da província do Ceará, na década de 1880, não significava uma coesão, pois, sob a influência personalista das oligarquias, se achavam os “liberais paulas” unidos aos “conservadores aquirazes” e os “liberais pompeus” aos “conservadores ibiapabas” (MONTENEGRO, 1980). Martins era um liberal Paulo, Luiz Albuquerque, por sua vez, um pompeu, e no período em questão, havia sido demitido do cargo que Luís Martins passara a ocupar (GAZETA DO NORTE, 25 abr. 1885, p. 1).

Esses embates, longe de representarem apenas conflitos de natureza partidária, também guardam, na forma de insultos, referências caras à compreensão “dos valores e das normas sociais presentes na vida de vários” desses indivíduos (CARNEIRO, 2019, p. 39). A exemplo disso, sempre que Luiz Albuquerque se referia a Martins, além de chamá-lo de “taverneiro”, “mau fogueteiro” e “mandante” de assassinato (CEARENSE, 12 jun. 1885, p. 2), por diversas vezes o chamara de “analfabeto” e “pardo” a fim de protestar contra um sujeito que, na sua opinião, era “incompatível com a polícia, porque est[ava] sempre a tremer quando ouv[ia] pronunciar a palavra ‘cadeia’” (CEARENSE, 30 abr. 1885, p. 2-3). Numa dessas ocasiões, se questionara como Luís Martins podia ter “galga[do] a posição de 2º suplente do delegado quando não t[inha] as qualidades exigidas para [...] simples

inspector de quarteirão!”. Para Albuquerque, isso não passava de um sinal de que, na província do Ceará, até os “ladrões de cavalos” estavam sendo aproveitados para cargos públicos (CEARENSE, 06 mai. 1885, p. 2).

Luiz Albuquerque, na tentativa de desqualificar socialmente seu inimigo, nos informa ser ele um “pardo”. No processo-crime, João Fortunato de Oliveira testemunhara que Sabina, se dirigindo à mulher de Luís Martins, teria dito que não lavava roupa de “gente de sua cor”. Quanto a Manoel Vovó, várias testemunhas se referem a ele como sendo um “cabra” de Martins. De acordo com Jocélio Teles do Santos, a classificação racial, no Brasil dos séculos XVIII e XIX, colocava o “pardo” numa situação de ambiguidade, na qual a cor não seria o único atributo a influenciar sua designação social. Nesse contexto, outros fatores podiam ser somados à classificação racial, como a posição familiar, inserindo em maior ou menor grau o indivíduo no mundo dos brancos (SANTOS, 2005).

Do mesmo modo, a respeito de Manoel Vovó, no Ceará oitocentista, ser “cabra” significava muito mais que uma classificação racial. Conforme Ana Sara Cortez, pensa-se o cabra como a definição de homem pobre, trabalhador e submetido a um senhor. Identificados racialmente como “mestiços”, se achavam, invariavelmente, em posição de inferioridade que refletia o interesse de uma “rígida posição social, pautada, sobretudo, na posse ou não de propriedades” (CORTEZ, 2015, p. 17). Manoel Franklin de Araújo, o Vovó, era um desses homens socialmente rebaixados, associados à violência e sujeitos a um patrão. Torando-se viúvo muito cedo, pois, sua esposa, ao falecer no ano de 1872, contava 20 anos de idade⁸. Supostamente sem filhos, deve ter, além da relação de obediência, encontrado na família de Martins uma forma de recriar o parentesco, a ponto de considerar a senhora da casa sua “madrinha”.

Não querendo extravasar o sentido da racionalização nas atitudes dos sujeitos, entendemos que os aspectos da vida de Luís Martins, no que se refere ao período que atravessa a ocasião do assassinato de Sabina, constitui o esforço de elaboração e manutenção da distinção social de um homem e sua família parda, provavelmente entendida como socialmente branca, no contexto de

classificação racial no Ceará do século XIX. Afinal, como muitos indivíduos de destaque social no Acarape, Luís Martins era um negociante, proprietário de escravo e, além de agregar uma série de indivíduos sob seu teto, seria, ao longo da década de 1880, bem relacionado com a política e os cargos públicos locais⁹.

Assim, sem simplificarmos a vingança de Martins à uma brutal atitude de reação senhorial às injúrias proferidas por Sabina, teoricamente passíveis de serem ignoradas, podemos considerar o uso da violência como resposta ao dismantelamento de regras sociais, ou seja, a perturbação das normas de hierarquia, a partir da prática de ofensas, direcionadas em ataque à sua honra. Daí, em contrapartida, o uso incontrolado da força “daqueles de posição social superior contra seus inferiores sociais” (HOBSBAWM, 1998, p. 319). Portanto, ao nos arremessarmos sobre a complexidade do real, descobrimos que numa “sociedade de poder radicalmente desigual, havia mais escolhas [...] do que podemos imaginar” (GRAHAM, 2005, p. 27).

Considerações finais

Antes de passar às palavras finais, não seria descortês – visto já termos exposto demais suas vidas – compartilhar alguns dos destinos de nossos personagens. Luís Martins, tendo se livrado do júri em 1881, por Manoel Vovó ter sustentado que não recebera ordem para matar, apenas para “agarrar” e “dar” em Sabina, continuou vivendo naquela povoação. Em 1882, quando o Acarape se alinhou ao movimento abolicionista da província, constituindo algumas agremiações, Martins foi um dos integrantes e tesoureiro da Sociedade Artística Libertadora Acarapense (FRAGA, 2011). Quanto ao seu negócio com fogos, mesmo com o trauma da explosão, nunca foi abandonado, uma vez que, em 1896, pedia dispensa dos impostos sobre aquela profissão (A REPÚBLICA, 30 jan. 1896, p. 1). Seu último rastro foi – não obstante Luiz Albuquerque dizer que ele tremeria – como carcereiro da cadeia pública da cidade, função da qual, em 1897, pediu licença de três meses, com ordenado, para tratar de sua saúde (A REPÚBLICA, 12 out. 1897, p. 2).

Manoel Vovó, condenado a 14 anos de prisão, fora transferido para cumprir sua pena na Capital. De lá, um mês antes do Natal de 1883, alegando ser um “preso pobre”, pediu cópia de seu processo na intenção de interpor Recurso de Graça (CEARENSE, 25 nov. 1883, p. 1). Debalde, às seis horas da manhã do dia 12 de maio de 1888, na enfermaria da cadeia pública de Fortaleza, morreu acometido por uma lesão orgânica do coração (CONSTITUIÇÃO, 20 mai. 1888, p. 1).

De acordo com Carlo Ginzburg, uma estrutura social é o resultado de inúmeras conexões individuais e estratégicas, passíveis de serem visualizadas somente de muito perto (GINZBURG, 2007). Portanto, neste texto, tivemos a intenção de, a partir de um crime, reconstituir relações localizadas numa sociedade orientada por relações paternalistas e estreitamente referenciada em classificações raciais. Aqui, compreendemos o crime em seu potencial de singularidade, ou seja, como objeto que não se encerra em si mesmo, e cuja abundância de detalhes “abre caminho para muitas percepções” (FAUSTO, 2001, p. 19).

Vindo à tona apenas em 1881, a violência que vitimou Sabina invadiu os autos processuais e possibilitou que, a partir dos seus contemporâneos – testemunhas e envolvidos – detalhássemos aspectos da vida e, conseqüentemente, da morte, numa comunidade rural do Norte cearense em parte do século XIX. O assassinato de Sabina Thereza de Jesus, ocorrido na Vila do Acarape em novembro de 1876, faz atentar para como uma mulher livre, negra e pobre, no declínio da escravidão, podia experimentar maneiras de se exprimir, agir e resistir.

Notas

1 A exemplo dos assassinatos do escravo José (PEDRO II, 20/08/1870); de Matheus Pereira da Silva (CEARENSE, 16/03/1871); de Martinho Alves Ferreira (CEARENSE, 19/03/1871) e de Pedro Pereira dos Reis (MERCANTIL, 31/10/1877).

2 A Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Acarape fora elevada à categoria de Vila pela Resolução Provincial n.º 1.255, de 28 de dezembro de 1868, mas sua instalação deu-se somente em 21 de agosto de 1871.

3 Sobre a consolidação e crise da economia canavieira em Acarape, cf. Aline Teixeira (2016) e Francisco Lopes (2016).

4 Processo n.º 17/1881, caixa 03, processos crime Redenção, tabelionato de Redenção, Arquivo Público do Estado do Ceará, Fortaleza, Ceará (daquele ponto em diante: APEC. CX. 03, PROC. Nº 17/1881).

5 No Termo do Acarape, dos 89 processos instaurados entre 1869 e 1882, em somente quatro se apresenta o tema de injúrias verbais. Entre esses, três envolvem apenas homens e as tensões relativas à esfera dos negócios. Quanto ao outro, representa o litígio de uma mulher contra um homem, em decorrência das injúrias que ela sofrera em praça pública. Cf. APEC. Processos crime Redenção, tabelionato de Redenção, caixas 1 a 3.

6 Calaboca era a denominação de um dos distritos da antiga Vila do Acarape.

7 É qualificado como “artista” em um abaixo assinado. Cf. O Cearense, Fortaleza, 30 de jul. de 1880, p. 04.

8 Óbito de Josefa Maria da Conceição. Brasil, Ceará, Registros da Igreja Católica, 1725-1971, FamilySearch.org, Redenção: Nossa Senhora da Imaculada Conceição. Óbitos 1870, Fev-1880, Jan, imagem 46.

9 Ao menos uma escrava, de nome Maria, foi identificada. Durante o tempo que viveu sob o domínio de Martins, localizamos o nascimento dos seguintes filhos: Maria (1872); Irineo (1875); João (1877) e Jardilina (1881). Cf. Brasil, Ceará, Registros da Igreja Católica, 1725-1971, FamilySearch.org, Redenção: Nossa Senhora da Imaculada Conceição. Batismos 1881, Out-1889, Jan, imagens 03-06. Em 1881 Martins requere ao fundo de emancipação a quantia de cem mil réis pela libertação da escrava Maria. Cf. *Despachos da Presidência*. GAZETA DO NORTE, Fortaleza, 12 de nov. de 1881, p. 02.

Referências

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BRASIL. **Recenseamento do Brasil em 1872**: Ceará. vol. 15, Typ. Commercial, Rio de Janeiro, 1872.

BRETAS, Marcos. Entre Crimes e Leis: Imaginação e a História Brasileira do Crime. In: VENDRAME,

Maíra (Org.). **Crime e justiça**: reflexões, fontes e possibilidades de pesquisa. São Leopoldo: Oikos/Editora Unisinos, 2018, v. 1, p. 13-32.

BRETAS, Marcos; ROSEMBERG, André; CARNEIRO, Deivy. Apresentação. In: CARNEIRO, Deivy; BRETAS, Marcos; ROSEMBERG, André. (Orgs.). **História, violência e criminalidade**: reflexões temáticas e narrativas regionais. Uberlândia: Edufu, 2015, p. 7-11.

CARNEIRO, Deivy. **Uma justiça que seduz?** Ofensas verbais e conflitos em Minas Gerais (1854-1941). Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2019.

CERUTTI, Simona. Langage des acteurs, langage des historiens: de quoi parlent les sources judiciaires?. **L'Atelier du Centre de recherches historiques**, n. 05, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/acrh.1645>. Acesso em: 15 set. 2021.

CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão**: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CORTEZ, Ana Sara. **O Cabra do Cariri Cearense**: a invenção de um conceito oitocentista. 2015. 354f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza (CE), 2015.

FALCI, Miridan. Mulheres no Sertão Nordestino. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997, p. 241-277.

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano**: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Edusp, 2001.

FRAGA, Maria Nazaré Oliveira. **Fraga: afetos e caminhos de uma família que atravessa mares, sertões, desafios e improvisos.** Fortaleza: [s.l.], 2011.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros.** Verdadeiro, falso, fictício. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. *In*: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios.** Lisboa: Difel, 1989, p. 169-178.

GRAHAM, Sandra. **Caetana diz não: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira.** Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GRAHAM, Sandra. **Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910.** Trad. Viviana Bosi. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GRAHAM, Sandra. Uma certa liberdade. *In*: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (Orgs.). **Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós-emancipação.** 1 ed. São Paulo: Selo Negro Edições, 2012, v. 01, p. 134-148.

HOBSBAWM, Eric. As regras da violência. *In*: HOBSBAWM, Eric. **Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz.** São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 317-324.

LEAL, Vinicius Barros. **Conquista e povoamento do Maciço de Baturité.** Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, p. 194-197, 1972. Disponível em:

<https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1972/1972-ConquistaPovoamentoMacicoBaturite.pdf>. Acesso em: 15 set. 2021.

LEVI, Giovanni. O pequeno, o grande e o pequeno: entrevista com Giovanni Levi. **Revista Brasileira de História**, v. 37, n. 74, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882017000100157. Acesso em: 15 set. 2021.

LEVI, Giovanni. O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar. **Revista Tempo**, v. 20, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/RsMtSYwQHd9vqYLrLZQLw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 set. 2021.

LOPES, Francisco Emídio Lima. **A crise da produção de aguardente no município de Redenção (1912-1970).** 2016. 53 f. TCC (Graduação) – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades e Letras, Redenção (CE), 2016. Disponível em: https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1204/1/016_mono_fellopes.pdf. Acesso em: 15 set. 2021.

LORIGA, Sabina. A pluralidade do passado. *In*: CARNEIRO, Deivy; VENDRAME, Máira. (Orgs.). **Espaços, escalas e práticas sociais na micro-história italiana.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021.

MACHADO, Maria Helena. Corpo, Gênero e identidade no limiar da abolição: a história de Benedicta Maria Albina da Ilha ou Ovídia, escrava (sudeste, 1880). **Afro-Ásia**, Salvador, n. 42, 2010, p. 157-193. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/artic/e/view/21212>. Acesso em: 15 set. 2021.

MONTENEGRO, Abelardo. **Os partidos políticos do Ceará**. Fortaleza: Edições UFC, 1980.

PITT-RIVERS, Julian. Honour and Social Status. *In*: PERISTIANY, J. G. **Honor and Shame: The Values of Mediterranean Society**. London/UK: Weidenfeld and Nicolson, 1965, p. 19-77. Disponível em: http://home.iscte-iul.pt/~fgvs/Pitt-Rivers_Honour.pdf. Acesso em: 15 set. 2021.

REIS, Isabel Cristina dos. Relações de gênero no cotidiano de mulheres negras da Bahia oitocentista. *In*: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (Orgs.). **Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós-emancipação**. 1 ed. São Paulo: Selo Negro Edições, v. 1, 2012, p. 172-185.

SANTOS, Jocélio Teles dos. De pardos disfarçados a brancos pouco claros: classificações raciais no Brasil dos séculos XVIII-XIX. **Afro-Ásia**, [S. l.], n. 32, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/articled/view/21089>. Acesso em: 15 set. 2021.

TEIXEIRA, Aline Moreira. **Um olhar sobre a cidade de Redenção**: da história dos engenhos à invisibilidade da presença negra. 2016. 64 f. TCC (Graduação) – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades e Letras, Redenção (CE), 2016. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/1511>. Acesso em: 15 set. 2021.

VENDRAME, Maíra. Pensando o problema das conexões, do equilíbrio e da complexidade a partir da perspectiva da micro-história. *In*: CARNEIRO, Deivy; VENDRAME, Maíra (Orgs.). **Espaços, escalas e práticas sociais na micro-história italiana**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021.

A penitenciária de Florianópolis (Pedra Branca) no governo Nereu Ramos (1935-1945): a implantação do sistema penal moderno em Santa Catarina*

*The penitentiary of Florianópolis (Pedra Branca) in the government Nereu Ramos (1935-1945):
the implementation of the modern penal system in Santa Catarina*

Antonio Luiz Miranda**

Palavras chave:
Penitenciária
Criminalidade
Estado autoritário

Resumo: A Penitenciária da Pedra Branca (Florianópolis) foi inaugurada em setembro de 1930. Foi construída pelo Governo do estado de Santa Catarina com a intenção de modernizar o sistema prisional, que até então era composto por pequenas cadeias em alguns municípios do estado. No contexto das primeiras décadas do século XX, a cidade de Florianópolis passava por uma remodelação urbana vinculada ao ideário burguês de salubridade, moralidade e civilidade, do qual emerge o discurso da necessidade de construção de uma penitenciária. A partir de 1935, com o governo de Nereu Ramos (1935-1945), a Penitenciária Pedra Branca foi ampliada e ganhou mais importância no período autoritário do Estado Novo entre 1937 e 1945. Nesse período os princípios modernos da ciência penal foram combinados com as ações autoritárias do governo ditatorial.

Keywords:
Penitentiary
Crime
Authoritarian government

Abstract: The Pedra Branca Penitentiary (Florianópolis) was inaugurated in September 1930. It was built by the Government of the state of Santa Catarina with the intention of modernizing the prison system, which until then was composed of small jails in some municipalities of the state. In the context of the first decades of the 20th century, the city of Florianópolis underwent an urban remodeling linked to the bourgeois ideas of health, morality and civility, from which emerges the discourse of the need to build a penitentiary. From 1935, with the government of Nereu Ramos (1935-1945), the Pedra Branca Penitentiary was expanded and gained more importance in the authoritarian period of the Estado Novo between 1937 and 1945. In this period the modern principles of criminal science were combined with the authoritarian actions of the dictatorial government.

Recebido em 30 de outubro de 2021. Aprovado em 9 de maio de 2022.

* Esse artigo foi extraído, em parte, da dissertação "A Penitenciária de Florianópolis: de um Instrumento da Modernidade a Utilização por um Estado Totalitário", de autoria de Antonio Luiz Miranda, defendida no PPG História da Universidade Federal de Santa Catarina em 1999.

** Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Professor do Curso de História Licenciatura na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Chapecó. E-mail: antonio.miranda@uffs.edu.br.

Introdução

Os conturbados primeiros anos da década de 1930, principalmente com relação aos aspectos políticos e administrativos, tiveram em Santa Catarina suas especificidades. O Estado estava, desde a tomada do poder federal pelo grupo liderado por Getúlio Vargas, sendo governado pelo Interventor Federal Assis Brasil, um militar gaúcho nomeado por Vargas. Foi a alternativa encontrada pelo governo da União no sentido de amenizar as divergências existentes entre os políticos locais. Esse artifício político de Vargas foi empregado não só em Santa Catarina, mas também em outros estados onde as disputas locais impediam a unidade em torno de um nome do próprio local. Nomeava-se alguém de fora, que passava a governar o estado sem se envolver diretamente nas acirradas disputas entre os políticos locais.

Em Santa Catarina essas disputas se davam entre os membros das famílias oligárquicas que apoiaram o movimento de 1930, principalmente os oriundos de Lages, como Aristiliano Ramos, Henrique Rupp Júnior e Nereu Ramos. Dessa forma, enquanto esses políticos digladiavam-se, buscando sempre uma maior aproximação com o poder central, o Interventor administrava o estado, beneficiando ora um grupo, ora outro e até buscando apoio de políticos que haviam sido derrotados pela chamada Revolução de 1930¹.

Em meio as disputas políticas oligárquicas, o projeto modernizador continuava seu curso. Até porque, o governo do período assumiu o poder justificando-se enquanto o novo superando o velho. Proclamavam-se fundadores de uma República Nova, revolucionários. Buscando um exemplo específico de Santa Catarina, e mais especificamente da Penitenciária, vale lembrar uma frase do diretor que redigiu o Relatório da Penitenciária de 1933, na qual afirmava que o “regime penitenciário passou a vigorar verdadeiramente em Santa Catarina, a partir do Governo Revolucionário de outubro”.

Isto é, a Penitenciária que havia sido um empreendimento do governo deposto, discutida desde, pelo menos, o início da década de 1920, passou a ser uma obra do novo governo no que diz respeito à implantação do regime penitenciário. Mas, como veremos no decorrer desse artigo, o discurso de

renovação, de superação do antigo, será repetido e intensificado principalmente a partir de 1935. (MESQUITA, 1933).

Com a promulgação da Constituição de 1934, após o violento movimento em São Paulo em 1932, abriu-se um espaço para uma maior participação dos cidadãos nas escolhas de seus governantes. Nas eleições para o congresso constituinte de 1933, todos os eleitores foram convocados para votar, legitimando, dessa forma, o novo poder. O governo, então provisório, parece ter incentivado a partição da população no processo eleitoral, principalmente na escolha dos deputados constituintes. Na Penitenciária, por exemplo, foi baixada uma portaria dando condições para os funcionários votarem:

Libera os funcionários para votarem nas eleições para escolha de deputados à Constituinte no dia 03 de maio de 1933. Outrossim, declara que obedecendo aos princípios que nortearam a revolução outubrina, qualquer funcionário poderá com ampla liberdade votar nos candidatos de sua predileção, sem temor de serem restaurados os processos que tanto caracterizaram o regime passado.²

Verifica-se, pela portaria acima, uma postura aparentemente democrática por parte do diretor que a assinou, no caso Cleto Barreto. Por outro lado, percebe-se a reafirmação de superação do passado, de se constituir enquanto algo novo. O regime deposto estava superado e o novo dava-lhes a garantia de escolher seus candidatos sem o medo de retrocesso ao passado. Essa aclamada superação do passado recente, em nome da implantação de algo novo, o moderno suplantando o arcaico, parece ter sido a tônica dos discursos das classes dirigentes que tinham assumido o controle político do país no início dos anos 1930.

No processo eleitoral de 1935 foi eleito como governador constitucional do estado o Sr. Nereu Ramos. Com o golpe de estado de 1937, que instituiu o chamado Estado Novo, foi nomeado interventor federal em Santa Catarina.

Nereu Ramos, membro de uma família oligárquica da região de Lages, já havia sido deputado estadual e federal, como também, membro do primeiro Conselho Penitenciário do Estado

instituído em 1928. Isso leva-nos a considerar que ele tinha afinidade com a questão penitenciária. Seu nome tinha projeção nacional, com certo prestígio nos meios políticos dirigentes do país. Essas ligações, por certo, facilitaram-lhe na obtenção de recursos federais para a execução de alguns projetos no âmbito estadual.

A partir da segunda metade da década de 1930, a Penitenciária recebeu um maior investimento em sua estrutura por parte do governo estadual. Foi nomeado um corpo dirigente mais estável, tendo à frente o Sr. Edevilto Campelo D'Araújo, que permaneceu por vários anos como diretor da Penitenciária da Pedra Grande. O prédio recebeu uma remodelação e ampliação de sua capacidade, aumentando consideravelmente o número de vagas em suas dependências. Dessa forma, a segunda metade da década de 1930 representou um novo momento na história da Penitenciária. É possível perceber isso a partir dos relatórios e outros documentos da Instituição do período. No Relatório referente ao exercício de 1935, o diretor apresenta uma crítica severa às administrações anteriores e ao próprio prédio:

A Penitenciária da Pedra Grande embora localizada em um prédio de construção recente, está muito aquém das finalidades que se propõe. Desde sua situação, encravada, assim dizer, numa grande pedreira que lhe dificulta e encarece qualquer ampliação, desprovida de muralhas que a isolem e proteja, dispondo de um número pequeno de celas, com poucas e acanhadas salas, tendo logo à entrada a cozinha, possuindo somente quatro oficinas por organizar, até o pessoal administrativo sem a devida técnica, tudo faz da Penitenciária mais uma grande cadeia, com os inconvenientes das grandes prisões. (D'ARAÚJO, 1935).

Essa parece ter sido a primeira visão que o novo diretor, Edevilto Campelo D'Araújo, teve da instituição que acabara de assumir. Nesse pequeno trecho de seu relatório, praticamente desconstrói os discursos dos antigos diretores da primeira metade da década. Apresenta-se como algo novo condenando o velho. Entretanto, seu discurso não é novidade, pois todos os diretores que o antecederam se colocaram enquanto reformadores e implantadores do sistema moderno. Porém, nesse

caso, as suas críticas parecem terem sido mais profundas e as próprias propostas de reforma da Instituição contavam com o apoio do governo eleito naquele ano. Em sua avaliação sobre a aplicação do regime penitenciário, comenta o diretor que '...o regime penitenciário falha ali por completo...' Suas críticas eram contundentes, e apontava as falhas em todo o processo de aplicação do sistema:

O encarregado na execução da pena, nem sempre obedece aos períodos exigidos pelo Código Penal. Assim é que vimos condenados a trinta anos e com menos de dois anos de reclusão, já trabalhando em oficinas, gozando de vantagens outras obtidas, talvez, em tão curto espaço de tempo, pela simpatia ou posição, enquanto que encontramos outros, apesar de velhos presidiários, tão analfabetos e sem profissão como quando entraram. (D'ARAÚJO, 1935).

As falhas apontadas envolvem a direção anterior, funcionários e presos. As palavras do diretor Edevilto Campelo D'Araújo sugerem que as dificuldades e as relações de favorecimentos e dependências atrapalhavam os propósitos de eficiente aplicação do regime, para além da anunciada vontade de implantação de uma prisão moderna, regeneradora e do esclarecimento quanto a esta questão demonstrado pelos diretores que o antecederam: Cleto Barreto e Queiroz Mesquita. Pois, enquanto condenados a trinta anos de prisão e com menos de dois anos na Penitenciária já obtinham privilégios e certas regalias, outros, com mais tempo de vivência dentro da prisão, continuavam no mesmo estágio em que entraram: analfabetos e sem profissão.

Tal situação leva-nos a crer que, o referido diretor percebeu, no espaço das relações internas estabelecidas na Penitenciária, até então, um sistema de privilegiamento de certos sentenciados em detrimento de outros. Segundo sua observação, alguns sentenciados obtinham regalias, por simpatia ou posição, comprometendo o funcionamento do sistema penitenciário progressivo. Não estavam sendo cumpridas as etapas exigidas para o funcionamento do regime. Um condenado recente já se encontrava cumprindo sua pena nos últimos estágios do regime penitenciário, enquanto um mais antigo, nada tinha aprendido na prisão. Então, na

visão de Edevilto Campelo D'Araújo, o sistema não estava funcionando no sentido da “regeneração do apenado”.

As críticas apresentadas nesse momento, sobre o funcionamento da Penitenciária no período anterior, envolvem não só a quebra das normas por alguns guardas e presos, mas indica que o desregramento partia de cima, ou seja, do encarregado na execução da pena que beneficiava alguns presos e outros não. Por “simpatia ou posição” alguns obtinham vantagens garantidas pela própria direção. Ser de família rica ou pobre, ser violento, arredio ou submisso, poderia proporcionar ao presidiário vantagens ou desvantagens perante a direção. Contudo, não foi possível perceber até que ponto essas condições influenciavam nas relações entre a direção e os presos. Mas, o que se pode deduzir nesse caso é que a direção utilizava critérios diferentes no tratamento com os sentenciados e, provavelmente, os quesitos acima faziam parte das relações entre as partes envolvidas. Mesmo fazendo críticas diretas às administrações anteriores, o diretor Edevilto Campelo D'Araújo reconhece como problema maior a própria rotatividade reinante no cargo, advindo daí uma instabilidade administrativa:

Em primeiro lugar, vem faltando na Penitenciária uma direção capaz e estável. O erro vem das administrações anteriores e longa data. Nestes últimos quatro anos, foram nomeados cinco diretores, dos quais três leigos, sem nenhum preparo especializado, e dois bacharéis que, seja por falta de pudor para a especialidade, seja porque o cargo não ofereça remuneração condigna, nem estabilidade, nele fizeram apenas escala para outros postos da administração. Daí a desorientação reinante no estabelecimento, que acabou apagando o último vestígio do já então precário regime penitenciário. Os diretores, por seu turno, não contaram jamais com a colaboração dos demais funcionários, porque estes, por sua vez, nunca tiveram oportunidade de aprender alguma noção dos deveres. Em segundo lugar, pesa sobre a Penitenciária um defeito que, enquanto não for sanado, dificultará a implantação integral do regime penitenciário. (Relatório da Secretaria do Interior e Justiça de 1935/1936)

É importante ressaltar alguns aspectos do primeiro período da Penitenciária para se visualizar

mais claramente como se engendrou o seu funcionamento. Podemos começar pelo prédio: inaugurado em 1930 com capacidade para 70 detentos, em 1935 já contava com 161 em suas dependências. Nesse caso, aparece uma questão importante para uma penitenciária: o espaço, instrumento de obtenção do disciplinamento pelo poder vigilante. Na disposição dos espaços, item primordial para o bom funcionamento desse tipo de instituição, se dão organizações de estratégias de controle e dominação. Ao que parece, a nova direção da Penitenciária estava atenta a essa problemática, entendendo que o espaço mal trabalhado era um empecilho à implantação eficaz do regime. “Torna-se impraticáveis o isolamento celular, a segregação noturna e o silêncio durante o dia. Nem mesmo as oficinas dispõem de espaço para que todos trabalhem.” (D'ARAÚJO, 1935).

Tendo os primeiros ocupantes da Pedra Grande já cumprido parte de suas penas nas diversas cadeias do Estado, quando foram transferidos para a Penitenciária provavelmente trouxeram em suas bagagens toda uma experiência de convivência carcerária anterior, que poderíamos aqui chamar do tipo “masmorra”. A vivência destes nas velhas cadeias, onde as regras eram outras, sem celas isoladas, vários indivíduos ocupando o mesmo espaço, estabelecendo a partir daí certas relações que chegaram com eles até a Penitenciária.

Porém, nesta instituição, encontraram um lugar totalmente diferente daquele que conheciam como prisão, um novo espaço, com novas regras. Os primeiros presos depararam-se com uma mudança importante na sua própria vida de presidiários, tiveram que adaptar-se ao novo modelo. Passaram a dormir em celas individuais e, durante o dia, deveriam trabalhar coletivamente, mas em silêncio.

Esta mudança possivelmente levou-os a impor certas restrições ao regime tornando-se um empecilho a mais às administrações. Esta situação adicionada a alta rotatividade de presos no período, com constantes entradas e saídas, sendo que muito mais entradas do que saídas, extrapolando rapidamente a capacidade da prisão, potencializou as dificuldades, deixando transparecer uma quebra do regime preestabelecido executado pelas próprias autoridades dirigentes.

Verifica-se nesse ponto duas questões: Uma era que os primeiros presos já estavam “acostumados” ao sistema prisional das velhas cadeias e, ao entrarem na Pedra Branca foram obrigados a adaptar-se ao novo modelo, mas empreenderam certa resistência à essa adaptação. Outra questão, é quanto as próprias autoridades responsáveis na implantação regime penitenciário moderno. Estas não estavam empenhadas, por completo, em cumprir os “objetivos” a que se propunha o empreendimento, seja por inexperiência ou por descaso.

Dessa forma, em seus primeiros anos (1930/1934), a Penitenciária de Florianópolis (Pedra Branca) apresentou um prédio novo, mas nos desdobramentos de seu funcionamento, o modelo penitenciário importado, sofreu alterações que acabaram criando uma realidade local própria. Por outro lado, nos discursos proferidos pelas autoridades envolvidas, continuava a transparecer a aplicação de um novo regime. Naquele momento, a preocupação principal do grupo dirigente da política estadual era a criação de um mecanismo de controle e exclusão social³. Privilegiando, assim, muito mais a imagem dessa sociedade moderna, humana e ordeira com a função de reabilitação do apenado para o convívio social. A instituição penitenciária de fato existia e estava em pleno funcionamento, independentemente de chegar ao resultado regenerador que o sistema se propunha⁴.

Nos quatro primeiros anos da Penitenciária de Florianópolis (Pedra Branca), ocuparam a direção cinco diretores diferentes, isso pode ser ressaltado também como um aspecto negativo, expressando uma instabilidade e descontinuidade administrativa, ainda que o chefe do Setor Penal, o segundo cargo na hierarquia depois do diretor geral, permaneceu mais tempo em seu posto, substituindo os diretores na falta desses.

Possivelmente o cargo de Diretor da Penitenciária não despertava grande interesse nas autoridades que poderiam vir a ocupá-lo. Ou talvez, pode-se sugerir ser uma dificuldade própria do cargo; uma impossibilidade de encontrar alguém no âmbito dos políticos locais ou seus afilhados, capaz de conduzir essa proposta inovadora. Como percebeu o Secretário de Justiça em 1935 quando

afirmou que o cargo de diretor foi utilizado apenas como “trampolim político” por quem o ocupou.

A respeito dos demais funcionários e guardas, para estes serem contratados bastava passarem por uma fase de quinze dias de experiência. Nesse ponto o diretor Edevilto Campelo D’Araújo empreende suas críticas e faz propostas:

Antes do mais, como início dessa reforma que propomos, que se instrua os funcionários, ensinando-lhes a cuidar, observar e dirigir os reclusos. Sem um corpo funcional paciente, educados e dedicados, ninguém conseguirá impor um regime novo à Penitenciária. E bom sabemos aqui a nossa confiança em alcançar a base dessa reforma no corpo de funcionários ora existente na Penitenciária da “Pedra Grande”, uma vez que os sabemos animados também do propósito de dotá-la com melhor organização. Conseguindo isso, já terá obtido alguma causa de muito útil, que não, porém o bastante. (D’ARAÚJO, 1935).

Pelas propostas do novo diretor, as reformas abrangeriam não apenas o prédio, como também o próprio corpo funcional, criando regras, estabelecendo novas formas de procedimentos ou pelo menos o cumprimento das antigas. Para isso, contaria com a “animada” colaboração dos funcionários. Procurando assim, intensificar a disciplina interna através do reaparelhamento do corpo funcional, qualificando-os para o emprego das técnicas de controle condizentes com os preceitos estabelecidos para o funcionamento desse tipo de prisão a qual se fundamenta no emprego de “tecnologias coercitivas do comportamento”. Esses termos aparecem em “O Carcerário” da obra Vigiar e Punir de Michel Foucault. O autor afirma que foi em Mettray que se completou a formação do sistema carcerário.

Tem alguma coisa do claustro, da prisão, do colégio, do regimento. Têm simultaneamente cinco modelos de referência: o modelo da família, o modelo do exército, o modelo da oficina, o modelo da escola e o modelo do judiciário. (FOUCAULT, Michel, 1987. p. 257-70.)

Os diagnósticos do funcionamento da Penitenciária e as propostas de se estabelecer uma ampla reforma, seja no prédio, seja nas regras de

funcionamento, com o reaparelhando o corpo funcional, foi uma tentativa mais efetiva de se colocar em prática os conceitos de uma penitenciária dita “moderna”. A partir de 1936 houve uma continuidade na administração da Penitenciária. E os discursos do período reafirmavam as posições dos dirigentes nas propostas de reestruturação da prisão:

A Penitenciária da “Pedra Grande”, que presentemente passa por completa remodelação, não já somente no que diz respeito ao prédio, que está sendo acrescido de novo e grande pavilhão, mas também na sua organização interna e administrativa, ingressa em nova fase de segura orientação, moldada no que de mais moderno e avançado existe acerca do regime penitenciário, em cujo estado seu dedicado Diretor, Dr. Edevilto Campelo D’Araújo, se vem especializando e de que já aparecem resultados bastante satisfatórios. (D’ARAÚJO, 1936).

A Importância dada a reestruturação da Penitenciária não se refere apenas ao prédio, mas a toda organização interna que, por sinal, recebe maior ênfase no relato, ressaltando que o diretor estava se especializando no assunto. Isto é, o cargo de diretor passou a ter uma maior importância, necessitando um preparo mais efetivo para quem viesse a ocupá-lo. O Sr. Edevilto Campeio D’Araújo, parece ter sido um diretor realmente dedicado; participou de congressos e trouxe desses, novos conhecimentos a respeito do tema. Os Relatórios da Penitenciária a partir de 1936, foram mais elaborados, detalhando vários aspectos que até então não apareciam nos anteriores, revelando um maior controle sobre a Instituição por parte do setor dirigente na aplicação de uma tecnologia coercitiva.

Nesses Relatórios constavam todos os dados a respeito da população carcerária do período, como por exemplo: a origem deles, os tipos de crimes, a raça a profissão entre outros dados, apresentando os números totais e os percentuais, fazendo comparações com outras prisões do Brasil e até do exterior, principalmente da França. Essa maior especialização da direção da Penitenciária não estava ocorrendo por mero acaso. Proliferavam-se pelo país debates e conferências a respeito do tema⁵.

A Penitenciária Pedra Branca durante o Estado Novo (1937-1945)

A segunda metade da década de 1930 foi marcada pela proliferação das ideias totalitárias de governo, pela luta contra o “perigo do comunismo” e pela formação de um Estado que tinha como princípio básico a segurança nacional, com relação a questões externas e principalmente internas. Enfrentavam-se pelas ruas do país os militantes da ANL (Aliança Nacional Libertadora) com grande presença de partidários do PCB (Partido Comunista do Brasil) e, os da AIB (Ação Integralista Brasileira), organização política de tendência fascista. Nos jornais estampavam-se notícias da luta do governo contra o “extremismo”, principalmente de esquerda. Entre as principais leis discutidas no período estavam a reformulação do Código Penal e a Lei de Segurança Nacional.

Os jornais “A Gazeta” e “O Estado” de 1935 apresentam várias matérias a respeito da reforma do Código Penal e da Lei de Segurança Nacional. Em “O Estado” de 23 de janeiro de 1935 lê-se:

[...] Para o incitador de desordens propagandistas de doutrinas subversivas, o flagrante poderá ser ignorado, qualquer que seja o número de pessoas presentes. Altera-se profundamente o processo de julgamento de crime contra a perturbação da ordem e contra o regime liberal democrático, tudo no intuito de facilitar a atuação das autoridades. Pela lei, o governo ficará com a facilidade de determinar o local onde deve ser cumprida a pena pelos jornalistas, considerados inclusos nos delitos acima referidos. (O ESTADO, 23/01/1935)

Essa Lei foi chamada por alguns órgãos de imprensa como o “Diário de Notícias” do Rio de Janeiro de “Lei macabra” ou “Lei Monstro”.

Houve, no período, uma maior preocupação com os aparelhos de controle e repressão, gerando investimentos consideráveis por parte do governo federal na construção e estruturação de instituições de exclusão social, como a Penitenciária de Florianópolis (Pedra Branca). Como também na formação de um corpo de funcionários disciplinados e especializados para darem conta das demandas repressivas empreendidas por um governo totalitário.

As questões ideológicas e sociais faziam, na verdade, as vezes de um pano de fundo para a justificativa de mudanças de atitude de um Estado que se pretendia o implementador de uma profunda profilaxia social. Por isso, além da repressão imediata desencadeada pelo aparato policial contra vários segmentos da população, e passados os primeiros momentos de maior conturbação, Vargas iniciou um completo reaparelhamento da polícia. (CANCELLI, 1993, p. 48)

A especialização do corpo funcional e principalmente dos dirigentes, parece ter sido uma das características principais da Penitenciária de Florianópolis da segunda metade da década de 30. É possível perceber através das minúcias dos documentos produzidos no período. Principalmente os Relatórios, esse maior controle dos administradores sobre a Instituição. Juntamente com os investimentos na parte física, ampliação do prédio, aumento dos números de oficinas, o eficiente gerenciamento representou um novo momento na história da Penitenciária.

Uma novidade na Penitenciária a partir de 1936, foi sem dúvida o início do funcionamento do Tribunal de Comportamento dos Sentenciados. A existência desse Tribunal constava no primeiro regimento interno da penitenciária, mas pelo visto, só entrou em funcionamento a partir de outubro de 1936. O objetivo do mesmo era elaborar pareceres sobre o comportamento dos apenados dentro da prisão, o qual, por sua vez, subsidiava o parecer do Conselho Penitenciário aos requerimentos dos sentenciados para progressão de regime. Desse modo, junto com o requerimento do sentenciado, encaminhava-se o parecer do Tribunal Interno.

Faziam parte desse tribunal o diretor geral, como presidente, os mestres das oficinas, o chefe da Seção Industrial, o professor e o vigilante-chefe. Isto é, faziam parte do Tribunal de Comportamento dos Sentenciados os membros dos cargos que no cotidiano da Pedra Grande estabeleciam um contato mais direto com os apenados. Revelando uma relação interessante entre os ocupantes desses cargos e os presos a eles submetidos. Se por um lado tinham que manter a vigilância sobre os presos, além de lhes ensinar um ofício, como no caso dos mestres de oficinas, tinham que observar o comportamento

deles nas suas menores sutilezas, no seu dia a dia. O que pode levar a uma questão subjetiva, dependendo muito da relação que se estabelecia entre o preso e o mestre, se de simpatia ou antipatia.

Ao preso, dessa forma, restava-lhe se submeter ao olhar vigilante do mestre e ter um comportamento que agradasse esse olhar. O princípio é que o preso está nessa situação temporariamente, e dependerá de seu comportamento e do relacionamento que estabelecer com o seu tutor para abreviar sua estadia na prisão. O vigilante, nesse sentido, impunha, através do seu parecer, mais uma modalidade de poder sobre o preso.

A segunda metade da década de 1930 foi marcada por uma maior estruturação por parte da direção da Penitenciária, mas também foi nesse momento que houve um maior movimento de resistência por parte dos presos. Iniciou-se com a fuga de um dos sentenciados:

Acidentes vários e desagradáveis, assinalaram o sétimo ano de funcionamento desta Penitenciária. Assim, de princípio, poderemos destacar a espetacular fuga do sentenciado nº 193, de nome Porcino Bispo Sant'Anna, causa de sérias contrariedades, pelas várias explorações políticas armadas em redor do fato. (D'ARAÚJO, 1936).

A fuga de Porcino Bispo Sant'Anna gerou na época uma espécie de crise na Penitenciária de Florianópolis. O assunto da fuga ultrapassou os muros da Penitenciária, foi assunto dos jornais da época e fez parte de encalorados debates na Assembleia Legislativa. As críticas eram totalmente direcionadas as deficiências da direção da Penitenciária, que por sua vez, procurava responder às mesmas. No mesmo período houve também uma rebelião interna, segundo o diretor penal, influenciada pelas críticas feitas externamente por "maus patriotas" Essa discussão leva-nos a considerar que a questão penitenciária se inseria nas disputas políticas entre os grupos dirigentes de então. Os opositores atacavam os dirigentes da Instituição que se defendiam e, no meio disso tudo estavam os presos, talvez aproveitando-se da situação:

Muito sofreu, por essa ocasião, o prestígio da autoridade dirigente desse nosso único

estabelecimento penal, levemente atacado por maus patriotas, cuja inconsciência motivou a célebre revolta de 17 de agosto, encabeçada pelo sentenciado nº 29, de nome Celestino Silveira. (Relatório da Seção Penal de 1936).

Uma fuga “espetacular”, uma rebelião “célebre”, a Penitenciária de Florianópolis estava no centro das atenções da sociedade letrada. Internamente essa movimentação dos detentos se deu num momento em que assumiu a direção da Instituição um corpo dirigente se propondo realizar uma completa reforma na prisão. Seja na ampliação do prédio, seja na reformulação do corpo funcional e na mudança do tratamento com os detentos. Essas mudanças agitaram o cotidiano da prisão, e os presos responderam com fuga e rebelião.

A nova direção tratou de intervir no processo, mudando a relação que havia entre funcionários e os detentos, revendo as condenações e reenquadrando os condenados de acordo com seu tempo de pena. As inovações da segunda metade da década de 1930 trouxeram consigo uma série de resistências empreendida por parte dos presos, a fuga de um gerou a revolta de outros.

Pode-se ler de várias maneiras a reação dos detentos: a respeito da fuga de Porcino Bispo Sant’Anna, pode ter ele se aproveitado das mudanças, ou melhor, tê-las desaprovado e antecipado sua conquista da liberdade; quanto a revolta que veio em seguida, talvez testando a capacidade de controle da direção novata e igualmente resistindo as mudanças empreendida que impunham uma nova ordem no cotidiano da prisão.

Imbuída de assumir o controle efetivo da Instituição, a nova direção, tendo à frente o Sr. Edevilto Campelo D’Araújo, enfrentou não só a resistência dos presidiários, como também da guarda externa do presídio. Essa era composta por 93 militares da Força Pública, que segundo o diretor penal, não tinham o comportamento devido e nem respeitavam as autoridades dirigentes da penitenciária:

[...] verifica-se entre os praças componentes do destacamento, as quais - o que ainda hoje se verifica, e em maior escala - sempre viveram numa quase irritante indiferença pela Administração da Penitenciária, não prestando aos dirigentes o

respeito e o acatamento exigidos pelos altos cargos que exerciam e exercem ainda hoje. (D’ARAÚJO, 1936).

Os praças da Força Pública, responsáveis pela guarda externa, não tinham uma boa relação com a direção da Penitenciária e nem com os demais funcionários. Conflitos entre os praças e os guardas internos parece que eram cenas comuns. Configurando um cenário conflituoso e de múltiplas dimensões no cotidiano da prisão. De um lado estavam os apenados, vindos de várias partes do estado, excluídos da sociedade, privados da liberdade, submetidos a um regime disciplinar sendo vigiados diuturnamente. Em outro os guardas internos, responsáveis mais diretos pela vigilância dos apenados, estabeleciam com esses uma relação mais próxima; os guardas internos eram dirigidos por um guarda chefe e submetidos diretamente ao controle da direção Penal. E por fim os praças da Força Pública, que se compõe como um outro polo desta relação, destinado à vigilância externa, não tenham o mesmo contato com os apenados como os guardas internos, eram submetidos ao seu próprio comando militar, e não mantinham um vínculo direto com a Direção da Penitenciária. No entanto, seus serviços eram prestados à Instituição, apesar disso, não se sentiam subordinados a Direção dela. Esta situação gerou alguns conflitos entre as partes, o que deixava o diretor penal indignado:

Ora são conversas em altas vozes no corpo da guarda, ora é o sentinela abraçado com o fuzil, absolutamente não interessado com o pessoal da administração que entra e sai, como se uma posição de sentido, não satisfizesse o pragmatismo que em qualquer militar destacado deve existir para com pessoas de certa posição, que no local trabalham. (D’ARAÚJO, 1936).

Essa relação da guarda externa com a direção não se resumia apenas no desleixo dos soldados, como cita o Diretor Penal, abrangia a relação com os guardas internos. Como exemplo dessa relação conflituosa, cita-se uma situação ocorrida em 1933 com o guarda interno Jorge Sant’Anna, que estava de serviço no período noturno, e foi chamado pelo sentenciado nº 31 que reclamava de dois soldados e um cabo que estavam a “palestrar em voz alta” às

vinte e duas horas e trinta minutos. O guarda interno, atendendo a solicitação do sentenciado, foi até os soldados pedir-lhes silêncio, no que não foi atendido. O cabo, de nome Protenor, levou o fato ao conhecimento do Comandante da Guarda Militar, gerando um conflito entre essa e a direção da Penitenciária. Esse fato ocorreu no momento anterior ao discutido nesse texto, mas é bastante ilustrativo para a compreensão das relações estabelecidas internamente na prisão entre os guardas da Força Pública e os da parte interna.

Pelo regimento interno o horário de silêncio iniciava-se às 21 horas, no entanto às 22:30 horas, o silêncio era quebrado por guardas militares e quem solicitou o silêncio foi um apenado, com a intermediação de um guarda interno.

Nesse ponto, inverteu-se os papéis, o preso exige o cumprimento da regra, os militares simplesmente descumprem, e quando são cobrados, não reconhecem a autoridade do guarda interno, ou não consideraram a reclamação exatamente porque partiu de um preso, que em princípio não estava em condições de exigir nada, até pelo contrário. O que se pode sugerir nesse invólucro? A guarda externa por não estar submetida a Direção da Penitenciária, não compartilhava dos critérios de valores e dos procedimentos estabelecidos pelo regime penitenciário.

Criminalidade e eugenia

Os problemas internos até então apresentados foram, ao que parece, resolvidos pela direção geral, pelo menos não continuaram aparecendo enquanto motivo de preocupação nos relatos sobre a Penitenciária produzidos após 1936. A preocupação principal passou a ser a massa carcerária, procurando identificá-la e classificá-la de várias formas. Os documentos da Penitenciária produzidos nessa época caracterizam um alinhamento da direção da instituição com a Escola Penal Positiva, que foi o modelo empregado pelo tipo de Estado totalitário instalado no Brasil com o golpe do Estado Novo em 1937. Elizabeth Cancelli, a respeito desse assunto afirma que:

Por estranho que possa parecer, a decadência da Escola Clássica de Direito e sua suplementação pela Escola Positiva, ou antropologia criminal, ou ainda Escola de Criminologia, veio contribuir como mais um ponto de sustentação dos atos policiais e do Estado. (CANCELLI, 1993, p. 48)

A leitura dos documentos do período permite indicar que a direção da Penitenciária partilhava muito bem dos conceitos da Escola Positiva, principalmente sua face racista. Nos escritos assinados pelo diretor, junto a apresentação de dados sobre a população carcerária, fica explícita sua posição quanto a relação do crime com a raça do criminoso:

O crime e a cor

Escrevemos já numa publicação sobre a Penitenciária que o mulato, pardo ou misto, quarteirão ou oitavão é, nos grupos étnicos, o que mais delinqui. Essa observação se vem verificando ano a ano. À medida que decresce o número de brancos e pretos criminosos, o de pardos aumentou, entre os 288 sentenciados (refere-se a 1940), 190 ou seja 66,4% eram brancos, 79 ou 27% pardos e 19 ou 6,6% pretos. No decênio de 1930-39 às percentagens foram as seguintes: brancos 68%, pardos 24% e pretos 7%. Não há dúvida que proporcionalmente às respectivas populações, as segundas dessas percentagens são mais altas.

A predisposição ao crime nos pardos, segundo se apurou, decorre da herança de caracteres de grupos étnicos diversos, que, no elemento de transição, geralmente degenera. Nas prisões são indivíduos instáveis nas atitudes, simuladores, avessos à disciplina e refratários ao trabalho. Entre os pardos está maioria dos reincidentes. Dos crimes que cometem, 2/3 são de sangue e o restante, geralmente, contra a propriedade. (D'ARAÚJO, 1936).

Os dados acima, apresentados pelo diretor Edevilto Campelo D'Araújo, contradizem sua argumentação, pois a maioria absoluta dos presos eram brancos - 68%, mesmo se referindo a proporcionalidade em relação à população, ele não cita os números para comprovar sua teoria. Suas afirmações são baseadas em estudos de outros teóricos dentro do princípio da eugenia social patrocinada pelo Estado Novo de Getúlio Vargas.

Essa posição da direção da Penitenciária em relação aos mestiços pode revelar um tratamento diferenciado a esses no interior da prisão. Em seu discurso o diretor revela que existe “uma predisposição ao crime nos pardos”, além de serem “simuladores, avessos à disciplina e refratários ao trabalho”. Por estas palavras é possível deduzir que esses presos eram considerados irrecuperáveis *a priori*, e por isso a pena aplicada tomava-se inócua, pois, eram os que apresentavam maior índice de reincidência ao crime.

A direção da Penitenciária de Florianópolis, ao elaborar esses discursos, reproduzia o que estava em voga naquele momento na sociedade: o princípio da eugenia, da purificação racial, e a prisão tomou-se o local onde essas questões vão aparecer com muita intensidade. Porque é a prisão um local de inclusão dos indivíduos em uma determinada categoria, o delinquente, e dessa maneira produz uma forma de exclusão social, a dos indivíduos que não se enquadram no convívio da sociedade disciplinar. Uma inclusão para exclusão.

Considerações finais

A partir de 1935 o regime, iniciado no Brasil em 1930, reforçou uma política de centralização do Estado. No Legislativo foi aprovado a Lei de Segurança Nacional, muito criticada por alguns órgãos de imprensa da época, e iniciava-se a discussão de um novo código penal para o país. O aparato policial se reestruturou para combater de forma mais eficiente os inimigos do governo. A estrutura prisional também ganhou uma maior importância na política autoritária do governo de Getúlio Vargas.

Foi nessa época que a Penitenciária de Florianópolis recebeu os maiores investimentos. Se na primeira metade dos anos 1930 a Penitenciária funcionou meio que a revelia do sistema condizente, a partir de 1935 mudou bastante a realidade da prisão. Pode-se até afirmar que foi construída uma nova penitenciária sobre a antiga ou, pelo menos, completou-se uma obra inacabada.

A partir da segunda metade da década de 1930 surge um novo momento na história da Penitenciária. A prisão ganhou uma nova

importância no contexto político da época. A formação de um estado totalitário no Brasil trouxe consigo o aparelhamento das instituições de controle social. Na Penitenciária de Florianópolis processou-se uma série de investimentos que iniciaram com a nomeação de uma nova direção tendo a sua frente o sr. Edevilto Campelo D’Araújo, o qual permaneceu até 1945 como diretor da instituição.

Foram construídos novos pavilhões e novas oficinas, aumentado consideravelmente a capacidade da prisão. Além disso, houve uma revisão nas regras de funcionamento e, também, uma recapacitação de seu corpo funcional. Porém, foi naquele momento que surgiram as primeiras resistências abertas por parte dos prisioneiros. Fugas e rebeliões foram acontecendo no momento de mudanças das regras, um momento agitado na história da Penitenciária de Florianópolis.

Foi durante o governo de Nereu Ramos, primeiramente como governador eleito e depois como Interventor Federal, que ocorreram os maiores investimentos na Penitenciária de Florianópolis. Principalmente a partir do período do Estado Novo (1937-1945). Em 1940, por exemplo, foram construídas novas obras e inauguradas, na ocasião, pelo próprio ditador Getúlio Vargas. Isso revela a importância dada pelo governo federal ao sistema penitenciário.

Este artigo priorizou analisar o período do Governo de Nereu Ramos (1935/1945), quando de fato foi implementado o sistema penitenciário moderno, mas identifica-se três momentos distintos da história da Penitenciária de Florianópolis durante a primeira metade do século XX: quando ela foi pensada, durante as primeiras décadas do século (1910/1920), quando iniciou seu funcionamento (1930/1934) e quando houve uma grande reestruturação de todo o complexo penitenciário da capital do estado de Santa Catarina a partir da segunda metade da década de 1930.

Quando foi pensada era o momento em que acontecia na cidade de Florianópolis todo um conjunto de reformas urbanas dentro dos princípios modernizantes burgueses, a penitenciária era então uma instituição que faltava para completar essas reformas. Ao iniciar de fato seu funcionamento, vai transparecer que os vícios de funcionamento das

velhas cadeias vão permanecer na nova prisão. Mas o que ganhava realce nos discursos proferidos pelas elites locais era a importância da existência desse aparato moderno de controle social.

Porém a partir de 1935, com o recrudescimento das relações políticas, o empreendimento ganhou uma nova importância no contexto, recebendo por isso fortes investimentos por parte dos governos. Demonstrando claramente que uma das prioridades de um governo totalitário, como o que existia naquele momento, era o fortalecimento das instituições de repressão social.

Notas

1 Sobre as disputas políticas em Santa Catarina na década de 1930, ver Correa (1984).

2 Portaria da Penitenciária nº 38 de 02 de maio de 1933.

3 Segundo Michel Foucault “[...] a burguesia não se importa absolutamente com os delinquentes nem com sua punição ou reinserção social, que têm muita importância do ponto de vista econômico, mas se interessa pelo conjunto de mecanismos que controlam, seguem punem e reformam o delinquente.” (FOUCAULT, 1993, p. 186.)

4 O modelo adotado em Florianópolis foi o chamado “Auburn Progressivo”, adotado também na Penitenciária de São Paulo. Tratava-se de um regime penitenciário no qual o apenado passava por vários estágios até reconquistar seu retorno à liberdade. Sendo que no primeiro estágio deveria ficar isolado em cela individual.

5 Em outubro de 1940 o diretor Edevilto Campeio D’Araújo representou o Estado de Santa Catarina na Iª Conferência Penitenciária, na qual o governo do Estado recebeu um voto de louvor “pelas suas realizações no setor penitenciário”. Relatório da Penitenciária de Florianópolis, 1940.

Referências

CANCELLI, Elizabeth. **O Mundo da Violência: a polícia da era Vargas**. Brasília: Edunb, 1993.

CORREA, Carlos Humberto. **Um Estado entre duas Repúblicas, a revolução de trinta e a política em Santa Catarina até 35**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1984.

D’ARAÚJO. Edevilto Campelo. **Relatório do Exercício de 1935 da Penitenciária de Florianópolis**. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

D’ARAÚJO. Edevilto Campelo. **Relatório da Penitenciária de 1936**. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

FOUCAULT. Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT. Michel. **Microfísica do Poder**. 11 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

MESQUITA. Euclides Queiroz. **Relatório da Penitenciária 1933**. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Cabeças cortadas e o “fim do cangaço” em cores: imaginação e memória a partir do trabalho de colorização de imagens

*Cropped heads and “end of cangaço” in color:
Imagination and memory based on image colorization*

Francisco Wilton Moreira dos Santos*

Palavras chave:
Cangaço
Colorização
Rubens Antonio da Silva
Filho

Resumo: Este trabalho buscou analisar a fotografia das “cabeças cortadas”, despojos do bando de Lampião em 1938, a partir do processo de colorização do artista plástico Rubens Antonio da Silva Filho. A fotografia passou a circular em meios digitais suscitando novos debates sobre o cangaço. Este trabalho analisa a colorização para além do simples processo de facilitação do acesso à história ou fetichização da imagem (DIDI-HUBERMAN, 2012b). Atentamos para as reconfigurações da imagem ao ser apresentada em cores, seus debates sobre memória e violência no contexto de expansão das novas tecnologias.

Keywords:
Cangaço
Colorization
Rubens Antonio da Silva
Filho

Abstract: This work sought to analyze the photograph of “cut heads”, the spoils of Lampião's gang in 1938, based on the colorization process of the plastic artist Rubens Antonio da Silva Filho. Photography started to circulate in digital media, raising new debates about cangaço. This work analyzes colorization beyond the simple process of facilitating access to the story or image fetishization (DIDI-HUBERMAN, 2012b). We pay attention to the reconfigurations of the image when presented in color, its debates on memory and violence in the context of the expansion of new technologies.

Recebido em 30 de novembro de 2021. Aprovado em 31 de março de 2022.

Introdução

O cangaço foi uma forma de banditismo rural que assolou o Nordeste do Brasil entre o final do século XIX e início do século XX, tendo Virgolino Ferreira da Silva, o Lampião, como um dos seus principais representantes. Lampião abraçou a vida no cangaço até sua morte, em 1938, na Grotta de

Angico em Poço Redondo (SE), resultado da investida da polícia volante alagoana que culminou na chacina que destronou o “Rei” e a “Rainha” do Cangaço e matou mais nove integrantes do grupo. Tornou-se ainda uma das imagens mais conhecidas quando se pensa no “fim do cangaço”: a fotografia das cabeças cortadas expostas na escadaria da prefeitura de Piranhas (AL). Imagem forte e cristalizada no imaginário nacional.

* Doutorando em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPHR/UFRRJ) e Bolsista CAPES; Mestre Interdisciplinar em História e Letras pelo MIHL-FECLESC/UECE. E-mail: professorwill13@gmail.com; Este trabalho é fruto de discussões levantadas na disciplina “História e Imagem”, ministrada pela professora Dra. Letícia Pumar, na UFRRJ.

Ao longo dos mais de oitenta anos das mortes de Maria Bonita e Lampião até os dias de hoje, inúmeros são os meios e suportes que se ancoram as suas memórias, como literatura de cordel, prosa, filmes, esculturas, músicas, jornais, fotografias e, mais recentemente, as mídias sociais digitais, o que aponta para uma memória pública. Assim posto, o cangaço é um tema que desperta atenção e mobiliza muitas discussões, tanto no meio acadêmico, quanto fora dele. É importante mencionar que estas memórias são tensionadas e fruto de interesses e disputas imersas em uma teia de relações de poder. Assim, quando pensamos, em especial, nas fotografias, estamos atentos ao seus agenciamentos e tensões, não desvinculadas, portanto, de todo um conjunto de práticas que as envolve, desde a sua produção a sua recepção e consumo (RAMOS FILHO, 2020; SCHIAVINATTO; ZERWES, 2018).

Recentemente, a fotografia das cabeças cortadas voltou a circular em meios digitais, especialmente, em redes sociais, levantando novos debates sobre o tema do cangaço. Chama-nos atenção a reconfiguração da imagem ao ser apresentada em cores. Nesse sentido, objetivamos investigar as reconfigurações dessa imagem no contexto de expansão das novas tecnologias, tencionando-a a partir do trabalho de colorização do artista plástico Rubens Antonio da Silva Filho¹. A proposta visa perceber a colorização além do simples processo de facilitação do acesso à história ou fetichização da imagem, atentos à crítica de Didi-Huberman (2012b). Encaramos o processo de colorização como um trabalho de imaginação e memória que “abre em leque” as possibilidades de interpretação.

I

A história do Brasil foi marcada por episódios de violências perpetrados pelos agentes do poder em nome da “civilização”, da “ordem” e do “progresso”. Os excessos eram assim justificados e, portanto, estariam dentro da norma ou buscavam a tal falada normalidade. Visando a manutenção do poder estabelecido, a repressão violenta foi o caminho seguido à perpetuação da sua soberania. Desse

modo, estaria oficializada, nos indicando quem teria o poder de tirar a vida e quem deveria pagar com ela por seus atos. Dentre as práticas punitivas recorrentes e conhecidas, destacam-se a mutilação de corpos e exibição em praça pública, uma vez que funcionava como prova da identidade dos inimigos abatidos, figurando também como troféu e símbolo da vitória do Estado, um duplo recado aos “promotores da desordem” em nome de uma pedagogia do medo.

Partindo da filosofia política hobbesiana, Vladimir Safatle (2015), considera o medo como a paixão, que dadas algumas ressalvas, faz o homem respeitar as leis. As instituições vão mobilizar inúmeras formas de exercer controle a partir do medo, tentando usá-lo ainda, como motor da coesão social (SAFATLE, 2015). Nesse contexto, os suplícios aos quais o Estado recorreu ao longo do tempo (em especial dos séculos XVI ao XVIII), visavam conferir-lhes legitimidades, demonstrando seu poder diante do corpo dos sentenciados (FOUCAULT, 1999). A participação do público era de fundamental importância para tentar assegurar sua soberania, exercendo não apenas uma violência física, mas também, psicológica. Vejamos alguns exemplos a seguir.

Em 1695, após o fim do Quilombo dos Palmares, as autoridades mataram Zumbi, degolaram-no e exibiram sua cabeça publicamente; em 1792, Tiradentes foi enforcado e esquartejado, tendo as partes de seu corpo espalhadas por Minas Gerais; no ano de 1854, Lucas da Feira, conhecido chefe de bando que assombrou a Bahia, teve o cadáver desenterrado e sua cabeça cortada para servir aos estudos frenológicos; (JASMIN, 2016; PERICÁS, 2010). Por fim, há os eventos que puseram fim ao arraial de Canudos, onde “as maiores atrocidades, violências físicas, tortura e profanações de cadáveres foram cometidas pelos soldados das tropas federais e pelos contingentes de todas as polícias federais do Brasil” (JASMIN, 2016, p. 291).

Longe de ser uma exclusividade na construção histórica do Brasil, em outras partes do mundo ocidental, o recurso do uso da violência por parte do Estado Moderno foi também recorrente. Na Europa Moderna este mecanismo foi amplamente mobilizado, como o caso das punições

às sublevações dos povos nativos da América. A título de exemplo, ressaltamos a perseguição e repressão à Rebelião de Túpac Amaru (1780) por parte do Estado Espanhol, na qual o líder e alguns de seus aliados terminaram executados em plena praça central de Cuzco: “abriram-lhe a força a boca para cortar a língua, depois tentaram desarticular seus membros presos a cavalos, mas seu corpo não cedeu e tiveram de decapitá-lo” (GOMES, 2014, p. 56). Com a finalidade de desencorajar outras revoltas, seus corpos foram esquartejados expostos em diferentes locais.

Esse foi o modelo seguido no combate aos cangaceiros na primeira metade do século XX. Os anos 1930, especialmente, marcaram a prática de decapitação. Para ficarmos apenas em três exemplos, podemos citar os casos de Mariano, Pai velho e Pavão em 1936; Zepelim, em abril de 1937, e Serra Branca, Eleonora e Ameação, em fevereiro de 1938. Destacam-se, além do método empregado, a exibição pública das cabeças cortadas e suas fotografias, publicadas e replicadas em vários jornais do Brasil, repetindo-se em julho de 1938.

É interessante perceber que no transcorrer do final dos anos trinta do século passado e envoltos em auras de um país que se pretendia cartão postal, conforme bradava o Estado Novo varguista (1937-1945), é justamente o uso de práticas comuns nos séculos XVIII e XIX que cercam o “fim do cangaço”. Cabe questionar se, diante do que seria o “maior problema nacional”, o que pode significar recorrer a tais práticas quando a norma vigente já previa e estabelecia outras medidas, como as tentativas de correções através do sistema prisional. Todavia, mesmo estes métodos, que buscam “suavizar” sem “castigos violentos” tratam do corpo e de seu controle (FOUCAULT, 1999).

Arlette Farge (2011), apoiada em Foucault, acredita na compatibilidade entre “razão” e “violência”, afirmando ser justamente nesse ponto que ela se torna ainda mais perigosa. “Racionalizar o abominável” é entender que “a razão de ser do poder não é um sentimento humanitário, uma suavização dos costumes, mas uma lógica de seu exercício” (FARGE, 2011, p. 38). Dentro do jogo do poder, violência e barbárie são formas de organização em enunciações políticas, escreve a autora. Neste

sentido, “a violência, como um meio para um fim, não é legitimada, é justificada. A justificativa faz referência a um futuro, o fim a ser alcançado, o ‘reequilibrar da balança’” (ALBUQUERQUE, 2011, p. 39). Assim, em nome de por um fim a uma “leva de facínoras” que grassavam os sertões e da paz para o povo sertanejo, se justificava o massacre e a mutilação dos corpos de cangaceiros.

O fato é que no raiar da manhã do dia 28 de julho de 1938, o silêncio quase de catedral da grota de Angico (SE) foi quebrado pelo tiro que acertou Lampião. Depois do primeiro disparo, o espaço foi preenchido pelo soar ensurdecedor de metralhadoras por quase vinte minutos. Resultado da investida: doze mortos. A polícia volante comandada pelo tenente João Bezerra teve uma baixa; do lado dos cangaceiros, Lampião, Maria Oliveira e mais nove integrantes do grupo. O soldado Sebastião Vieira Sandes teria empunhado seu facão e degolado Lampião. Em seguida, José Panta de Godoy teria decapitado Maria quando ela ainda agonizava (NEGREIROS, 2018; MELLO, 2018).

Jornais do Brasil e do mundo noticiavam em primeira página a morte do “rei do cangaço”². Do Ceará, por exemplo, saía do prelo em letras garrafais a notícia que informava: “decapitados, Lampião, sua mulher e nove comparsas” (O POVO, 29/07/1938, p. 01). As cabeças dos onze indivíduos foram recolhidas como troféus macabros, representando o triunfo da violência oficializada do Estado Novo varguista (1937-1945). Telegramas enviados e replicados por vários periódicos animavam uma eufórica população: “as cabeças dos bandidos esperadas em Maceió” (O POVO, 29/07/1938, p. 01). Assim começava o cortejo macabro com várias escalas.

No *Diário de São Paulo*, telegramas reproduzidos de Maceió informam que “a notícia da morte de Lampeão foi recebida “(...) com enorme satisfação e interesse”. O título da matéria é ainda mais expressivo: “O povo faz passeatas de alegria” (DIÁRIO DE SÃO PAULO, 29/07/1938 apud ARAÚJO, 1982, p. 70). O escritor Graciliano Ramos descreve o quadro de festa da população de Piranhas (AL), acotovelando-se em multidão, diante do cortejo triunfal dos soldados recebidos como heróis. Frenético, o povo acompanhava o caminhão.

Do alto, um soldado retira de uma das latas de querosene um dos despojos, levantando-o demoradamente pelos cabelos. Não há lágrimas nos olhos, alguns lenços ao nariz, talvez, diante do mal cheiro exalado, a multidão delira em uma espécie de gozo (RAMOS, 2014).

A procissão macabra segue para Santana do Ipanema, onde chega em 30 de julho. A demora não era penas por conta das condições precárias da estrada, o atraso se deu, porque uma multidão se espremia querendo presenciar o espetáculo: “com gente subindo em muros e trepando em árvores em busca de um ângulo mais favorável para a visualização dos ‘troféus’” (NEGREIROS, 2018, p. 241). Como um feriado, lojas e escolas foram fechadas; organizada pelas autoridades locais, uma fanfarra acompanhava o cortejo (JASMIN, 2016). A essa altura, jornalistas de todo o país já se avolumavam, buscando colher mais detalhes do “sensacional furo de reportagem”, para compor suas notícias e descrever o clima da cidade. As cabeças seguiriam de trem até Maceió.

A espetacularização da morte, entretanto, ainda não estava completa. Na escadaria da prefeitura de Piranhas, tratou-se de fazer com que aquela cena fosse imortalizada e durasse *ad infinitum*. Nos degraus da prefeitura, as cabeças foram dispostas de modo teatral: em primeiro plano

e solitária em um degrau, a cabeça de Lampião. No segundo degrau, ao lado das cabeças de Quinta-Feira e Luiz Pedro, foi posta a de Maria Bonita; logo acima, Mergulhão, Elétrico e Caixa de Fósforo; em último plano, os restos mortais de Enedina, Cajarana, Luiz de Tereza³ e Diferente. Ao lado delas, pertences foram colocados com uma preocupação simétrica. Máquinas de costura, cartucheiras, punhais, chapéus e bornais, em contrapartida, são apresentados ao público: “o rico bordado colorido dos bornais, o ouro e a prata dos equipamentos conseguiram atenuar o horror dos despojos malcheirosos” (MELLO, 2018, p. 283).

Tal forma de organização lembra os Gabinetes de Curiosidades europeus (*Wunderkammern*) dos séculos XV a XVII. Também chamados de Câmara de Maravilhas, estes gabinetes funcionavam como “suportes” ou “dispositivos” para o depósito de objetos usados “para comemorar a memória”, reunindo “(...) objetos raros, exóticos, estranhos ou engenhosos” (SABARÁ, 2018, p. 11). Nos gabinetes, as “maravilhas” em exposição levavam em conta exatamente as suas singularidades (GONÇALVES, AMORIM, 2012), o que pode apontar para este paralelo na exibição dos despojos dos cangaceiros (Figura 1).



Figura 1 – despojos do bando de Lampião.

Fonte: (MELLO, 2011, p. 441).

Assunto pronto e organizado, é chegado o momento do registro. Não demorou muito para que a fotografia atribuída a João Damasceno Lisboa estampasse inúmeros jornais. Replicadas aos montes, ampliaram as vendas das folhas, se valendo de edições extras dos periódicos para atender à imensa procura. Corpos mutilados, cabeças cortadas oferecidas em forma de espetáculo chancelado pelo Estado. No contexto do Estado Novo, reforçava-se o poder da imprensa na tentativa de influenciar a opinião pública contra o cangaço ao mesmo tempo que ajudava a legitimar o governo varguista. A composição imortalizada na fotografia atravessou os anos guardando múltiplos discursos, tempos e leituras, objeto de cultura e barbárie, dos quais nos alertou Walter Benjamin⁴ (1987, 2005).

Lembremos que o cortejo vai além. As “cabeças cortadas” passam de troféus e de curiosidade do público a objetos de estudo. O professor e médico-legista de Maceió, Lages Filho, foi o responsável por fazer exames antropométricos à luz dos ensinamentos de Cesare Lombroso, na expectativa de encontrar indícios que “justificassem a degenerescência de Lampião e seu bando” (CARVALHO, 2019, p. 14). O cortejo segue seu trajeto e, de objeto científico, passa a ser objeto de museu. Os despojos mortais foram transformados em “peça” de museu, conforme Caroline Carvalho (2019), retirando deles qualquer caráter humano, expondo-os a uma dupla penalidade: assassinato e exibição.

As cabeças ficaram insepultas e em exibição até 1969 e, somente depois de muitas tensões, foram sepultadas no cemitério Quinta dos Lázarus (NEGREIROS, 2018). Todavia, não sem uma forte oposição do médico Estácio de Lima, que argumentava a necessidade de permanecer exibindo as cabeças, vistas por ele como “um valioso patrimônio cultural” estadual. Em sua justificativa, o médico falava em proteção à missão cultural do museu e uma forma de manter viva a lembrança das atrocidades cometidas pelos cangaceiros. Assim posto, para ele, enterrar as cabeças representava uma ameaça à cultura, pois significaria perder “um dos elementos do patrimônio cultural do Nordeste e do Brasil” (JASMIN, 2016, p. 338).

Após grande luta, os descendentes dos cangaceiros ganharam na justiça o direito de sepultar os restos mortais, àquela altura, ainda mais desfigurados e irreconhecíveis. No lugar das “cabeças cortadas”, o museu exhibe as suas fotografias, exatamente como lá estavam, com a legenda que explicava o motivo da exposição: “(...) servir a ciência e a antropologia do cangaço” (JASMIN, 2016, p. 339). Morre o homem e nasce a lenda (FERREIRA NETO, 2016), impulsionando a memória sobre os cangaceiros, em especial, Lampião; através de múltiplas narrativas e suportes, a fotografia, por exemplo, é potencializada hoje com as novas técnicas de fabricação e circulação. A transmissão pode ser feita de diferentes maneiras e trabalho de memória é um campo de batalhas.

II

A ascensão do universo digital possibilitou uma ampla circulação, além de oferecer novos suportes e contato prolongado com as “imagens do cangaço”, atualmente ao alcance de um *click*, permitindo “demais tipos de conservação, transmissão e ressignificação” (RAMOS FILHO, 2020, p. 308). É nesse contexto que entramos em contato com o trabalho do artista Rubens Antonio da Silva Filho. Conhecedor e apreciador do tema, ele também ministra aulas sobre a história do cangaço na Bahia, já tendo proferido palestras em inúmeras instituições. Destaca-se também no plano das artes, tendo realizado, no Palacete das Artes em Salvador (BA) no ano de 2016, a exposição *Pepitas de Fogo: O Cangaço e seu tempo colorizados*. A mostra contou com a exposição de trinta imagens colorizadas, retificadas e complementadas sobre o cangaço.⁵

A ideia para o *Pepitas de Fogo* teria surgido ainda quando o artista dava aulas na UNEB, atento para o quanto o tema se faz presente no imaginário nordestino e nacional. O artista partiu do material fotográfico produzido na época do cangaço e recorreu aos programas *Adobe Photoshop* e *Adobe Creative Suite*⁶. Além disso, para a recomposição das cores, a pesquisa contou com ampla consulta a acervos jornalísticos e testemunhos orais (SECULT-BA, 2016). A exposição conta também

com um pequeno texto de sua autoria, com apresentação e justificativa do trabalho.

Boa parte das imagens selecionadas por Rubens encontram-se marcadas pela ação do tempo, apresentando amarelidão, desbotamento ou ainda trazendo marcas das técnicas da época ou do contexto de produção, como desfoques ou mutilações. O artista, ao entrar em contato com estas fotografias, pretende também, ao colorizá-las, restaurá-las, retificá-las e resguardá-las. Assim, no processo de colorização das imagens, o trabalho imaginativo do artista não pode ser descartado, além da lógica e da dedução (figura 2).

As imagens encontradas no perfil do autor “(..) tem alta resolução, se comparadas a outras que

circulam com frequência, o que indica o cuidado na seleção, para usá-las com fins de ‘retificação’ e ‘colorização’” (RAMOS FILHO, 2020, p. 320). Além disso, sempre assina para garantir sua autoria na edição. Fora isso, poucas palavras são empregadas nas legendas. É quase como se a imagem pudesse falar por si própria “de tão viva que se tornou” (RAMOS FILHO, 2020, p. 320). Desse modo, talvez, para o artista “(..), tanto no âmbito cotidiano, quanto no contexto estrito da criação artística, a fotografia aparece como uma tecnologia a serviço da verdade” (FONTCUBERTA, 2014, p. 13).



Figura 2 – Maria Gomes de Oliveira (fotografia original e colorizada).

Fonte: (A TARDE, 2016). Fonte: (SILVA FILHO, 2019).

Na imagem destacam-se a riqueza estética detalhista da vestimenta e indumentária da cangaceira e o acabamento em ouro no chapéu e nos ricos anéis. “O cinza típico da caatinga aparece com alguns tons de verde e serve de pano de fundo à pose de uma moça que faz charme para a câmera fotográfica” (RAMOS, 2016). Maria Gomes de Oliveira, mais tarde conhecida pelo nome de Maria Bonita, posa para as lentes do sírio-libanês Benjamin Abrahão no ano de 1936. A imagem que estamparia vários jornais, transformando Maria em “estrela nacional”, como estaca o jornal *O Povo* em 29 de dezembro daquele ano. O primeiro plano mostrava Maria “com seu ar impetuoso, o cenho ligeiramente franzido e, como não escaparia aos olhares mais atentos, o vistoso par de pernas grossas” (NEGREIRO, 2018, 199). Apesar do destaque, Maria aparecia como a “Mulher de Lampeão”, eclipsada pela figura do companheiro⁷. Detalhes evidenciados pela colorização, segundo Rubens Antonio.

O artista compara o cuidado e a condução do processo de colorização no redesenho e retificação das imagens ao trabalho de um geólogo ou paleontólogo, e acrescenta, buscando sempre reduzir as arbitrariedades⁸. Ele procura atentar às cores que se aproximam (azul e cinza, diz); é criação e imaginação na reconstrução dos detalhes e na ligação dos traços descontínuos, afirma em entrevista ao *site* da Secretaria de Cultura da Bahia. O interessante, declara o artista, “é que ao se deparar com as imagens coloridas, as pessoas costumam dizer que elas são diferentes do que é original” (SECULT-BA, 2016). Trata-se, portanto, de um trabalho com a memória também.

Nesse sentido, podemos traçar um paralelo com *Faces of Auschwitz*⁹, projeto da artista Marina Amaral em parceria com o Auschwitz-Birkenau Museum, em que busca, “na adição de cores às fotos feitas originalmente em preto e branco”, alcançar “nuances plástica-informativas (...) reveladas como vestígio” (SANTOS; TEXEIRA, 2020b, p. 45) saltados a partir da colorização, inserindo-as em uma nova temporalidade. Assim, trabalha também com a memória, pois pretende, ao intensificá-las pelas cores, chamá-las ao presente, reorganizar o olhar do espectador, buscando-as impor “(...), portanto, em

relação a certo alheamento, a certo esquecimento” (SANTOS; TEXEIRA, 2020a, p. 19).

O projeto visa, ao provocar esta rememoração, chamar atenção para estes indivíduos como pessoas, seres humanos brutalizados pelo terrível acontecimento que vivenciaram. Dito de outra forma, pretende-se convidar o espectador “a sentir e a recordar os sujeitos cuja alteridade impedida ou perdida na morte é restituída mnemonicamente” (SANTOS; TEXEIRA, 2020a, p. 03). A proposta vai além da simples coloração, busca-se também contar as suas histórias¹⁰, diz Amaral. Há ainda o apelo para o tato, o toque na apresentação, uma vez que a sobreposição das imagens colorizadas às fotografias originais é feita por meio de um controle deslizante (figura 3). A ideia é que ao percorrer as imagens, acariciando as faces ali dispostas, acione uma dimensão háptica “como mais uma chance de aproximação” (SANTOS; TEXEIRA, 2020b, p. 50).

É o que se propõe ao nos apresentar, dentre tantas outras pessoas, a polaca Seweryna Szmaglewska. A estratégia verbo-visual nos informa que Szmaglewska nasceu em 11 de fevereiro de 1916, estudou psicologia e literatura, pretendendo tornar-se professora. Quando a Polônia foi ocupada pelos alemães, ela chegou a trabalhar em um hospital como enfermeira voluntária e se engajou na educação ilegal, juntando-se a uma resistência estudantil, tendo ainda coordenado uma biblioteca clandestina na Polônia. Por ter atuado na resistência, foi presa pela Gestapo¹¹ e transportada para Auschwitz posteriormente (FACES OF AUSCHWITZ, 2018).

Um detalhe interessante acentuado com a colorização é o “sistema de marcação” presente nos uniformes da/os fotografada/os. No caso de Seweryna Szmaglewska, podemos observar, no canto inferior direito da imagem, um triângulo vermelho, que indicava “inimigo político” ou “preso político”. Conforme o *site*, “Os presos políticos em Auschwitz eram, acima de tudo, polacos” (FACES OF AUSCHWITZ, 2018). Havia ainda outros tipos de marcação e cores.¹²

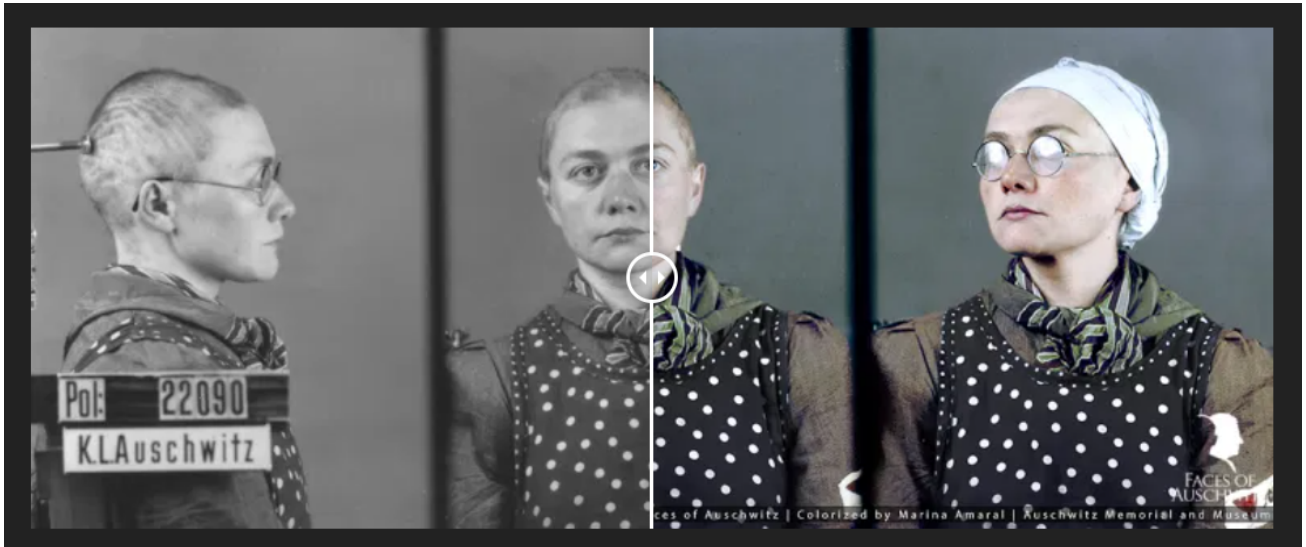


Figura 3 – Seweryna Szmaglewska (original e colorizada)

Fonte: (FACES OF AUSCHWITZ, 2021).

Ao optar pela operação em conjunto de cor, texto e tato, o projeto busca reafirmar uma “condição biográfica”, que se apresenta como testemunho, como uma forma de tentar dizer o indizível, o inenarrável. É uma postura contra o alheamento e contra o esquecimento. Ao optar pela inter-relação entre os sentidos, o olhar e o tocar, abrem-se possibilidades outras de ler o que nos é apresentado. Dito de outra forma, o projeto aposta na construção de um saber imaginativo e fecundo (SANTOS; TEXEIRA, 2020b).

Certamente que há distância entre os projetos em vários sentidos, todavia, queremos destacar o trabalho de colorização presente em ambos. Ana Santos e Rafael Teixeira (2020a) assim justificam o processo em *Faces of Auschwitz*: há perdas e ganhos, pois, daquilo que se “perde”, informam, “do preto e branco, tem-se a dramaticidade e a valoração ética dos opostos” e, também, “há o que se ‘ganha’ com as cores, em termos de concretude e singularização” (SANTOS; TEXEIRA, 2020a, p. 45).

O artista se afasta, em partes, do pensamento das autoras, ao acreditar que na fotografia em preto e branco “o drama se ameniza” e a “beleza estética empalidece”, suavizando as dores (SILVA FILHO, 2017); e se aproxima, ao falar da coloração, defendendo que a partir delas “será possível conhecer o dia a dia dos cangaceiros, além de outras feições” (SECULT-BA, 2016). Busca-se acentuar emoções e

sensações (ressaltar o horror?). Não seria o risco de cair em clichês e na fetichização empobrecedora? (DIDI-HUBERMAN, 2017).

III

Dentre as muitas imagens colorizadas pelo artista¹³, destacamos a fotografia das “cabeças cortadas” (Figura 4), especialmente pela ampla circulação nas mídias sociais digitais. Rubens publica as fotos no seu perfil em rede social, de modo que, aberta ao público, é possível passear pelas imagens e experimentar sensações. Visitando os registros feitos da mostra de 2017 podemos ler no texto que seu objetivo é conduzir “a um ponto mais próximo da força da realidade original” (SILVA FILHO, 2017).

Recentemente Rubens Antonio lançou um e-book com o estado atual de seu trabalho de coloração e retificação de fotografias. Como uma continuidade do *Pepitas de fogo*, o livro *Tempos de chamas: Canudos e cangaço na Bahia* (2021) contou com o apoio da Secretaria da Cultura da Bahia e da Lei Aldir Blanc. Assim como as imagens publicadas em suas redes sociais, as fotografias presentes no livro não trazem muitas informações sobre o processo de seleção, colorização e retificação das imagens. Após cada uma delas, há pequenas legendas com

informações rápidas sobre o evento e uma breve história envolvendo o “assunto”.¹⁴

Rubens não parece preocupado em apresentar ou justificar suas escolhas naquele espaço (nem estamos defendendo que ele deveria). As legendas curtas, com trechos de músicas ou referências ao assunto exibido e seu “estado atual do trabalho”, oferecem uma lacuna, um espaço no qual espectadores podem inserir as suas experiências, mobilizando, através de comentários e compartilhamentos, sensações outras. Enquanto

alguns pesquisadores criticam o processo, acusando-o de manipulação (no sentido de falseamento da fonte e da história), outro grupo debate calorosamente o episódio de Angico, pondo-o em dúvida, vendo outros rostos nos restos mortais ali presentificados, levantando múltiplas teorias diante daquela imagem. Apresentada ao mundo a sua ideia, o artista não tem controle dos usos e leituras de seu trabalho pelo público.



Figura 4 – despojos do bando Lampião (fotografia colorizada).

Fonte: (SILVA FILHO, 2019).

Na obra *Faces of Auschwitz*, a artista Marina Amaral enfatiza que a articulação entre imagens, cores e palavras é paradigmática e, assim, um convite à imaginação. Entretanto, nas “cabeças cortadas” colorizadas de Rubens, como vislumbrar a possibilidade imaginativa? Em Auschwitz houve todo um projeto de destruição de corpos, de memórias, de vestígios. Uma tentativa de esconder, de apagar os rastros. Havia algo de lacunar (DIDI-HUBERMAN, 2012a). As fotografias que chegaram até nós foram produzidas sob condições de extremo perigo, foram arrancadas de Auschwitz “para pôr freio às mais vorazes vontades de desaparecimento” (DIDI-HUBERMAN, 2012b).

Com o massacre em Angico, a ideia foi oposta: quis-se mostrar, jamais esconder a violência, que era, inclusive, festejada. Havia um movimento em que se buscava justamente disseminar, espalhar essas imagens. Não por acaso, todo o cuidado cênico na construção do assunto na escadaria em Piranhas (AL). A forma como a exibição é conduzida tem como objetivo chamar atenção para os detalhes dos elementos que compõe a imagem, retirando de significação o seu contexto de produção (RAMOS FILHO, 2020). O cortejo macabro, a arquitetura da fotografia, a disseminação pelos jornais foram o caminho escolhido pelo Estado para produzir o medo, elaborando uma memória exemplar e punitiva. Parecia, entretanto, haver um júbilo, uma comemoração em torno da morte por parte da população. Mas, até que ponto não era também fruto de estratégias da imprensa “a serviço da glorificação do Estado Novo”? (JASMIN, 2016, p. 310).

Didi-Huberman (2012b) diz que podemos olhar para as imagens “desatentamente” de suas formas. A primeira é transformando-as em “ícones do horror”, intuindo ver tudo nelas, buscando torná-las apresentáveis (DIDI-HUBERMAN, 2012b). Isto é, como “documento” que poderia nos dizer “como realmente aconteceu”. Nesse sentido, há a tentativa de reenquadrá-las, ajustando-as para “servir” como documento que expresse o “verdadeiro”. A segunda diz respeito a vê-las como ilusão, como não dando conta do real, principalmente de uma realidade traumática e indizível (DIDI-HUBERMAN, 2012b). Rubens informa que pretende se aproximar da realidade

original ao colorir estas fotos, exaltando os seus detalhes e nuances. Expondo a face violenta do Brasil? Apontar para a riqueza estética dos adornos dos cangaceiros? No entanto, vale a pena a reprodução da violência para falar sobre ela? O que a colorização diz, o que a visualidade mostra além?

Historiadores estão habituados ao trabalho com as palavras, dissecar fontes, fazê-las perguntas, interrogá-las e cercá-las de múltiplos lados na construção de seus objetos de estudo. Todavia, parece-nos que, ao se tratar do trabalho com imagens, algumas perguntas são esquecidas e acabamos por usá-las como testemunho e/ou ilustração do texto escrito, sem problematizá-las devidamente. Diz, pois, de um problema de formação no que tange à crítica visual. Provavelmente, por isso, tenta-se ignorar algumas imagens de pouca nitidez ou fora de foco – não prestaram, não ficaram boas¹⁵ – quando, na verdade, devemos olhar também para esses “sintomas”, o que escapa, o que está à margem (o que pode significar esse desfoque ou borrão para além das técnicas? O que pode nos indicar do seu contexto de produção). A potência da imagem está naquilo que fazemos dela¹⁶.

Alfabetizar o olhar e exercitar o imaginar. É preciso ir além dos clichês visuais e linguísticos: querer ver tudo, atenuar o horror, a sensibilidade estética... é interessante percebê-la “mais que uma visita passageira, que roça a realidade” (DIDI-HUBERMAN, 2012a, p. 215) por mais que seja espetacular a sensação produzida. Desse modo, nos diz Didi-Huberman (2018) em outro texto que “a melhor maneira de olhar para as imagens seria de saber observá-las sem comprometer a sua liberdade de movimento; por isso, *observá-las* não seria *guardá-las* para si mesmo, mas ao contrário, deixá-las serem” (DIDI-HUBERMAN, 2018, p. 163. Grifos do autor).

Pensem um pouco mais. O que mais a imagem nos permite ver? Quais perguntas, quais inquietações ela nos causa? O que esta cena composta por onze cabeças expostas em uma escadaria ladeada por alguns de seus pertences, ao ser colorizada, pode ser ou nos dizer? Ressalta o horror diante da morte (ou de quem matou?) e a beleza estética das indumentárias dos cangaceiros? Não é que uma leitura inviabilize a outra, já que não há

uma hierarquia na fotografia das “cabeças cortadas” apresentada por Rubens Antonio, antes disso, ela suscita múltiplas leituras.

Em uma das leituras possíveis, acreditamos que a imagem parece acenar também para a soberania do Estado naquele momento: a sua soberania e seu poder de decidir sobre a vida e a morte. A história do Brasil foi marcada, é importante repetir, por episódios de excessos, oficializada e justificada pelas forças legais em nome do progresso e da ordem – a morte e decapitação de Zumbi dos Palmares, o esquartejamento de Tiradentes, a repressão à Canudos, a chacina em Jacarezinho... Em “cabeças cortadas” está quase estampado quem tem direito de matar e quem deve pagar com a vida pelos seus atos. Não se trata de defender as atrocidades perpetradas pelo cangaço, mas de notar que há algo nesse passado que se faz presente, um *modus operandi* muito semelhante.

Ao apostar na composição estética promovida pelos cangaceiros, realçada pela retificação e colorização das fotografias, o trabalho de Rubens acaba afastando, ainda que minimamente, os aspectos da violência e do horror oficializados e perpetrados pelo Estado. Tanto o artista quanto o historiador, conforme Didi-Huberman, “teriam, portanto, uma responsabilidade comum, tornar visível a tragédia na cultura (para não apartá-la de sua história), mas também a cultura na tragédia (para não apartá-la de sua memória)” (DIDI-HUBERMAN, 2012a, p. 214). Ao apontar para o amadurecimento do padrão estético, pauta-se (inconscientemente) um silêncio sobre a forma como terminou o cangaço e os impactos de uma cultura de violência na sociedade sertaneja do período?

Considerações finais

Ao observarmos a circulação das imagens das cabeças colorizadas no perfil de Rubens Antonio, percebemos que ela aponta para uma leitura plural e múltiplos tempos ao reacender o debate público sobre o massacre em Angico, além de abrir possibilidades imaginativas por não hierarquizar as narrativas. Os comentários e compartilhamentos

mobilizam reações diversas, mas alguns não ultrapassam o clichê: a violência e o horror presentes nas expressões petrificadas pelo *rigor mortis* ou as nuances das ecléticas e berrantes cores da estética do cangaço.

Para além da ingenuidade quase positivista da aproximação com o passado de fato, cabe-nos pensar como usar estas imagens, que posição ética e política podemos ter diante delas na transmissão da cultura. A fotografia pode nos ajudar a questionar que tipo de memória está sendo pensada e dizer-nos também como se relaciona com o passado. As escolhas em colorir as imagens, em especial, “as cabeças cortadas”, em prol de um resgate documental, de uma recuperação e de um enfoque na produção estética dos cangaceiros, para “debater um capítulo da história brasileira que ainda causa fascínio”, faz parte também de uma posição política e de uma relação com o tempo.

O projeto de Rubens possibilita apresentar leituras outras para o fenômeno do cangaço ao chamar, no tempo presente, a atenção para sua estética. A composição dos bornais, a ornamentação dos cabos de punhais e facões, as moedas de ouro e prata cravejadas nos chapéus, nas bandoleiras e nas coronhas dos rifles, podem conduzir nosso olhar para um caminho que se afasta do horror quase instantâneo produzido pelas cabeças cortadas. Nesse sentido, a violência perpetrada pelos agentes do Estado pode ser minimizada, esquecida ou justificada? Afinal, graças à morte dos cangaceiros, “os sertões nordestinos estavam livres de uma praga infernal” (O POVO, 29/07/1938, p. 01). Violência e mutilação de corpos em nome da paz, da ordem e do trabalho?

Notas

1 Rubens é graduado em Geologia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1982), tendo se graduado em Licenciatura e Bacharelado em História pela Universidade Federal da Bahia (1999). Nessa mesma instituição, ele concluiu o seu mestrado em Geologia (2008).

2 O jornal estadunidense New York Times e o Paris- Soir, jornal francês, por exemplo, noticiaram sobre o fim de Lampião e parte de seu bando.

3 Na inscrição existente na fotografia, atribui-se como “Não identificado”. O professor e pesquisador do canal Cangaço na Literatura, Robério Santos, comenta que pesquisas recentes descobriram sua identidade.

4 “Nunca há um documento de cultura que não seja, ao mesmo tempo, um documento de barbárie. E, assim como ele não está livre da barbárie, também não o está o processo de sua transmissão, transmissão na qual ele passou de um vencedor a outro” (BENJAMIN, 1940 *apud* LOWY, 2005, p. 70).

5 Entre agosto e outubro de 2017, uma nova exposição, agora no Museu Náutico da Bahia, onde pode-se perceber, além das fotografias, utensílios e acessórios dos cangaceiros.

6 Hoje, muitos trabalhos têm se tornado mais rápidos e simples graças ao uso da inteligência artificial.

7 A fala de Adriana Negreiros (2018) e a reportagem apontam para um lugar secundário atribuído ao papel feminino no período. A matéria, mesmo com uma enorme foto da cangaceira em primeira página, estava mais interessada na “vida amorosa de Lampeão” (O POVO, 1936), preferindo ainda, destacar os “atributos físicos” de Maria. Estas foram algumas das dificuldades, relata a autora, encontradas na escrita da biografia de Maria Bonita.

8 Rubens mantém um blog com explicações sobre o trabalho e atualizações sobre palestras, lives e debates (<https://fotoscolorizadas.blogspot.com/>). Além do blog, o artista tem um canal no youtube no qual pode-se ter acesso a algumas palestras (<https://www.youtube.com/user/rubensantoniosf/featured>).

9 O site do projeto é <https://facesofauschwitz.com/> e conta com 21 imagens. Trata-se de um projeto em andamento, podendo elencar ainda outras ao longo dos anos (SANTOS; TEXEIRA, 2020b). Acesso em: 09 mai. 2021.

10 Nas palavras da idealizadora “mais do que colorizar suas faces, nós iremos também contar suas histórias” (FACES OF AUSCHWITZ, 2018). No original: “More than coloring their faces, we will also tell their stories” (SANTOS; TEXEIRA, 2020b. Tradução das autoras).

11 A Geheime Staatspolizei (Polícia Secreta do Estado).

12 Para mais detalhes sobre o sistema de marcação, consultar <https://facesofauschwitz.com/registration-pictures/>.

13 O trabalho de colorização de Rubens Antonio vai além das imagens sobre o cangaço. Em seu perfil nas redes sociais, podemos ver também Euclides da Cunha, Lima Barreto, Greta Garbo, Agatha Christie e Alan Turing, para ficarmos apenas nesses exemplos.

14 Não se trata de negar a face violenta do cangaço, esta é mencionada mais de uma vez ao longo dos comentários

no livro, antes, diz de uma preocupação outra do autor. A obra não se destina a discutir historicamente as fotografias, mas apresentá-las em outros tempos, colorizadas e retificadas.

15 Lembramos das críticas de Didi-Huberman no livro *Cascas* (2017) ao mencionar as três “lápides” fotográficas presentes no museu de Auschwitz. O autor questiona, em primeiro lugar, por que apenas três foram ali deixadas, se foram quatro as imagens produzidas pelo *sonderkommando*; Constata, pois, que foi eliminada a foto “defeituosa”; em segundo lugar, tenciona o processo de modificação que as deixava mais legíveis e, portanto, mais perceptível a realidade que ela retrata. A crítica reside justamente nesse processo de simplificação que torna quase um insulto o perigo que foi concebê-las em um ambiente de morte extremamente vigiado. É preciso simplificar para transmitir ou embelezar para educar? Questiona o autor.

16 É importante mencionar que há outras abordagens que defendem o contrário: no campo dos estudos da imagem defendem que a imagem, como um agente, tem poder em si mesmo, como os casos de W. J. T. Mitchell, José Luiz Bréa e J. Fontcuberta, por exemplo. Um debate que demandaria mais tempo e espaço do que dispomos para este momento.

Referências

ALBUQUERQUE, Ana Carolina Cavalcanti de. **Poder e violência no estado de direito: análise comparativa do pensamento de Hannah Arendt e Niklas Luhmann.** 277 f. 2011. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

AMARAL, Marina. **Faces of Auschwitz.** 2018. Disponível em: <https://facesofauschwitz.com/>. Acesso em: 09 mai. 2021.

ARAÚJO, Antonio Amaury Corrêa de. **Assim morreu Lampeão.** 3 ed. fac-similar. Santos: Traço, 1982.

BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito de história. *In.* BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e**

política: Ensaio sobre a literatura e a história da cultura. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet, Prefácio: Jeanne Marie Gagnebin. 3 ed. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1987, p. 222-232.

CARVALHO, Maria Caroline Macedo de. **A espetacularização de cadáveres:** a musealização de restos dos cangaceiros no Museu Antropológico Estácio de Lima. 2019. 24 f. Especialização (Gestão de projetos culturais) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

DESPOJOS DO BANDO DE LAMPIÃO. *In:* MELLO. Frederico Pernambucano. **Guerreiro do sol:** violência e banditismo no Nordeste do Brasil, p. 441.

DIÁRIO DE SÃO PAULO. **O povo faz passeata de alegria.** São Paulo: Diário de São Paulo, 1938.

DIDI-HUBERMAN, Georges. Olhos Livres da História. **Revista Ícone**, Recife, v. 16, n. 2, p. 161-172, jan/dez. 2018.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Cascas.** São Paulo: Editora 34, 2017.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Imagens apesar de tudo.** Lisboa: KKYM, Imago, 2012b.

DIDI-HUBERMAN, Georges. Quando as imagens tocam o real. **Pós:** Belo Horizonte, v. 2, n.4, p. 204-219, nov. 2012a.

FARGE, Arlette. **Lugares para a história.** Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FERREIRA NETO, Cicinato. **A Misteriosa vida de Lampião.** 2 ed. revis. e ampl. Fortaleza: Premium, 2016.

FONTCUBERTA, Joan. **O beijo de Judas:** fotografia e verdade. Tradução Maria Alzira Brum Lemos. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir:** história da violência nas prisões. 20 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

GOMES, Morgana. A Conquista Espanhola na Visão dos Vencidos. **Caderno Temático de História**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 44-59, jan/Jun. 2014

GONÇALVES, Maria Lívia C. M. Ramos; AMORIM, Antonio Carlos Rodrigues de. Gabinete de curiosidades: o paradoxo das maravilhas. **Educação:** Teoria e Prática, v. 22, n. 40, p. 223-238, ago. 2012.

LOWY, Michael, **Walter Benjamin:** aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”, Tradução de Wanda Nogueira caldeira Brant [tradução das teses] Jeanne Marie Gagnebin, Marcos Lutz Muller. São Paulo: Boitempo, 2005.

JASMIN, Élise. **Lampião:** Senhor do Sertão: Vidas e Morte de um Cangaceiro. 1 ed. São Paulo: Edusp, 2016.

MELLO. Frederico Pernambucano. **Apagando o Lampião:** Vida e Morte do Rei do Cangaço. São Paulo: Global, 2018.

MELLO. Frederico Pernambucano. **Guerreiro do sol:** violência e banditismo no Nordeste do Brasil. São Paulo: A Girafa, 2011.

NEGREIROS, Adriana. **Maria Bonita: Sexo, Violência e mulheres no cangaço.** 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

O POVO. **A mulher de Lampeão.** Fortaleza: O Povo, 1936.

O POVO. **Decapitados Lampeão, sua mulher e nove comparsas.** Fortaleza: O Povo, 1938.

PERICÁS, L. B. **Os Cangaceiros:** ensaio de interpretação histórica. São Paulo: Boitempo, 2010.

RAMOS, Cleidiana. Maria nasceu em Malhada da Caiçara... *In: A TARDE.* 2016. Disponível em: <https://atarde.uol.com.br/bahia/noticias/1699799-trabalho-traz-novas-cores-ao-cangaço>. Acesso em: 08 mai. 2018.

RAMOS FILHO, Vagner Silva. Imagens de um passado sensível: formas de memória do cangaço em arquivos públicos, pessoais e digitais. **Esboços,** Florianópolis, v. 27, n. 45, p. 306-328, maio/ago. 2020.

RAMOS, Cleidiana. Trabalho traz novas cores ao cangaço. *In: A TARDE.* 2016. Disponível em: <https://atarde.uol.com.br/bahia/noticias/1699799-trabalho-traz-novas-cores-ao-cangaço>. Acesso em: 08 mai. 2018.

RAMOS, Graciliano. **Cangaços.** Organização Thiago Mio Salla e Ieda Lebensztayn, Record, 2014.

SABARÁ, Tales Elísio Ribeiro. **Três atos:** gabinetes de curiosidades, curadoria e museus. 122 f. 2018. Dissertação (Mestrado em Estudos Curatoriais) – Colégio das Artes da Universidade de Coimbra, 2018.

SAFATLE, V. **Circuito dos Afetos:** Corpos políticos, Desamparo, Fim do Indivíduo. 2 ed. rev.; 3 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

SANTOS, Ana Carolina Lima; TEIXEIRA, Rafael Tassi. Do passado ao presente, do preto e branco à cor: restituições da memória de Auschwitz. **E-Compós,** 2020a.

SANTOS, Ana Carolina Lima; TEIXEIRA, Rafael Tassi. **Imaginando o Holocausto a partir de Faces of Auschwitz:** da fotografia à escrita, do texto à imagem. *INTERIN,* v. 25, n. 2, p. 44-65, jul./dez. 2020b.

SCHIAVINATTO, Iara; ZERWES, Erika. **Cultura visual:** imagens na modernidade. São Paulo: Cortez, 2018.

SECULTBA. Cangaço é tema de exposição no Palacete das Artes. **Cultura,** 2016. Disponível em: <http://www.cultura.ba.gov.br/2016/08/12046/Cangaço-e-tema-de-exposicao-no-Palacete-das-Artes.html>. Acesso em 08 mai. 2018.

SILVA FILHO, Rubens Antonio. **Cabeças...** Estado atual de retificação e colorização, após anos de trabalho. Salvador, 27 ago. 2019. Facebook: rubensantoniomasilvafilho. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=3166451220061817&set=a.2593120597394885&type=1&theater>. Acesso em: 09 mai. 2021.

SILVA FILHO, Rubens Antonio. **Maria...** Estado atual de retificação e colorização, após anos de trabalho. Salvador, 30 nov. 2019. Facebook: rubensantoniomasilvafilho. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo?fbid=3459433294096940&set=a.2593120597394885>. Acesso em: 25 mai. 2021.

SILVA FILHO, Rubens Antonio. **Tempos de chamas**: Canudos e cangaço na Bahia. [Recurso eletrônico] Edição Independente, 2021. Disponível em: <https://fotoscolorizadas.blogspot.com>. Acesso em: 24 mai. 2021.

SILVA FILHO, Rubens Antonio. Museu Náutico da Bahia. Salvador, 16 ago. 2017. **blogspot**. Disponível em: <http://cangaconabahia.blogspot.com/2017/08/exposicao-no-museu-nautico-da-bahia.html>. Acesso em: 09 mai. 2021.

SZMAGLEWSKA, Seweryna. **Faces of Auschwitz**. 2018. Disponível em: <https://facesofauschwitz.com/gallery/seweryna-szmaglewska/>. Acesso em: 09 mai. 2021.

Dependência, contrarreforma e violência agrária na América Latina: o conflito no campo brasileiro em perspectiva (2000-2020)

Dependence, counter-reform and agrarian violence in Latin America: the conflict in the Brazilian countryside in perspective (2000-2020)

Émerson Neves da Silva*

Palavras chave:
Conflito agrário
Violência social
Contrarreformismo

Resumo: A América Latina, no século XXI, configura-se em um território que protagoniza a ascensão de governos progressistas, caracterizados pelo estabelecimento de políticas reformistas nas áreas sociais e econômicas, como, por exemplo, a ampliação do mercado consumidor interno e o controle dos recursos naturais nacionais para o desenvolvimento de políticas públicas, atenuando a relação histórica de dependência da região. A partir desse processo histórico, o presente trabalho analisa a reação das classes dominantes regionais e do capital globalizado, denominada de movimento contrarreformista, responsável pela promoção de governos conservadores e neoliberais. A experiência brasileira é abordada enquanto estudo de caso do contrarreformismo na América Latina, destacando o aumento da violência no campo em virtude da intensificação dos conflitos agrários. A teoria marxista da dependência é a abordagem teórica utilizada para a compreensão da gestação do contrarreformismo e do neoliberalismo, bem como o recrudescimento da luta social, sobretudo no campo brasileiro.

Keywords:
Agrarian conflict
Social violence
Counter-reformism

Abstract: Latin America, in the 21st century, is a territory that stars in the rise of progressive governments, characterized by the establishment of reformist policies in social and economic areas, such as, for example, the expansion of the internal consumer market and the control of resources national natural resources for the development of public policies, attenuating the historical relationship of dependence in the region. Based on this historical process, this paper analyzes the reaction of the regional ruling classes and globalized capital, called the counter-reformist movement, responsible for promoting conservative and neoliberal governments. The Brazilian experience is approached as a case study of counter-reformism in Latin America, highlighting the increase in rural violence due to the intensification of agrarian conflicts. The Marxist theory of dependency is the theoretical approach used to understand the gestation of counter-reformism and neoliberalism, as well as the resurgence of social struggle, especially in the Brazilian countryside..

Recebido em 05 de novembro de 2021. Aprovado em 07 de abril de 2022.

* Doutor em História da América Latina pela Universidade do Vale dos Rio dos Sinos (UNISINOS). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Coordenador do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Agrários, Urbanos e Rurais (NIPEAS/UFFS). E-mail: emerson.silva@uffs.edu.br.

Introdução

A América Latina, na última década, presenciou o avanço do contrarreformismo e a retomada do neoliberalismo, abrindo uma nova conjuntura marcada pela prevalência dos interesses do capital transnacional e da burguesia local sobre o Estado, desconstruindo políticas públicas voltadas para os setores populares. Nesse cenário, a inflexão neoliberal substanciou a violência social no campo.

Os governos progressistas da região produzem uma série de políticas sociais e econômicas a partir do início deste século XXI, incluindo na agenda do Estado populações historicamente marginalizadas, ao passo que abandonam o corolário neoliberal que havia sido introduzido nas décadas de 1980 e 1990.

O presente trabalho analisa o contrarreformismo como reação às reformas e ações estabelecidas pelos governos populares latino-americanos que “atenuaram” o elemento estruturante do capitalismo na região: a dependência. De outra parte, aborda o recrudescimento da violência social produzida por conflitos agrários, tendo como estudo de caso a experiência brasileira.

A teoria da dependência foi utilizada como abordagem analítica para compreender o contrarreformismo no seu sentido histórico não enquanto um fenômeno isolado, singular, mas integrante da lógica de inserção dos países latino-americanos na Divisão Internacional do Trabalho (DIT).

De outra parte, o *lawfare* é analisado como instrumento da marcha da contrarreforma, integrante do projeto de fortalecimento dos laços históricos da dependência, garantindo o domínio do Estado latino-americano a setores econômicos e políticos alinhados à diplomacia norte-americana.

Destaca-se a existência de um padrão na atuação do contrarreformismo nos diversos países latino-americanos. A criminalização judicial e moral de políticos progressistas, a disseminação do discurso anticorrupção e emprego recorrente das forças do aparato de segurança do Estado, como as polícias e as Forças Armadas para desestabilizar governos eleitos legitimamente.

A violência é um fenômeno permanente na história da América Latina. Conforme as

circunstâncias históricas, a sua manifestação é intensificada ou “dissimulada”. Ao analisar os efeitos sociais e políticos do processo contrarreformista e neoliberal no Brasil, é possível afirmar que a violência contra as populações do campo foi potencializada, uma vez que o avanço do agronegócio sobre as áreas indígenas, camponeses e agricultores familiares moveu-se articulado à orientação conservadora do Estado brasileiro.

O movimento de contrarreforma abre caminho ao neoliberalismo

Em 2012, o processo de *impeachment* tramitado em cerca 24 horas destituiu o presidente do Paraguai Fernando Lugo. Apesar de causar uma crise diplomática com os países que questionaram esse ato, o afastamento foi efetivado, consolidando a retomada do Estado pela burguesia do país. Fernando Lugo foi eleito a partir de um arco amplo de alianças. No entanto, sem maioria no legislativo federal, sofreu forte oposição e desestabilização política da elite econômica paraguaia, o que culminou com o seu afastamento.

Apesar da conjuntura da América Latina ser marcada pela ofensiva de governos populares, a queda do presidente Fernando Lugo foi um ato que antecipou a onda contrarreformista, que atingiu a região alguns anos depois. De outra parte, a esquerda e a intelectualidade não interpretaram precisamente o golpe no Paraguai como uma ameaça para toda a região, em geral foi compreendido como uma crise local, típica das relações políticas presentes na história do Paraguai.

Longe disso, a queda do presidente Fernando Lugo explicitou que a histórica relação de dependência econômica e política da América Latina em relação ao centro capitalista não foi resolvida com a eleição de governo com perspectiva popular no Paraguai, ou seja, o campo de forças representativo dos interesses do capital restabeleceu o domínio sobre o Estado, superando os limites da democracia.

No Equador, o governo de Rafael Correa diminuiu a pobreza e aumentou o PIB do país, baseando-se em políticas nacionalistas no período de 2007 a 2017. Em 2020 foi condenado por corrupção

a oito anos de prisão. Ao largo do seu governo, que efetivou políticas desenvolvimentistas e que enfrentou questões sociais históricas, Rafael Correa foi alvo da ação de atores políticos que se utilizaram do sistema Judiciário para criminalizá-lo. Esse expediente é denominado de *lawfare*. Na sequência do governo de Correa, o Equador presenciou a ofensiva do neoliberalismo e o estabelecimento das relações políticas favoráveis na manutenção dos interesses de setores econômicos transacionais e da burguesia do país.

Na Argentina, o enredo não foi muito diferente. A primeira mulher eleita presidenta da Argentina, Cristina Kirchner, governou o país entre 2007 e 2015. A gestão reduziu a pobreza no país, em 2012, segundo a Cepal, ao nível de 5,7%, o que representa a redução de 38,7%. O crescimento econômico nesse período foi o segundo maior da América Latina, perdendo apenas para o Equador. Entre 2003 e 2011, a taxa de desemprego foi reduzida para 7,4%, ao passo que o salário mínimo teve aumento de 25% em 2013, ocasião em que se tornou o maior salário mínimo da América Latina.

No entanto, esse cenário econômico trouxe significativa instabilidade política para o governo da presidenta Kirchner. A grande mídia conjugou a ofensiva sobre os avanços econômicos e sociais com a repercussão do uso do *lawfare* na medida em que o governo de Kirchner foi alvo de uma série de denúncias de corrupção.

A realidade brasileira, apesar das especificidades, também está inscrita no avanço histórico do contrarreformismo. Os governos de Luiz Inácio Lula da Silva 2003 a 2011 e de Dilma Rousseff 2011 a 2016 protagonizaram avanços nas áreas sociais e econômicas no país comparáveis à Era Vargas.

Tendo caráter econômico desenvolvimentista, esses governos basearam a sua atuação política na conciliação de classes, constituindo um espectro amplo de apoio. Contudo, a quebra desse pacto ocorreu com a mudança do cenário econômico mundial.

Com a crise mundial do capitalismo a partir de 2008, setores da burguesia brasileira aliados ao capital norte-americano desencadearam campanha baseada no discurso anticorrupção e moralismo social, o que desembocou no impeachment da

presidenta Dilma Rousseff em 2016. O auge desse processo foi a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2018, vítima de inúmeros processos de corrupção. Essa campanha de criminalização do ex-presidente que também implicava a tentativa de fragilizar e isolar a esquerda brasileira sofreu significativo revés com a condenação, pelo Supremo Tribunal Federal, do ex-juiz Sérgio Moro, por atuação parcial em um processo referente ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em março de 2021.¹

Na Bolívia, em 2016, o presidente Evo Morales convocou referendo para decidir a alteração da Constituição para que ele possibilitasse concorrer a mais um mandato. Em meio a esse processo, a mídia produziu um escândalo para prejudicá-lo, atribuindo ao presidente uma paternidade ilegítima, mais tarde foi comprovado não ser verdade, no entanto, Evo Morales foi derrotado no referendo (FUSER, 2018, p. 80). Mas, em dezembro de 2018, o Tribunal Superior Eleitoral da Bolívia proferiu decisão habilitando a candidatura do presidente Evo Morales (BBC, 2018). Na eleição ocorrida em 2019, abriu-se impasse no processo de apuração e o presidente renunciou diante da mobilização de forças policiais e paramilitares.

Dessa forma, as forças policiais serviram como instrumento de mobilização contra o governo de Evo Morales. O sindicalista e indígena governou no período de 2006 a 2019, representando os interesses das comunidades indígenas e setores populares. Os lucros com a exploração dos recursos naturais do país passaram a ser revertidos em políticas sociais direcionadas aos segmentos populares. Com a alteração da conjuntura, a onda progressista, que abalou as estruturas do poder e da sociedade tradicional latino-americana, cedeu espaço à emergência do discurso conservador, fascista e moralista.

Cabe destacar a contribuição da crise capitalista para a ofensiva conservadora. A partir de 2008, a crise do capital financeiro abriu período de instabilidade da economia mundial. Essa instabilidade motivou o capital transnacional a estimular ampla articulação, envolvendo diversos setores das elites regionais no sentido de repassar os “custos” da crise para o Estado e população. Para isso era necessário desconstruir as políticas públicas

sociais e econômicas e retomar os projetos de privatização do Estado. Sendo assim, governantes alinhados a esses compromissos mergulharam no conservadorismo racial e cultural, históricos na sociedade latino-americana, como, por exemplo, o secular isolamento das comunidades indígenas e afrodescendentes.

Para Fuser (2018, p. 79), o processo conservador foi protagonizado por atores políticos que possuem relação com os setores sociais e econômicos dominantes nos respectivos países durante todo o século XX, como, por exemplo, a cúpula do Judiciário, os proprietários das grandes empresas de comunicação, os acionistas das maiores empresas nacionais. Por outro lado, a escalada do retrocesso representou a sintonia desses atores com a diplomacia dos Estados Unidos e seus interesses econômicos, movidos pela perspectiva de:

- a) remover os governos progressistas instalados a partir da virada do século; b) deslegitimar aos olhos da população as lideranças, os partidos políticos e os movimentos sociais associados a esses governos; c) blindar as instituições do Estado para impedir o regresso de atores políticos de esquerda ao comando do Poder Executivo e seu acesso a posições de influência efetiva no Legislativo; d) aplicar de modo irrestrito e em ritmo acelerado as políticas neoliberais em sua versão mais extrema; e) facilitar o acesso das empresas estrangeiras ao mercado interno e, especialmente, aos recursos naturais de cada país; f) realinhar a diplomacia latino-americana aos interesses dos EUA.

É pertinente analisar a participação da diplomacia norte-americana no processo contrarreformista a partir da perspectiva histórica, destacando rupturas e permanências na relação da América Latina com os Estados Unidos e o capitalismo desenvolvido. Cabe estudar o fenômeno contrarreformista como uma estratégia de manutenção da dependência do capitalismo latino-americano, a fim de verificar as raízes profundas dos laços de subordinação centro-periferia ainda vigentes na atualidade.

Dependência e reprodução da violência social na América Latina

A finalidade dos golpes serviu para estabelecer a contrarreforma na América Latina. Os governos progressistas enfrentaram, em certa medida, o crescimento econômico, a redução da dependência, o desenvolvimento do mercado interno, políticas públicas direcionadas para a redução da pobreza e da desigualdade social. De outra parte, atuaram no sentido de fortalecer a presença do Estado para estimular o crescimento econômico, em especial o controle do petróleo e gás, elementos potenciais do desenvolvimento social e econômico dos países latino-americanos (FUSER, 2018, p. 81).

Em síntese, o estabelecimento do contrarreformismo sinaliza a retomada do neoliberalismo na América Latina. É pertinente destacar que os governos progressistas chegaram ao Estado a partir da negação das políticas econômicas neoliberais e seus impactos sociais. Claro que havendo uma diferenciação em governos mais radicais, como, por exemplo, a Venezuela e Bolívia, ou mais moderados, como o Brasil, Argentina e Uruguai.

A inserção do corolário neoliberal na América Latina ocorreu através do ideal da modernização do Estado e da economia, inserindo a região na nova divisão do mercado internacional, marcada pelo discurso do mundo globalizado. Dessa forma, com o período de redemocratização dos estados na América Latina, em especial na transição da década de 1980 para 1990, as dinâmicas do mercado subordinaram o Estado, inviabilizando o seu caráter de gestão do bem público voltado para a totalidade dos cidadãos. Calderón e Santos (1991, p. 37) destacam:

En la medida en que el Estado se subordine a la dinámica de un mercado excluyente, perderá capacidad de regulación societal y específicamente no cumplirá nuevas funciones imprescindibles para una reconversión exitosa.

No existen ejemplares históricos de desarrollo bajo las nuevas condiciones internacionales sin la asunción de nuevas funciones por parte del Estado, entre las cuales se halla imprescindible la del desarrollo científico y

tecnológico, como tampoco existen tales ejemplares sin cooperación entre agentes públicos y privados.

Sem dúvida, a modernização neoliberal acentuou as relações históricas de dependência da América Latina diante dos setores econômicos representativos da centralidade do capitalismo, sobretudo através do “monopólio” científico e tecnológico exercido pelas grandes corporações capitalistas norte-americanas e europeias. Nessa perspectiva, Marini (1993, p. 120) compreende a integração enquanto demandante de democratização, ao passo que o futuro dos latino-americanos necessita da “aptidão dos mesmos para construir novas superestruturas políticas e jurídicas indispensavelmente dotadas de capacidade negociadora, de resistência e de pressão” (apud VALDÉS, 2012, p. 230).

Apesar de ser necessário refletir sobre a pertinência da teoria marxista da dependência para a compreensão da realidade contemporânea da América Latina, não é objetivo do presente trabalho avançar na análise sobre a teoria, mas tê-la como referência ao problematizar a relação da formação histórica do capitalismo latino-americano com o projeto da globalização e o neoliberalismo. Dessa forma, situa-se a origem histórica do movimento contrarreformista enquanto fruto da relação de subordinação histórica da América Latina à diplomacia e ao capital norte-americano.

A inserção dependente da América Latina à Divisão Internacional do Trabalho foi um processo histórico iniciado com a expansão comercial promovida pelo capitalismo emergente, ocorrido a partir do século XVI. Nessa perspectiva, Marini (2000, p. 108) foi categórico ao destacar:

A colônia produtora de metais preciosos e de gêneros exóticos, num primeiro momento contribuiu para o aumento do fluxo de mercadorias e para a expansão dos meios de pagamento que, ao mesmo tempo que permitiram o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e abriram o caminho para a criação da grande indústria.

As relações de dominação econômica e política entre metrópole e colônia se deterioraram na medida em que avançava o despontar da Revolução Industrial na Europa. O estabelecimento das nações latino-americanas está “imbricado” ao desprendimento da órbita do sistema colonial nas primeiras décadas do século XIX para girar em torno da Inglaterra. Os “novos países se articulariam com a metrópole inglesa e, em função dos requerimentos desta, passarão a produzir e a exportar bens primários, em troca de manufaturas de consumo [...]” (MARINI, 2000, p. 108), reconfigurando, dessa forma, a relação de dependência aos moldes do capitalismo industrial, ou seja, a América Latina fornecia matéria-prima e produtos agrícolas e acessava artigos industrializados.

No entanto, essa relação de exploração sofreu alteração substantiva a partir do início do século XX. A subordinação dos países latino-americanos pela economia industrial se efetivou com a transferência de valor, excedentes de riqueza dos primeiros em favor do segundo através do instrumento do pagamento da dívida externa. Com o aumento do volume de exportações e do saldo positivo da balança comercial para os países latino-americanos, o serviço da dívida aumentou consideravelmente.

Vejamos o exemplo brasileiro. A partir da década de 1860, o contexto em que o saldo positivo da balança comercial era cada vez mais favorável, o serviço da dívida externa aumentou em 50% na década de 60, e 99% na década posterior. Assim, no período de 1902 a 1913, o valor das exportações aumentou em 79,6%, no entanto, a dívida externa brasileira aumentou 144%, representando, em 1913, 60% do gasto público total (MARINI, 2000, p. 108-109).

Não é pretensão no presente trabalho aprofundar a análise da teoria marxista da dependência, mas situar historicamente o processo do contrarreformismo e a retomada do neoliberalismo na relação de subordinação histórica da América Latina à economia capitalista central. Com esse objetivo, cabe trazer alguns elementos da análise produzida pela teoria da dependência para compreender a relação de continuidade da aliança entre os setores sociais e econômicos regionais com segmentos representativos do capitalismo central e a diplomacia norte-americana.

Com esse espírito, é pertinente refletir sobre o papel do setor primário na configuração da dependência latino-americana. Para a gênese da grande indústria era necessário disponibilidade de bens agrícolas para viabilizar a especialização da sociedade na atividade industrial, em especial para a concentração de significativo volume de trabalhadores em centros urbanos.

Na experiência europeia, isso foi oportunizado pelas exportações de bens agrícolas da América Latina, que evitaram o bloqueio da expansão daquela indústria. Contudo, aqui reside uma contradição que caracteriza, inclusive, o atual papel dos países latino-americanos de fornecedores de bens agrícolas e *commodities*, como, por exemplo, petróleo e gás, às corporações econômicas transnacionais em detrimento do estabelecimento da industrialização capaz de fomentar a autonomia política e econômica de seus países.

Mas não ocorreu isto na função cumprida pela América Latina no desenvolvimento do capitalismo: à sua capacidade para criar uma oferta mundial de alimentos, que aparece como condição necessária de sua inserção na economia internacional capitalista, se acrescentará logo a de contribuir para a formação de um mercado de matérias-primas industriais, cuja importância cresce em função do próprio desenvolvimento industrial (MARINI, 2000, p. 111).

Ao passar pela fase de consolidação do capitalismo industrial, no qual a contribuição da América Latina na acumulação primitiva de capital foi relevante, a integração da região passou a ocorrer a partir da superexploração do trabalho, ou seja, através do rebaixamento dos salários e precarização das condições de produção. Dessa forma, surgiu uma forma de capitalismo *sui generis*, na qual a produção no país dependente não se vinculava à potencialidade do mercado consumidor interno, pois se ligava à circulação capitalista internacional (MARINI, 2000, p. 132).

Os governos reformistas, independentemente da configuração moderada ou radical, desenvolveram uma série de políticas públicas voltadas para a diminuição da pobreza, desemprego, aumento do valor real dos salários e melhoria das condições de vida da população, o que afetou diretamente a

superexploração do trabalho, tensionando, dessa forma, os laços do dependentismo desses países aos setores econômicos do capitalismo desenvolvido, transnacional.

É pertinente destacar que o movimento contrarreformista atuou no sentido de desbloquear a agenda neoliberal, dialogando com premissas macroeconômicas que orientaram as significativas alterações ocorridas na América Latina a partir da década de 1980. O neoliberalismo, em especial nas décadas de 1980 e 1990, configurou um amplo processo de privatizações que reduziu a presença do Estado na sociedade e economia, aumentando o controle dos recursos naturais e de setores estratégicos para o desenvolvimento autônomo dos países latino-americanos. Dessa forma, a América Latina foi apresentada para a globalização.

Ianni (1996, p. 11) caracteriza precisamente o sentido da globalização ao afirmar que é a expressão de uma nova fase do capitalismo enquanto modo de produção e processo civilizatório de abrangência planetária. “Um processo de amplas proporções envolvendo nações e nacionalidades, regimes políticos e sociedades nacionais, grupos e classes sociais, econômicas e sociedades, culturas e civilizações.” Essa concepção dialoga com os aspectos estruturantes da globalização defendidos por Marini (2000, p. 270-272): magnitude da população envolvida em escala mundial; a aceleração do tempo histórico e aumento da capacidade produtiva. De outra parte, traz para a análise da compreensão do fenômeno da globalização a revolução das comunicações, o que contribuiu para a aceleração da circulação de mercadorias, serviços e a potencialização do mercado financeiro, o qual assume, na atualidade, condição privilegiada na acumulação capitalista.

Percebe-se que os ventos da globalização associados ao neoliberalismo produziram mudanças profundas na sociedade mundial, como, por exemplo, o aumento da pobreza e da concentração de riquezas. Esse processo teve como origem a resposta da crise capitalista vivenciada sobretudo na década de 1970, baseada no investimento, no desenvolvimento de novas tecnologias, concentração e internacionalização do capital.

Por outro lado, essa “nova” economia que emergiu no final do século XX representa uma nova

fase de desenvolvimento capitalista no mundo, reordenou a divisão internacional do trabalho uma vez que acentuou a dependência a partir da dificuldade de os países latino-americanos acessarem as inovações tecnológicas em virtude da monopolização desses recursos pelas economias desenvolvidas.

Outro fator característico da economia globalizada foi a capacidade de transferência de atividades industriais de caráter menos intensivo tecnologicamente a áreas da América Latina, porém demandantes de significativo volume de força de trabalho. Essa realidade contribuiu, inclusive, com o retrocesso da inserção de países latino-americanos na Divisão Internacional do Trabalho, ou seja, condições similares às existentes no século XIX. Nessa perspectiva, Marini afirma:

Na América Latina o caso mais evidente é o do Chile, cujas exportações consistem basicamente em cobre e outros minerais, frutos do mar, farinha de peixe, madeira e celulose, enquanto as importações suprem boa parte das necessidades do país quanto a bens de capital e de consumo os suntuários. Mas está longe de ser o último exemplo. O próprio Brasil, o país de maior desenvolvimento industrial da região, começa a apresentar tendências que se constituem em motivo de preocupação para empresários e economistas (MARINI, 2000, p. 282-283).

Em síntese, a nova fase do capitalismo, denominada “globalização”, ampliou as forças produtivas, sobretudo a reprodução do capital financeiro em escala planetária. A superação das fronteiras nacionais em facilitar a reprodução e a circulação de capitais foi o neoliberalismo. Exponente desse contexto, os Estados Unidos produziram o corolário do Consenso de Washington, que na década de 1990 defendia o desmonte de qualquer política industrial e protecionista, orientava-se por perspectivas das políticas macroeconômicas neoliberais, em especial o equilíbrio fiscal, a desregulamentação da economia, a privatização de empresas públicas e a valorização cambial (TRINDADE, 2018, p. 19).

Ao retomar a análise do contrarreformismo diante do que foi problematizado até então,

percebe-se que o extenso repertório de ações, o qual visou à desestabilização e à criminalização de experiências de governos progressistas até a assunção de governos que atuaram para restabelecer políticas baseadas no neoliberalismo, pode ser interpretado como a estratégia do capitalismo desenvolvido e dos Estados Unidos para manter os laços de dependência econômica e política da América Latina. Dito de outra forma, sonegando aos países latino-americanos o direito de autodeterminação e de priorizarem a constituição de relações econômicas e diplomáticas com países também periféricos da África, Oriente Médio e Ásia.

Contrarreformismo, neoliberalismo e violência no campo brasileiro

Estranho e inusitado? Como explicar a chuva de veneno sobre as comunidades pernambucanas de Fervedouro e Barro Branco, no município de Jaqueira, e Batateiras, no município de Maraial? Longe de representar um fato isolado e peculiar, é expressão da naturalização da violência no campo brasileiro que sonega direitos e submete comunidades camponesas, indígenas e da agricultura familiar ao poder das elites agrárias.

A violência agrária pode ser analisada enquanto permanência de uma prática tradicional na história brasileira. A empresa IC Consultoria e Empreendimentos Imobiliários, ao reclamar o arrendamento da área de posse das comunidades, conforme investigação da Organização das Nações Unidas (ONU), utilizou aviões para sobrevoar e lançar agroquímicos sobre a área em conflito (BEZERRA, 2021).

A colonização da América Latina, em especial do Brasil, lançou as bases da exploração das populações indígenas, afrodescendentes e mestiças. Nessa perspectiva, Maria Yeda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva (2021, p. 96) destacam com precisão a relação estreita entre expansão do latifúndio com a diminuição dos povos originários. A criação do latifúndio e o emprego do trabalho compulsório enquanto instrumentos a serviço do colonizador impactou diretamente na sociedade representativa dos povos originários, sobretudo no

tocante à compreensão do uso comunitário da terra e dos recursos naturais.

Com a independência do Brasil em 1822, pode-se presumir que a realidade de exploração das populações no campo fosse relegada ao passado. Entretanto, a ordem social não foi alterada. Na verdade, as contradições sociais no campo foram reconfiguradas. Se no contexto da independência “ser senhor de terras significava, antes de mais nada, ser senhor – e era sobretudo este domínio senhorial que não podia ser medido ou limitado” (MOTTA, 1998, p. 39), no período posterior essa realidade não é alterada significativamente. Ou seja, a partir de 1850, as reformas liberais, que implicaram o fim do tráfico transatlântico de escravos, a Lei de Terras, a qual visava restringir o acesso a terra somente pela compra, e a abolição da escravidão em 1888 contribuíram com a modernização do país, mas sem romper com o poder dos senhores de terra e não visavam à promoção de mudanças sociais baseadas na inclusão da população “subalterna” do campo. Para Linhares e Silva (2021, p. 111), esse processo, além de estar conectado com o contexto latino-americano, estabeleceu

[...] controle da terra por meio dos mecanismos legais e despojamento dos trabalhadores rurais, processos concomitantes e complementares. As medidas tomadas para expulsar os trabalhadores das suas terras, desconhecendo qualquer forma de posse que não fosse por meio da compra, deviam garantir um contingente de trabalhadores que substituíssem os escravos.

Soma-se a permanência da estrutura fundiária concentrada e do poder político da elite agrária à cruel continuidade histórica das relações de violência sobre a população rural pobre no Brasil. Prova disso, em pleno início do século XX, a fome ainda era uma das faces da violência social na medida em que a cidadania era negada àqueles coletivos envolvidos pela fome endêmica, epidêmica e subnutrição (CASTRO, 2005), ou seja, as populações rurais foram submetidas a condições de vida distantes do paradigma moderno.

O Estado brasileiro foi incapaz de promover políticas públicas que rompessem com o ciclo da dependência e exploração dos camponeses, indígenas

e agricultores familiares. Para Houtzager (2004, p. 30), o aparato estatal tem o papel histórico de atuar junto à sociedade civil promovendo objetivos coletivos e confrontar-se à “exploração baseada no mercado e regulamentando a própria sociedade civil”. A partir dessa abordagem, pode-se projetar que o Estado brasileiro teve o papel, ao longo da história, de estabelecer ações sociais, econômicas e jurídicas ancoradas em projetos de desenvolvimento nacional que superassem a desigualdade, a pobreza, a superexploração do trabalho no campo.

No entanto, ao examinar a manutenção da violência no campo brasileiro em pleno século XXI, evidencia-se que essa prerrogativa não seguiu curso histórico distinto da análise de Houtzager. Para contrapor essa análise à objetividade histórica, pode-se revisitar a atuação do Estado brasileiro no período dos governos militares. A modernização capitalista da agricultura promovida pelo Estado entre 1964 e 1985, baseada no uso intensivo de insumos da indústria química e metalúrgica, cultivo extensivo de monocultura e produção de commodities e no desenvolvimento de complexos agroindustriais, transmutou parte da antiga oligarquia agrária em burguesia rural moderna. Mendonça (2006) chama a atenção para a relação da publicação do Estatuto da Terra em 1964 com a modernização agrária e a gênese da nova classe rural brasileira, garantido a manutenção do latifúndio produtivo. Vejamos:

Para tanto, seria necessário consolidar-se, igualmente, uma categorização social de novo tipo: o empresário rural. Mais que ultrapassar o latifúndio, a empresa rural geraria necessariamente a transformação do latifundiário em empresário, dotado de atributos tais como a racionalidade, a criatividade e o espírito de iniciativa, capaz, por tudo isso, de fazer frente aos negócios e às necessidades da modernização da agricultura e ao desenvolvimento da nação (MENDONÇA, 2006, p. 52-53).

É pertinente retomar a ideia de dependência do capitalismo brasileiro para compreender como o Estado nacional não tem êxito em resolver as contradições sociais e econômicas que contribuem para a manutenção da violência no campo. O poder político das classes dominantes se manifesta na

sociedade através da influência que exercem sobre o Estado. Florestan vai além, destaca o papel ativo da elite dominante no processo de inserção periférica do país na Divisão Internacional do Trabalho.

A situação heteronômica é redefinida pela ação recíproca de fatores estruturais e dinâmicos, internos e externos. Os setores sociais que possuem o controle das sociedades latino-americanas são responsáveis por essa situação quanto os grupos externos, que dela tiram proveito. Dependência e subdesenvolvimento são um bom negócio para os dois lados (1998, p. 106).

Conforme exposto anteriormente, o *impeachment* da presidenta Dilma em 2016 abriu caminho para o contrarreformismo. Pode-se destacar o aumento da violência no campo como uma expressão cruel da nova orientação política do Estado, ajustada radicalmente aos interesses da burguesia agrária.

Em 2016, conforme exposto na Tabela 1, o registro dos conflitos no campo foi de 1.361, representando um aumento de 19,77% em relação aos casos do ano anterior. Já no ano seguinte, 2017, foram registrados 1.239, correspondendo ao aumento de 11,87% dos casos registrados em 2015. Se se amplia o período de análise para o ano de 2020, a intensificação do conflito no campo é ainda mais grave. Em 2020, já no governo do presidente Jair Messias Bolsonaro, foram registrados 1.608 casos de conflito no Brasil, o que representa um aumento de 32% dos casos em relação ao de 2015, anterior ao *impeachment* da presidenta Dilma.

De outra parte, conforme expresso na tabela, os conflitos envolvendo a expansão de empreendimentos econômicos sobre os recursos hídricos no país registrados em 2017 foram 199 casos, totalizando um aumento de 24% dos registros em relação ao ano de 2015. Ao passo que no ano de 2020 foram computados 350 incidentes, significando um incremento nos números de casos em relação ao período de 2015 em 132%.

Tabela 1 - Conflitos no campo

Tipos de conflitos	2015	2016	2017	2020
Conflitos por terra	1092	1361	1239	1608
Conflitos pela água	151	177	199	350

Fonte: CPT. CEDOC Dom Tomás Balduino: Relatório Conflitos no Campo 2020.

É explícita a relação direta entre a queda do governo Dilma Rousseff e a assunção do vice Michel Temer ao cargo de presidente com o avanço da violência sobre os povos do campo. Em dezembro de 2016, o presidente Temer enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 759/2016, sancionada em 11/07/2017, sob a denominação de Programa Nacional de Regularização Fundiária, que visava regularizar massivamente áreas públicas invadidas pela expansão das lavouras de soja e pela criação do rebanho bovino. Chama a atenção para a retirada das exigências ambientais na regularização fundiária e na intencionalidade de produzir novo marco legal para a reforma agrária.

Essa lei, também apelidada de “MP da grilagem”, é responsável pelo incremento das lutas no campo brasileiro. Conforme os dados registrados pela Comissão Pastoral da Terra, no ano de 2020, o relatório Conflitos no Campo aponta 687.872 pessoas envolvidas em conflitos, representando o aumento em 6,66% do montante registrado no ano de 2015, ano anterior ao período conturbado pela crise que culminou com o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff.

Na continuidade do processo contrarreformista, o governo de Jair Messias Bolsonaro, a partir de 2018, aprofundou as contradições sociais no campo. A violência sobre as populações indígenas atingiram índices significativos na história recente do país. Observando-se os dados relativos ao encarceramento da população indígena, fica evidenciado o recrudescimento da violência e das condições sociais precárias sobre as comunidades indígenas.

Em 2017 havia 738 indígenas encarcerados, em 2019 passaram para 1.080, (CIMI, 2019, p. 35). De outra parte, a paralisação do andamento das demarcações de áreas indígenas suscitou 35 conflitos em 2019, sendo que no ano anterior foram registrados 11 casos (CIMI, 2019, p. 78).

A violência contra as populações pobres do campo ainda é um fenômeno presente. A compreensão de violência aqui empregada abarca uma diversidade das relações sociais que permeiam o cotidiano das comunidades rurais na atualidade, como, por exemplo, assassinato, agressão física e psicológica, perda de território entre outras formas de violência.

De fato, é necessário compreender a permanência da prática recorrente da violência, a que os povos subalternos, no rural brasileiro, são submetidos, bem como relacionar o seu recrudescimento a partir da orientação do Estado pelo vértice do neoliberalismo.

Conclusões finais

A violência na América Latina é um elemento constitutivo da história da região. A colonização, iniciada no século XVI, estabeleceu os laços da dependência cultural, econômica e política entre o centro metropolitano (Europa) e a periferia (América Latina).

A dependência representa a subjugação do desenvolvimento latino-americano ao do capitalismo. No entanto, os governos progressistas no início do século XXI enfrentam em certa medida essa permanência histórica na medida em que produzem políticas públicas que visam usar as riquezas naturais para financiar projetos sociais e econômicos que incorporem camadas populares.

Neste início do século XXI, há um amplo movimento de resistência às políticas neoliberais desenvolvidas na América Latina nas décadas de 1980 e 1990. O descontentamento da população com o impacto socioeconômico do corolário neoliberal, como o aumento do desemprego, precarização do trabalho, perda do valor dos salários e desindustrialização, criou as condições para que os governos estabelecessem uma série de políticas econômicas e sociais que atendessem as camadas populares até então desassistidas ou não priorizadas pelo Estado, em especial a população indígena e as camadas empobrecidas do campo e da cidade.

Assim, Paraguai, Bolívia, Equador, Venezuela, Uruguai, Argentina e Brasil desenvolveram ações que garantiram a autonomia

nacional sobre o uso dos recursos naturais, sobretudo gás e petróleo, bem como atuaram no fortalecimento do Estado enquanto promotor do desenvolvimento econômico capaz de agregar setores sociais até então marginalizados.

Destaca-se que as políticas reformistas desses países não foram homogêneas em razão dos países que optaram por mudanças estruturais, como a reforma agrária, no caso venezuelano, ou a criação do Estado pluriétnico, no caso da Bolívia, essas foram consideradas radicais. Já o Brasil, entre outros, optou por incluir socialmente setores empobrecidos à classe média pelo desenvolvimento da economia, mas sem produzir alteração das estruturas econômicas e sociais do país consideradas moderadas.

Nesse cenário, a reação da diplomacia norte-americana, setores do capital transnacional, aliados à burguesia e à elite local, atuaram em paralisar e reverter o processo de reformas, constituindo, portanto, o movimento contrarreformista.

É importante ressaltar que as reformas realizadas não se propunham a superar o capitalismo, no entanto atingiram frontalmente o elemento histórico que caracteriza a formação econômica latino-americana, em especial do nosso capitalismo *sui generis*: a dependência. Por isso se considera que a mobilização de elementos representativos do *lawfare* são frutos dos interesses da diplomacia norte-americana, setores do capital internacionalizado, burguesia e elites locais para restabelecer os laços do capitalismo dependente e retomada das políticas neoliberais.

Analisando a experiência brasileira, fica evidente a relação do contrarreformismo com o reforço dos laços de dependência econômica e política do país, contribuindo para o significativo aumento da violência no campo contra as populações camponesas, indígenas, quilombolas e da agricultura familiar.

A intensificação da expansão do agronegócio sobre as florestas, por exemplo, está conectada à nova orientação do Estado brasileiro de potencializar as condições para o desenvolvimento baseado no agronegócio e no mercado externo, tendo como base de apoio a burguesia agrária, ao passo que os

conflitos no campo não são objeto de políticas públicas.

Nessa perspectiva, a “MP da grilagem” tem sido um instrumento de fortalecimento das grandes propriedades e de conflitos agrários. Como decorrência desse processo percebe-se o aumento da tensão agrária. Os índices de violência aumentaram significativamente no período, expressando a tendência de priorização pelo Estado dos interesses econômicos dos grupos que visam explorar as riquezas minerais, hídricas e a agricultura no Brasil.

Longe de estar consolidado o contrarreformismo, é pertinente acompanhar e refletir sobre a dialética do popular, que, através das ações coletivas em curso por toda a América Latina, pode fortalecer a construção da emancipação da região.

Em meio a tantas incertezas, cabe centrar o olhar sobre as certezas. José Carlos Martíategui sinalizou de forma consistente o poder revolucionário do indígena latino-americano no início do século XX. Força que hoje está latente não apenas na população originária, mas também nos afrodescendentes, mulheres, jovens, camponeses, trabalhadores urbanos, enfim, em toda a população empobrecida da América Latina.

Nota

1 Para aprofundar a análise do processo de ascensão dos governos autoritários na América Latina nos últimos vinte anos ver Silva (2021).

Referências

BBC BRASIL. **Evo Morales**: por que decisão da Justiça da Bolívia de deixar presidente disputar 4º mandato divide o país? Brasil. 05 de dez. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-46452050>. 10 mar. 2021.

BEZERRA, Lucila. **ONU investiga uso de agrotóxicos como arma em conflitos territoriais**

da Mata Sul. *Brasil de fato*, Recife, 10 set. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefatope.com.br/2021/09/10/onu-investiga-uso-de-agrotoxicos-como-arma-em-conflitos-territoriais-da-mata-sul/>. Acesso em: 19 set. 2021.

CALDERÓN, Fernando; SANTOS, Mário dos. **Hacia un nuevo orden estatal en América Latina**: veinte tesis sociopolíticas y un corolário. Chile: Fondo de Cultura Económica, 1991.

CPT. **Relatório Conflitos no Campo 2020**. Centro de documentação Dom Tomás Balduino.

CIMI. **Relatório**: Violência contra os povos indígenas no Brasil. Dados de 2019. Conselho Indigenista Missionário – Cimi. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2020/10/relatorio-violencia-contra-os-povos-indigenas-brasil-2019-cimi.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2021.

FLORESTAN, Fernandes. Padrões de dominação externa na América **Latina**. In: BARSOTTI, Paulo; PERICÁS, Luiz Bernardo. **América Latina**: história, ideias e revolução. 2 ed. São Paulo: Xama, 1998.

FUSER, Igor. **América Latina**: progressismo, retrocesso e resistência. *Saúde Debate*, Rio de Janeiro, v. 42, n. especial 3, p. 78-89, nov. 2018.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

LINHARES, Maria Yeda; TEIXEIRA, Francisco Carlos. **Terra prometida**: uma história da questão agrária no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

MARINI, Ruy Mauro. **América Latina:** integración y democracia. Caracas: Nueva Sociedad, 1993.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência:** uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis - RJ: Vozes; Buenos Aires: Clasco, 2000.

MENDONÇA, Sonia Regina. **A questão agrária no Brasil:** a classe dominante agrária – natureza e apontamentos 1964-1990. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Terra prometida:** uma história da questão agrária no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

SILVA, Êmerson Neves da (Org). **América Latina em perspectiva:** análise da escalada do autoritarismo e neoliberalismo sobre o agrário no século XXI. Passo Fundo/RS: Acervo Editora, 2021.

TRINDADE, José Raimundo Barreto. Breve contextualização da atual configuração da dependência latino-americana e a economia mundial capitalista: uma agenda de debates. **Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho**, Natal - RN, v. 7, n. 2, p. 5-33, 2018.

VALDÉS, Eduardo Devés. **O pensamento latino-americano na virada do século:** temas e figuras mais relevantes. Ijuí - RS: Editora Unijuí, 2012.

O enfrentamento da violência de gênero a partir da Educação Básica

Confronting gender violence from Basic Education

Roberta Guimarães Peres*
Ana Carolina Alves da Silva**

Palavras chave:
Educação Básica
Violência Sexual
Violência de Gênero

Resumo: O presente artigo busca discutir as potencialidades da Educação Básica no combate à violência contra a mulher, em uma perspectiva crítica à criminalização de condutas e intensificação de penas. A partir da revisão bibliográfica de estudos na área de Criminologia Crítica e da análise de dados fornecidos pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e do Sistema de Informações de Agravos de Notificação (Sinan), identifica-se uma aparente ineficácia da via penal como meio de enfrentamento à violência de gênero. Uma vez que, como propõem as pesquisas no campo dos Estudos de Gênero, esta violência emana de uma configuração sociocultural pautada na ordem patriarcal e na assimetria de poder entre os gêneros, a criminalização de condutas não alcança suas raízes. Diante desse cenário, requer-se lançar um novo olhar sobre áreas que possam contribuir para a desconstrução dessa base sociocultural e engajar-se no enfrentamento à violência de gênero. Para tanto, compreende-se que a Educação, a partir da perspectiva proposta por Adorno, tem potencial relevante de contribuição neste debate.

Keywords:
Basic Education
Sexual violence
Gender Violence

Abstract: This article seeks to discuss the potential of Basic Education in the fight against violence against women, in a critical perspective to the criminalization of conduct and intensification of sentences. From the bibliographic review of studies in the area of Critical Criminology and the analysis of data provided by the Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) and the Sistema de Informações de Agravos de Notificação (Sinan), an apparent ineffectiveness of the criminal procedure is identified as means of combating gender violence. Since, as research in the field of Gender Studies proposes, this violence emanates from a sociocultural configuration based on the patriarchal order and the asymmetry of power between genders, the criminalization of conduct does not reach its roots. Given this scenario, it is necessary to take a new look at areas that can contribute to the deconstruction of this sociocultural base and engage in the fight against gender violence. Therefore, it is understood that Education, from the perspective proposed by Adorno, has a relevant potential to contribute to this debate.

Recebido em 30 de novembro de 2021. Aprovado em 26 de abril de 2022.

* Doutora em Demografia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Unicamp). Professora adjunta da Universidade Federal do ABC. E-mail: roberta.peres@ufabc.edu.br.

** Mestranda em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC. Professora contratada da Rede Municipal de São José dos Campos. E-mail: alves.ana@ufabc.edu.br.

Introdução

Pretende-se, no presente artigo, discutir as potencialidades da Educação Básica no enfrentamento à violência de gênero, elaborando uma crítica à estratégia que tem se dado pela criminalização de condutas e intensificação de penas. À luz de estudos como os De Andrade (1996; 2005), compreende-se que a via criminal e punitivista não alcança as raízes socioculturais da violência de gênero: a ordem patriarcal e assimetria de poder entre os gêneros (SAFFIOTI, 1995; 2001). Diante das limitações da via penal, faz-se necessário repensar as estratégias de enfrentamento, buscando meios de minar tais raízes. Nesse sentido, a partir do espaço que a Educação ocupa dentro da teoria social de Adorno (1995), como instituição com potencial de enfrentamento à barbárie, identifica-se na Educação Básica brasileira a possibilidade de atuar como agente de desconstrução das raízes da violência de gênero.

Destaca-se, nesse trabalho, como área de intervenção pública a que diz respeito à violência de gênero, em especial à violência sexual contra mulheres. Secchi (2013, p.2), ao estudar a área de políticas públicas, concebe-a como “uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público”, podendo adotar diversos formatos: programas públicos, projetos, leis, entre outros.

Embora Secchi (2013) atribua à política pública um aspecto de transversalidade, pesquisadoras que analisam a área sob a perspectiva de gênero, como Farah (2004), Bandeira e Almeida (2013), apontam que essa articulação ainda é recente no Brasil, sendo uma consequência das mobilizações do movimento feminista nas últimas décadas, mas que tem se apresentado controversa e problemática.

Com relação à violência de gênero, Bandeira e Almeida (2013, p.38), ao verificarem a assincronia entre políticas públicas e a perspectiva de gênero, apontam que, nesse cenário, a violência passa a ser tratada nela mesma, “e não nos padrões de comportamento entre os sexos, o que acaba reduzindo as possibilidades de sua superação”. O cenário exposto pelas autoras relaciona-se com a via de enfrentamento adotada: a criminalização de condutas, onde se busca tratar a violência de gênero através da punição de casos particulares.

Desde a década de 1970 a discussão acerca da violência contra mulheres se manteve presente no movimento e teoria feministas, desenvolvendo-se e incorporando conceitos ainda em disputa no cenário político e também teórico-metodológico, como gênero. Ao tratar de gênero, adota-se a conceituação proposta por Scott (1995), que o interpreta como elemento que constitui as relações sociais através da diferenciação sócio-histórica de poder entre os sexos.

Com a incorporação do conceito de gênero às discussões que antes abarcavam somente o aspecto da violência contra as mulheres, ampliou-se a compreensão acerca da violência resultante das diferenças de poder entre os sexos. Sobre a temática da violência de gênero, Lisboa (2014, p.36), reconhece que “a complexidade que envolve o conceito ‘violência de gênero’ aponta que, para além da força física, existem outros tipos de violência que se exercem por imposição social ou por pressão psicológica”.

Uma vez que o conceito de violência de gênero abarca diferentes tipos de condutas, no presente texto optou-se pelo aprofundamento do crime da violência sexual contra as mulheres. Busca-se discutir as potencialidades da Educação Básica no combate à violência contra a mulher, em uma perspectiva crítica à criminalização de condutas e intensificação de penas. A escolha pelo recorte da violência sexual contra a mulher se deve ao fato desta ser permeada de aspectos singulares, tal como uma cultura punitiva que atinge tanto o agressor quanto a vítima (ANDRADE, 1996; 2005). Para além desse aspecto, o estupro, expressão máxima da violência sexual, é reconhecido como a principal forma de demonstração de poder masculino (COULOURIS, 2010; SAFFIOTI, 1987).

O texto está organizado em quatro sessões além dessa introdução: primeiro, procura-se compreender o lugar ocupado pela mulher na sociedade e como as especificidades da formação da sociedade brasileira incidem sobre a ocupação desse lugar. Segundo, é exposto como o movimento feminista brasileiro tem se colocado em relação ao enfrentamento da violência de gênero, em especial da violência sexual contra a mulher, adotando a via penal, não se atentando para as limitações desta abordagem. Terceiro, propõe-se uma reflexão acerca de novas possibilidades de enfrentamento e

prevenção da violência sexual, vislumbradas na Educação Básica, a partir da teoria social de Adorno (1903-1969). Quarto, propõe-se uma análise crítica do tema transversal de Orientação Sexual presente nos Parâmetros Nacionais Curriculares (PCNs), onde se busca investigar como a Educação Básica brasileira tem se posicionado com relação às questões de gênero nas últimas décadas e assinalar como o novo currículo, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), tem dialogado com a temática de gênero.

O papel da mulher como segundo sexo na sociedade

A compreensão acerca da violência de gênero perpassa, quase que inevitavelmente, o estudo e percepção do que é cultura e as especificidades de sua formação em cada espaço.

Embora o conceito cultura possua diversas compreensões, adota-se a perspectiva apresentada por Geertz (2008, p.10) que a define como “um contexto, algo dentro do qual eles [os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou processos] podem ser descritos de forma inteligível”. Nessa perspectiva, compreende-se cultura como um emaranhado de símbolos produzidos socialmente, sendo possível compreendê-la a partir do estudo de suas expressões, isto é, os comportamentos e discursos sociais. Importante ressaltar que esses signos estão em constante mudança além de serem múltiplos dentro da sociedade. Incluído nesse “emaranhado de símbolos” estão aqueles que promovem a diferenciação entre os sexos.

Segundo Bourdieu (2012), a divisão dos sexos é algo historicamente construído e disseminado, de tal forma que até mesmo os dominados (as mulheres) acabam contribuindo para a manutenção desse sistema. Para o autor, a diferença da anatomia feminina e masculina pautaria a divisão dos sexos na sociedade. No entanto, essa divisão ultrapassa a esfera concreta, se completando e se realizando através de formulações do uso do corpo, em um nível simbólico, criando o homem viril e a mulher feminina. Dois *habitus* diferentes que estão em uso cotidianamente.

Conceito fundamental dentro da teoria bourdieusiana, o *habitus* designa o conjunto de disposições e estruturas que caracterizam um grupo. Segundo Bourdieu (2008, p. 21-22) o *habitus* “é esse princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas.”.

A partir da divisão dos sexos concretos e a construção simbólica que se dá sobre tal divisão, são produzidos e disseminados dois *habitus*: o masculino ativo, viril, dominante e o feminino passivo, contido, dominado (BOURDIEU, 2012). Para o autor, tais *habitus*, são estruturas tão bem disseminadas e “inculcadas” que passam a ser naturalizadas pelos dominados.

De acordo com Bourdieu (2012), o processo de “inculcação” dos *habitus* feminino e masculino acontece desde a infância, quando esses são ensinados, através da educação formal e informal, acerca do “espaço” e posição que lhes cabe dentro da sociedade. É através dos processos de ensino e aprendizagem que, de acordo com Saffioti (1987), os indivíduos da sociedade se tornam homens e mulheres, entendendo que a identidade é socialmente construída.

A autora ainda pontua como os discursos que constroem as identidades de gênero passam pelo processo de naturalização, isto é, os discursos e manifestações socioculturais são transformados em fatos naturais (SAFFIOTI, 1987). A importância da compreensão dessa transformação está no fato de que a naturalização constitui-se como a estratégia mais eficaz no processo de legitimação da superioridade de determinados grupos em relação a outros, demonstrando a importância do discurso na empreitada da legitimação das diversas formas de dominação social.

É a partir do reconhecimento do inculcamento dos *habitus* feminino e masculino no processo de socialização de todos os indivíduos que, como pontuado anteriormente, Saffioti (2001) estabelece uma relação entre a cultura patriarcal e a violência de gênero.

Em suma, Saffioti (1995, p.196) compreende que “o gênero constitui um eixo ao longo do qual o poder é distribuído-exercido”, onde há uma luta

constante devida à distribuição desigual de poder. Dessa forma, identifica-se uma assimetria de poder entre os gêneros na sociedade, em consequência da construção cultural sob uma ordem patriarcal, cenário em que se manifesta a violência de gênero. Nesse sentido, a autora afirma que cabe aos homens a fixação dos limites da atuação das mulheres, sendo a violência um elemento constituidor do processo de normatização.

Consequente, a violência masculina contra a mulher apresenta-se como componente ontológico da sociedade patriarcal. Para Saffioti (1987), nas últimas instâncias do uso do poder nas relações homem-mulher encontra-se o estupro, onde mesmo contra a vontade da mulher, o homem mantém relações sexuais, assinalando para o não direito de escolha dela. Também Coulouris (2010) identifica o estupro como a principal forma de demonstração de poder masculino, buscando primordialmente a humilhação da vítima, não a satisfação de alguma necessidade sexual.

A partir da relação cultura e violência, é possível apreender melhor quando Saffioti (2015) pontua que a violência de gênero perpassa toda a sociedade, não se restringindo a classes sociais, renda per capita, tipos de cultura (ocidental ou oriental) ou outras formas de contenção.

Embora a violência de gênero seja transversal na sociedade, cabe salientar que esta incide de forma não homogênea sobre as mulheres. Desde a década de 1990 tem ganhado espaço, nos estudos feministas e de gênero, o aporte teórico metodológico da interseccionalidade. A compreensão de interseccionalidade se desenvolve dentro de um quadro interdisciplinar por Kimberlé Crenshaw e outras pesquisadoras (HIRATA, 2014). Adotando essa perspectiva, autoras como Butler (2017) e Segato (2021) tem desenvolvidos trabalhos sobre sexualidade, identidade de gênero e raça. Este propõe que, embora todas as mulheres e meninas sofram violências, essas vão atingi-las desproporcionalmente ante a articulação de diferentes formas de opressão, baseada em diferentes sistemas de desigualdade que são interdependentes, como raça/cor, classe, orientação sexual, entre outros (COLLINS, 2020).

À vista de tal cenário, é possível deduzir que existe uma relação direta entre cultura e assimetria de poder entre os sexos, onde tem lugar a violência de

gênero. Para além disso, observa-se que essa relação possui uma carga histórica de processos que a naturalizaram e dispersaram pela sociedade, relacionando-se com outros sistemas de desigualdade que permeiam a sociedade.

O movimento feminista e o mito do Direito Penal igualitário

Dentro do estudo da teoria feminista é comum o uso do termo “onda” para se referir a determinada fase do movimento, em que sua agenda e debates focam em demandas criadas segundo o contexto histórico e social de seu tempo (NARVAZ, KOLLER, 2006). Segundo Narvaz e Koller (2006), a primeira onda do movimento feminista, conhecida como movimento sufragista, deu-se na virada do século XIX para o XX, e lutava contra a discriminação das mulheres e pela garantia de direitos, tendo ganhado destaque o direito ao voto. A segunda onda, de acordo com as autoras, ressurgiu nas décadas de 1960 e 1970, consistindo em duas linhas de abordagem, a estadunidense que denunciava a opressão masculina e buscava a igualdade, e a francesa, que enfatizava a valorização das diferenças entre homens e mulheres. A terceira onda, na visão das autoras, ocorreu na década de 1980, focando nos estudos de gênero, quando, para alguns, cria-se uma divisão entre Estudos Feministas e Estudos de Gênero.

Embora Teles (1999, p.12) identifique as raízes do movimento feminista “em lutas anteriormente travadas consciente ou inconscientemente por mulheres intelectualizadas ou por grupos de mulheres de origem popular; [...]”, ao longo de toda a história brasileira, a autora aponta que é na década de 1970 que se tem o “nascimento” do Movimento Feminista no país. Machado (2016), ao estudar o feminismo no contexto brasileiro, aponta que a formação e consolidação do movimento feminista no país estão diretamente atreladas à luta pela democracia e anistia durante a ditadura civil militar que vigorava no país à época.

Através do breve panorama acerca das ondas dos movimentos feministas, localiza-se o caso brasileiro dentro da segunda onda do feminismo. É fundamental ressaltar que as cronologias

apresentadas acerca dos movimentos feministas são generalizações construídas para uma sistematização historiográfica. Tanto na perspectiva brasileira quanto internacional, o movimento feminista é plural, heterogêneo, abarcado à ideia de “mulheres” e não somente de “mulher”, com diferentes perspectivas teóricas e de atuação.

Irrompendo em uma fase da teoria feminista onde o ensejo da denúncia da opressão masculina se faz particularmente mais eloquente, muitos seguimentos do movimento feminista brasileiro abraçaram a temática da violência contra a mulher. De acordo com Vieira (2007, p.13), o espaço dedicado a essa temática, no contexto brasileiro, é atribuído às “denúncias dos crimes de homicídio cometidos contra mulheres por seus maridos ou ex-companheiros sob a alegação de ‘legítima defesa da honra’”. Com slogans como “quem ama não mata” e “o pessoal é político”, a temática da violência contra a mulher, e posteriormente violência de gênero, engajou o movimento feminista brasileiro a pressionar o Estado a lidar com a questão (PINTO, 2003).

Nos últimos 40 anos, boa parte desse engajamento esteve direcionado à criminalização de condutas e agravamento de penas, sob a promessa do Direito Positivo de resolver os problemas sociais através do sistema penal. No entanto, embora bem intencionado, tal engajamento não se atentou para dois fatores: a seletividade do sistema penal e sua ineficiência em tratar a assimetria de poder existente nas relações de gênero (ANDRADE, 1996; 2005). Para Andrade (2005), esses fatores ganham contornos singulares no caso da violência sexual contra a mulher: além de não tratar as causas da violência, o sistema penal duplica a violência sobre as mulheres, através da violência sexual e da violência institucional e as divide, por meio da lógica da honestidade que permeia a violência institucional.

Ao investigar o Direito Penal, Baratta (2002) argumenta que o compromisso de proteger os bens jurídicos de todos os cidadãos igualmente e de que a lei é igual para todos, não passa de um mito: o mito do Direito Penal igualitário. Isto é, o direito penal é desigual por excelência. O direito penal não defende todos e somente os bens essenciais e quando o faz, é com intensidade desigual. A lei penal não é igual para todos e o status de criminoso não é atribuído de

forma igualitária, sendo que a sua distribuição não está relacionada, principalmente, com a danosidade social das ações e gravidade das infrações à lei (BARATTA, 2002).

Logo, depreende-se que o Direito Penal, e por consequência o sistema penal, é dotado de uma seletividade ontológica que se encaminha tanto em direção a quem pode se enquadrar como vítima quanto a quem pode se enquadrar como criminoso. Tal aspecto do sistema é entendido por Andrade (1996) como ação que recria as desigualdades e preconceitos sociais.

Direcionada à autoria do crime, a seletividade do sistema penal, segundo Andrade (1996, p. 98), tem atuado segundo as “leis de um código social”, sobre estereótipos “geralmente associados aos pobres (baixo status social, cor, etc)” e a pessoas em situação de vulnerabilidade.

Em relação ao enquadramento de vítima, Andrade (1996) pontua que entra em ação uma sublógica da seletividade do sistema penal: a lógica da honestidade. Isto é, a reputação sexual da vítima. No decorrer do processo criminal, a vítima é inquirida e julgada quanto ao seu comportamento diário, com o objeto de encontrar algo que “justifique” o crime ou a inocente deste.

A lógica da honestidade concebida por Andrade (1996), onde a vítima tem que se mostrar “digna” e “adequada” para ser entendida como tal, dialoga com o conceito de cultura do estupro.

De acordo com Lima (2017), a cultura do estupro é entendida como uma articulação de representações sociais que naturalizam a violência sexual, suscitando a culpabilização das vítimas pelas agressões sofridas. Ainda segundo a autora, a cultura do estupro possui relação intrínseca com os sentimentos misóginos e machistas, ocasionando a banalização da violência sexual contra mulheres.

Para Sousa (2017), a cultura do estupro é fruto de arquétipos construídos sobre a figura feminina na sociedade, tendo como base um sistema patriarcal de assimetria de poder entre os sexos. Partindo do princípio de que existe um padrão de como deve ser a mulher para que esta seja “adequada” e “respeitável”, está implícita a ideia de que a mulher que não se adequa a tais regras de conduta coloca-se em risco, sendo a culpada pela violência sofrida. Indo além, Rost e Vieira (2015)

entendem que, dentro da cultura do estupro, este se torna uma punição às mulheres que não se enquadram no papel que lhes é atribuído socialmente. Observa-se que o punitivismo, do qual o sistema penal transborda, direciona-se tanto para o acusado quanto para a vítima.

Embora a lógica da honestidade (ANDRADE, 1996), e a cultura do estupro, por extensão, seja uma sublógica da seletividade intrínseca ao sistema penal, esta também assinala a assimetria de poderes que existe entre os sexos. Nesse sentido, retoma-se a relação entre cultura e essa assimetria de poder onde tem lugar as múltiplas formas de violência de gênero, e atribui especificidades à violência sexual contra a mulher.

Para se fazer visualizar, em números, as limitações da via penal no enfrentamento e prevenção da violência sexual contra mulheres no Brasil, os dados fornecidos pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, na última década, são de grande relevância.

A Figura 1, a seguir, apresenta os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública entre os anos de 2011 e 2020. De acordo com os dados, o nível das notificações ascende entre 2011 e 2012, passando a manter-se elevado e constante nos dois

próximos anos do período, em torno de 50 mil casos. Os anos de 2014 e 2015 (ano da promulgação da lei do feminicídio) apontam a diminuição do número de notificações, que voltam a subir em 2016, ultrapassando o patamar anterior. Os três anos seguintes, 2017 – 2019, apresentam uma elevação importante no número de notificações chegando, em 2019, a 69.889 casos notificados de estupro. O último ano do período, por sua vez, assinala para uma diminuição no número de casos, em comparação com os três anos anteriores.

Embora se observe uma queda no número de casos notificados entre os anos de 2012 e 2015, é importante ressaltar que, de acordo com Cerqueira e Coelho (2014), o estupro se configura como um dos crimes mais subnotificados, estimando-se que apenas 10% dos estupros sejam notificados, em virtude de suas características. O anuário anterior (2016, p.39) pontua que aspectos a culpabilização das vítimas afetam a decisão de denunciar. Dessa forma, a queda no número de notificações de violência sexual não indica, necessariamente, uma queda na quantidade de casos. O aumento do número de notificações, a partir de 2015, indica esses fatores de sensibilidade do indicador.

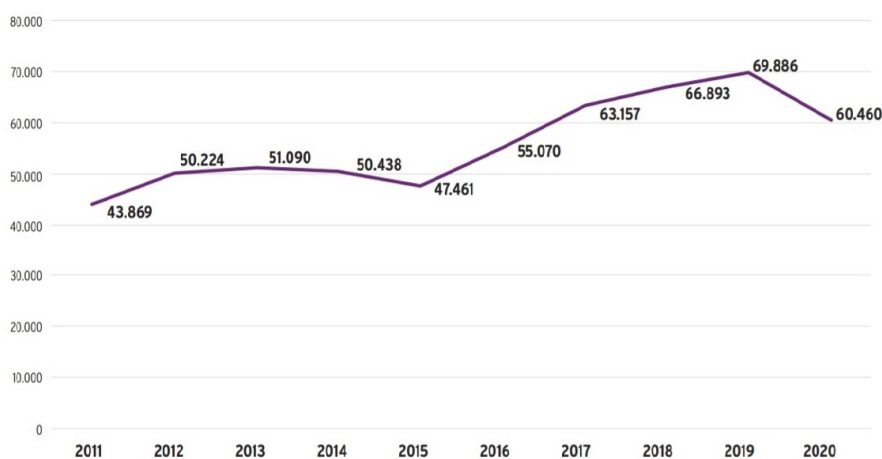


Figura 1 – Evolução do número de estupros e estupros de vulnerável Brasil (2011-2020).

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiros de Segurança Pública – Anuário Brasileiro de Segurança Pública, v.15.

Com relação à redução no número de casos notificados entre 2019 e 2020, é importante salientar que além da subnotificação já característica dos crimes de estupro, existem os efeitos provocados pelo regime de isolamento social, em função da pandemia de Covid-19. Como apontam Pimentel e Martins (2020), uma vez que a presença da vítima é condição imprescindível para a abertura do inquérito nos casos de violência, especialmente nos casos de estupro que demandam o exame pericial, as medidas de distanciamento social, bem como a instabilidade nos serviços de proteção, em razão da diminuição do número de servidores e horários de atendimento, afetaram diretamente o volume de denúncias nesse período. Assim, a queda no número de notificações não significa, necessariamente, a queda da incidência.

Ainda que os dados disponibilizados pelo FBSP sejam fundamentais para compreensão do cenário brasileiro no que tange ao crime de estupro, é importante ressaltar que os indicadores não dizem respeito somente às vítimas do sexo feminino, mas também às do sexo masculino, em conformidade com o Art.213 que não faz distinção de sexo da vítima para configurar-se como estupro. Os dados do FBSP também não desagregam o número de vítimas pelo marcador raça/cor.

Esses microdados podem ser apreendidos através das informações disponibilizadas pelo Sistema de Informação de Agravos e Notificações (Sinan). Sobre o Sinan, Cerqueira e Coelho (2014) pontuam que este foi criado no início da década de 1990, mas só teve seu processo de notificações padronizado em 2011, sendo o ano a partir do qual é possível compor um estudo comparativo.

A Tabela 1 apresenta os dados segundo sexo e raça/cor entre 2011 e 2019. Quando desagregados,

os dados mostram que entre 2011-2019, 81.617 mulheres pardas foram vítimas de estupro, seguidas pela raça branca com 63.390 casos. Ou seja, mesmo entre as duas primeiras categorias existe uma diferença de aproximadamente 18 mil casos de estupro.

Se adotada a compreensão presente no Estatuto de Igualdade Racial (2010, p.13), entendendo a população negra como: “o conjunto de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)”, verifica-se que 98.219 mulheres negras foram estupradas no Brasil no período analisado. Trata-se de mais da metade dos casos notificados em que houve a assinalação da raça da vítima.

Os dados apresentados comprovam o que há anos o Movimento Feminista no Brasil já denunciava: as mulheres são as principais vítimas da violência sexual. No entanto, eles também revelam um fato que, por vezes, é silenciado: quem são as mulheres vítimas de estupro no Brasil.

Como apontado anteriormente, apesar do patriarcado oprimir e propiciar um ambiente violento a todas as mulheres e meninas, verifica-se que tais violências atingem as mulheres de forma desigual, diante da articulação de diferentes formas de opressão. Esse fato é evidenciado através dos dados da Tabela 1.

A partir das reflexões elaboradas por Andrade (1996; 2005) e Baratta (2002) e dos dados expostos, verifica-se a ineficácia do sistema penal em enfrentar e prevenir a violência sexual contra a mulher, bem como todas as formas de violência de gênero. Nesse sentido, é fundamental retomar e avançar na discussão em torno de perspectivas e políticas alternativas para além da criminalização.

Tabela 1 – Frequência Estupro segundo Sexo/Raça/Cor entre 2011-2019

	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Ignorado
Feminino	63.390	16.602	1.354	81.617	1.958	15.481
Marculino	8.571	1.869	102	9.276	128	2.546
Total	71.961	18.471	1.456	90.893	2.086	18.027

Fonte: DATASUS – Violência Interpessoal/Autoprovocada (Elaboração da autora).

Compreender as razões para as limitações do sistema penal frente à violência sexual contra a mulher implica em pensar caminhos de enfrentamento que, em longo prazo, tratem as raízes da violência, e também atuem como prevenção desta.

Na busca de novos caminhos de enfrentamento à violência sexual contra a mulher no Brasil, o campo de estudos da Filosofia e Sociologia da Educação fornece vasto arsenal teórico que define a educação como ferramenta para transformar as raízes de diversas formas de violência, como é o caso das reflexões feitas por Adorno (1903-1969). A partir destas, adota-se o olhar sobre a educação como potencial via de enfrentamento à violência sexual contra a mulher no Brasil.

Educação x Barbárie

Theodor Adorno, ao ter vivenciado os horrores da Segunda Guerra Mundial e do Holocausto, procurou refletir como a sociedade chegou a tal ponto de violência e o que se pode fazer para evitar que barbáries, como Auschwitz, se repitam.

Em Adorno, o esclarecimento preconizado pelo Iluminismo no século XIX não teria cumprido plenamente aquilo a que se propôs. Embora o homem tenha se libertado do pensamento metafísico, expresso no mitos, ele foi aprisionado pela razão instrumental, direcionada à ciência e à técnica (ADORNO, 1985). Para o autor (2002), essa realidade seria reforçada por ferramentas como a Indústria Cultural, que esvazia a cultura do seu teor crítico, tornando-a um meio de dominação, através da alienação do indivíduo. Portanto, tem-se um indivíduo incapacitado de pensar por si mesmo, pronto para ser dominado por quaisquer forças. O caminho de prática social para remediar tal condição de alienação e dominação é identificado pelo autor na Educação.

Vilela (2006), ao estudar a teoria social de Adorno, em especial sua reflexão acerca da Educação, ressalta o fato de que não se pode atribuir ao autor uma teoria da educação, como se tem feito, uma vez que a obra Educação e Emancipação, que usualmente se entende como a teoria da educação

adorniana, constitui uma coletânea de entrevistas transcritas com a participação de Adorno. Nestas, o que temos é a defesa de uma Educação que procura reconhecer os mecanismos que tornam possíveis os atos de barbárie e revelá-los às pessoas, de forma a libertá-las (ADORNO, 1995).

Adorno relaciona a Educação com duas questões: barbárie e emancipação. No que tange à barbárie, Viana (2005) verifica que Adorno a identifica com o nazismo, uma vez que neste a violência física é banalizada e os indivíduos identificam-se com ela. Nesse sentido, o conceito de barbárie relaciona-se com as formas de violência que são naturalizadas e banalizadas dentro de uma dada sociedade, tal como acontece atualmente com a violência de gênero, em especial à violência sexual, racismo, homofobia, xenofobia.

O entendimento do conceito de emancipação para Adorno remete à teoria kantiana. Para Kant, emancipação está relacionada à autonomia, isto é, “à capacidade de superar a menoridade da razão, ou seja, sua subordinação ao estabelecido e ao aparente e, como consequência, a libertação da opressão imposta pelos governantes” (VILELA, 2007, p.230). Adorno (1995, p.121) defende que a educação deve ser emancipadora, isto é, “a educação tem sentido unicamente como educação dirigida a uma auto-reflexão crítica”. A educação para emancipação proposta por Adorno (1995) é concebida dentro do entendimento de que se deve superar a razão instrumental.

A educação no sentido emancipador e contra a barbárie, proposta por Adorno, atuaria expondo os aspectos invisibilizados e naturalizados que permeiam a violência. De acordo com o autor,

É preciso reconhecer os mecanismos que tornam as pessoas capazes de cometer tais atos, é preciso revelar tais mecanismos a eles próprios, procurando impedir que se tornem novamente capazes de tais atos, na medida em que se desperta uma consciência geral acerca desses mecanismos. (ADORNO, 1995, p.121).

Como aponta Vilela (2007), Adorno denunciava a educação que operava apenas com a lógica positivista, onde prevalecia o mero acúmulo de informações e que só validava como ciência o que era quantificável ou previsível matematicamente.

Mesmo sem elaborar uma teoria da educação, Adorno assinala para a possibilidade de outra educação. Uma educação que operasse além da lógica positivista de mero acúmulo de informações e operações matemáticas. Uma educação “orientada para a não dominação, contra toda forma de opressão, fundada no compromisso com a tolerância, com a solidariedade, com o respeito e com a ação coletiva, orientada para o bem comum” (VILELA, 2006, p. 61).

A reflexão proposta por Adorno acerca do papel da educação frente à barbárie, frente a toda forma de violência naturalizada, leva ao entendimento de que o enfrentamento à violência sexual contra a mulher deve ter uma faceta voltada para a educação. Uma educação que busque desconstruir as raízes na qual essa violência se apoia: a ordem patriarcal (SAFFIOTI, 2001) e assimetria de poder entre os gêneros (SAFFIOTI, 1995).

Com base no que foi exposto até aqui, torna-se primordial analisar como a educação básica brasileira, especificamente o currículo do ensino fundamental, tem discutido a violência sexual contra as mulheres, pois como aponta Stromquist (1996, p.27), ao investigar as políticas públicas de Estado na área de equidade de gênero, “a área de conteúdo educacional — ou currículo — deveria ser da maior importância no desenvolvimento de políticas públicas de gênero”.

Gênero no currículo do ensino básico: Educação Sexual

Unbehaum, Cavasin e Gava (2010, p.4) identificam que, historicamente, a maior parte do movimento feminista focou-se em políticas públicas de “áreas como saúde, trabalho, renda e seguridade social”, ocasionando uma lacuna com relação às demandas educacionais, especificamente no que tange a políticas curriculares.

No entanto, parte do movimento feminista, especialmente a partir dos anos 2000, compreendendo as limitações do sistema penal como via de enfrentamento à violência de gênero, entende que se fazem necessárias novas medidas, em especial no aspecto educacional, como forma de minar as raízes dessa violência (ROCHA, 2020). Tendo em

vista esse cenário, têm-se assistido a uma progressiva mudança na relação Educação e Gênero, verificando-se um aumento no número de pesquisas que contemplem essa intersecção (UNBEHAUM, VIANNA, 2004; 2016). Apesar das mudanças observadas, Vianna e Unbehaum (2006) pontuam que a incorporação da perspectiva de gênero pelas políticas públicas de Educação ainda não é tão institucionalizada quanto em outros setores, como Saúde ou Trabalho.

A despeito da intersecção entre os Estudos de Gênero e Educação nas primeiras décadas do século XXI, a vacância por parte do movimento feminista no que se refere à construção do currículo escolar não passou ilesa, fato explicitado nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

Os PCNs, publicados em 1997, se constituem como um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo o País (BRASIL, 1997). No entanto, como salientam Ramalho e Vieira (2020, p.490), “esses parâmetros não supriam as funcionalidades idealizadas pela base nacional curricular”, mas se caracterizaram como etapa fundamental nesse processo, que começou com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e foi finalizado em 2017 com a homologação da Base Nacional Curricular Comum (BNCC).

O PCN conta com diretrizes curriculares para as diversas disciplinas que compõe o ensino básico brasileiro, além de trazer uma série de “temas transversais” que devem ser abordados em todas as disciplinas curriculares e continuamente no ambiente escolar. É no bojo dos temas transversais que a relação Gênero e Educação se fez presente, culminando no tópico “Tema Transversal: Orientação Sexual” estruturado em três blocos: “Corpo: matriz da sexualidade”, “Relações de gênero” e “Prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS”.

Vianna e Unbehaum (2004, p.99), embora reconheçam a importância da inclusão da compreensão das relações de gênero nas propostas curriculares, criticam a relevância dada à sexualidade no PCN, pois defendem que “as questões relativas ao gênero deveriam perpassar toda a discussão sobre sexualidade, corpo e prevenção, sem que sua abordagem ficasse circunscrita a um bloco específico”.

Como mencionado anteriormente, a despreocupação por parte do movimento feminista com relação à inclusão das questões de gênero teve seus efeitos. Ao não se atentar para a importância da educação, especialmente do currículo, como meio de problematizar, refletir e desconstruir a ordem patriarcal e a assimetria de poder entre os gêneros, o movimento feminista deixou uma lacuna que logo foi ocupada pela área da saúde. Ou seja, os temas transversais de gênero e sexualidade, foram esvaziados de seu teor crítico e passaram a ser abordados com um viés puramente biológico. (UNBEHAUM, 2010).

A abordagem da educação sexual através do prisma médico-biológico dentro do ensino básico brasileiro não é uma novidade em termos históricos. Nardi e Quatiero (2012) apontam que desde 1928 a lei brasileira prevê a educação sexual nas escolas, mas que esta, até a década de 1950, apresentou um caráter higienista e houve forte resistência à sua implementação, em função de questões influenciadas pela moral cristã.

Também Altmann (2001, p.579), aponta para o papel atribuído à educação sexual no Brasil na primeira metade do século XX, estando esta vinculada à contenção da sífilis e aos “desvios sexuais”. Para a autora (2001), esse mesmo aspecto regulador e preventivo, acompanhado do discurso médico-biológico, estaria presente na educação sexual que retorna na década de 1990 na educação brasileira, diante do elevado número de casos de AIDS/DST (doenças sexualmente transmissíveis) e o aumento dos números de gravidez entre adolescentes.

Relativamente ao vínculo construído entre o tema transversal de Orientação Sexual e o discurso médico-biológico que se estabeleceu, César (2009, p.44) ressalta que a epidemia da AIDS, na década de 1980, fez com que as escolas tornassem-se lugares de excelência para o enfrentamento à doença, levando o discurso da sexualidade nas escolas brasileiras a se direcionar para a “saúde e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e da gravidez na adolescência, tomadas como sinônimo de problema de saúde física e social”.

O contexto histórico da educação sexual, juntamente com os estudos acerca do tema transversal Orientação Sexual, e por extensão das

relações de gênero, no PCN demonstram que a temática foi esvaziada de seu real conteúdo, isto é, de descortinar a hierarquização dos gêneros, a assimetria de poder existente entre eles, os *habitus* de gênero que são socialmente construídos e inculcados. Em seu lugar, foi colocado um discurso voltado para a saúde, que, embora trate de questões pertinentes, não atua como ferramenta para a desconstrução do caldo cultural onde há lugar para a violência de gênero.

A despeito das pesquisas acima citadas e tantas outras produzidas em território nacional acerca da importância da inclusão das temáticas de gênero na Educação Básica, bem como das deficiências da sua implementação nos 20 anos de vigência (1997-2017) dos PCNs, a elaboração da BNCC não apresentou os avanços esperados nessa área.

Em estudo sobre o feminicídio e o papel da educação, através da BNCC, para o enfrentamento dessa violência de gênero, Ferraz, Rigue, Ferreira e Sarturi (2020) apontam que o termo “gênero” foi suprimido do texto que compõe a base e substituído pela ideia de Direitos Humanos e princípios democráticos. Quando pesquisado, pelos autores, os termos “mulher” e “violência”, só foram encontrados em algumas competências e habilidades para serem desenvolvidas na disciplina de História, no 6º e 9º ano do Ensino Fundamental, levando a uma abordagem de forma genérica e reducionista, invisibilizando as violências sofridas pelas mulheres (FERRAZ et al, 2020, p.422). Para Ferraz et al (2020, p.422) “falar sobre Direitos Humanos sem a liberdade de especificar os aspectos das desigualdades socialmente produzidas entre homens e mulheres é mais uma forma de (re)produzir esse cenário perverso.”

Outros estudos (BESSA-OLIVEIRA; ORTIZ, 2020; ROCHA, 2020) tem assinalado para o reducionismo, e em certos momentos negligência, da BNCC em tratar as questões de gênero e sexualidade. Para Ramalho e Vieira (2020, p.492) que também se debruçaram sobre a não presença do conceito de “gênero” no novo currículo, o silêncio do texto curricular em tratar das estruturas generificadas que permeiam e sustentam nossa sociedade fala, e muito, pois “qualquer ensino que não fale sobre essa logística de submissão, que não

discorra sobre essas problematizações, está sendo favorável a ela, favorecendo o opressor (seja ele quem for).”.

Faz-se necessário revisitar e ampliar os debates que dialoguem com os Estudos de Gênero e Educação, em especial nas teorias de currículo, lançando um novo olhar sobre as potencialidades de um currículo que efetivamente compreenda, evidencie e discuta as relações de gênero e sua assimetria de poder, visando sua desconstrução. Por uma educação que, como aponta Adorno (1995, p.121), reconheça os mecanismos que tornam as pessoas capazes de atos de barbárie, como a violência sexual, e revele esses mecanismos a elas mesmas, “procurando impedir que se tornem novamente capazes de tais atos, na medida em que se desperta uma consciência geral acerca desses mecanismos”.

Considerações finais

Identificar o potencial da educação básica brasileira, especialmente do currículo, entendendo-a como espaço de enfrentamento à violência sexual contra a mulher, passa pela compreensão de dois pontos.

Primeiro, que a violência de gênero emana de uma configuração sociocultural que se constrói sobre símbolos que alocam os gêneros em pontos opostos do “eixo ao longo do qual o poder é distribuído-exercido” (SAFFIOTI, 1995, p.196), ocasionando uma assimetria de poderes. Exemplo dessa assimetria é a cultura do estupro, onde as construções de um arquétipo feminino com regras de conduta vão estipular se a vítima é ou não “culpada” pela violência sexual que sofreu.

Segundo, que a natureza do sistema penal não alcança as raízes da violência de gênero, uma vez que trata de casos particulares. Tendo ainda o efeito de recriar “as desigualdades e preconceitos sociais” (ANDRADE, 1996, p.98), devido a sua seletividade dirigida ao autor da violência e à vítima. Sendo ainda mais ineficaz nos casos de violência sexual, onde impera a concepção da “lógica da honestidade”, derivação da seletividade intrínseca ao sistema penal e direcionada à vítima, levando a uma dupla violência sobre a vítima (ANDRADE, 2005).

O efetivo enfrentamento da violência de gênero, em especial da violência sexual contra mulheres, implica em problematizar e desconstruir as bases nas quais ela se assenta. Implica “reconhecer os mecanismos que tornam as pessoas capazes de cometer tais atos” e “preciso revelar tais mecanismos a eles próprios”, como aponta Adorno (1995, p.121) nas suas reflexões sobre o papel da escola contra a barbárie.

Tais objetivos podem ser alcançados por meio da educação básica e do currículo. Mas para tanto, faz-se necessário lançar um novo olhar sobre a área. Revisitar as contribuições teóricas que a Filosofia e a Sociologia da Educação já fizeram até aqui e dialoga-las com os estudos de gênero.

Investigar e compreender como a Educação Básica brasileira e seu currículo se relacionaram com a temática de gênero nos últimos 20 anos é fundamental, pois a geração escolarizada nesse sistema é o presente e futuro do país. Mas também é necessário olhar a frente, para o novo currículo brasileiro: a BNCC. Recentemente homologada, a base ainda requer ampla pesquisa e crítica à luz das contribuições dos estudos de gênero, bem como de outras áreas, em um empreendimento interdisciplinar e interseccional. Ainda é necessário agir e lutar para a construção do espaço escolar como lugar de conscientização e combate às práticas e discursos preconceituosos, violentos e que garantem a manutenção do status quo.

Referências

- ADORNO, Theodor. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- ADORNO, Theodor. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ADORNO, Theodor. **Indústria cultural e sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALTMANN, Helena. Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais. Revista **Estudos Feministas**, v. 9, p. 575-585, 2001.

BANDEIRA, Lourdes Maria; ALMEIDA, Tânia MC de. A transversalidade de gênero nas políticas públicas. **Revista do CEAM**, v. 2, n. 1, p. 35-46, 2013.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

BESSA-OLIVEIRA, Marcos Antônio; DOS SANTOS ORTIZ, Marcela. BNCC–Caminhos e (Im) possibilidades para gênero: porque a educação escanteou as mulheres e seus corpos? **Educação em Revista**, v. 21, p. 73-88, 2020.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: Sobre a teoria da ação**. 9 ed. Campinas: Papirus, 2008.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Apresentação dos temas transversais**. Secretaria de Educação Fundamental, Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL, Parâmetros Curriculares Nacionais. **Introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CERQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilo Santa Cruz. **Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde (versão preliminar)**. Brasília: Ipea, 2014.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma "Epistemologia". **Educar em revista**, n. 35, p. 37-51, 2009.

COLLINS, Patricia Hill. **Interseccionalidade [recurso eletrônico]**. São Paulo: Boitempo, 2020.

COULOURIS, Daniella Georges. **A Desconfiança em Relação à Palavra da Vitima e o Sentido da Punição em Processos Judiciais de Estupro**. 2010. 241 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

DE ANDRADE, Vera Regina Pereira. Violência sexual e sistema penal: proteção ou duplicação da vitimização feminina?. **Seqüência: Estudos Jurídicos e Políticos**, v. 17, n. 33, p. 87-114, 1996.

DE ANDRADE, Vera Regina Pereira. A soberania patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher. **Seqüência: Estudos Jurídicos e Políticos**, v. 26, n. 50, p. 71-102, 2005.

DE SEGURANÇA PÚBLICA, Anuário Brasileiro. **Vol. 15**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública [Internet]. 2021.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 47-71, 2004.

FERRAZ, Viviane Martins Vital; RIGUE, Fernanda Monteiro; FERREIRA, Cádía Carolina Morosetti;

SARTURI, Rosane Carneiro. Da caça às bruxas ao feminicídio: Como a educação pode contribuir com esta questão?. **Revista e-Curriculum**, v. 18, n. 1, p. 408-429, 2020.

GEETZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. 1 ed. 13 reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo social**, v. 26, p. 61-73, 2014.

LIMA, Lana Lage da Gama. Cultura do Estupro, Representações de Gênero e Direito. **Language and Law / Linguagem e Direito**, v. 4, n. 2, p. 7-18, 2017.

LISBOA, Teresa Kleba. Violência de gênero, políticas públicas para o seu enfrentamento e o papel do serviço social. **Temporalis**, v. 14, n. 27, p. 33-56, 2014.

MACHADO, Lia Zanotta. Feminismos brasileiros nas relações com o Estado. Contextos e incertezas. **Cadernos Pagu**, n. 47, 2016.

NARDI, Henrique Caetano; QUARTIERO, Eliana. Educando para a diversidade: desafiando a moral sexual e construindo estratégias de combate à discriminação no cotidiano escolar. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 59-87, 2012.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em estudo**, v. 11, n. 3, p. 647-654, 2006.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Suíça, 2002.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

RAMALHO, Carla Chagas; VIEIRA, José Jairo. O escutar do silêncio – O que está por trás da mudez da BNCC sobre as estruturas de gênero. **Interfaces Científicas-Educação**, v. 8, n. 3, p. 483-496, 2020.

ROCHA, Olívia Candeia Lima. Educação, ensino de História e o combate à violência de gênero no Brasil contemporâneo. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, v. 14, n. 27, p. 27-54, 2020.

ROST, Mariana; VIEIRA, Miriam Steffen. Convenções de gênero e violência sexual: A cultura do estupro no ciberespaço//Gender and sexual violence conventions: the rape culture in cyberspace. **Contemporânea Revista de Comunicação e Cultura**, v. 13, n. 2, p. 261-276, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth I.B.; ALMEIDA, Suely Souza (Org.). **Violência de Gênero: Poder e Impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SAFFIOTI, Heleieth I.B.; ALMEIDA, Suely Souza. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, n. 16, p. 115-136, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth I.B.; ALMEIDA, Suely Souza. **Gênero, Patriarcado, Violência**. 2 ed. São Paul: Expressão Popular, 2015.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SEGATO, Rita. **Crítica da colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SOUSA, Renata Floriano de. Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres. **Revista Estudos Feminista**, v. 25, n. 1, abril, p. 9-29, 2017.

STROMQUIST, Nelly P. Políticas públicas de Estado e equidade de gênero. **Revista Brasileira de Educação**, v. 1, p. 27-49, 1996.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve História do Feminismo no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

UNBEHAUM, Sandra; CAVASIN, Sylvia; GAVA, Thais. Gênero e sexualidade nos currículos de pedagogia. *In: Fazendo gênero 9 – Diásporas, Diversidade, Deslocamentos*. Joinville: UFSC, p. 1-10, 2010.

VIANNA, Cláudia Pereira; UNBEHAUM, Sandra. O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 121, p. 77-104, 2004.

VIANNA, Cláudia Pereira; UNBEHAUM, Sandra. Contribuições da produção acadêmica sobre gênero nas políticas educacionais: elementos para repensar a agenda. *In: CARREIRA, Denise; VIANNA, Cláudia; UNBEHAUM, Sandra; CARNEIRO, Suelaine; LEÃO, Ingrid; CAVASIN, Sylvia. (Orgs). Gênero e educação: fortalecendo uma agenda para as políticas educacionais*. São Paulo: Ação Educativa,

Cladem, Ecos, Geledés, Fundação Carlos Chagas, 2016, p. 55-120.

VIANA, Nildo. Adorno: educação e emancipação. **Resafe–Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação**, n. 04, 2005.

VIEIRA, Miriam Steffen. Concepções de violência sexual e direitos das mulheres: do “defloramento” ao “estupro”. **Cadernos do LEPAARQ (UFPEL)**, v. 4, n. 7/8, p. 103-122, 2007.

VILELA, Rita Amélia Teixeira. **A Teoria Crítica da Educação de Theodor Adorno e sua apropriação para análise das questões atuais sobre currículo e práticas escolares**. Belo Horizonte: CNPQ (Relatório de Pesquisa), p. 119-133, 2006.

VILELA, Rita Amélia Teixeira. Críticas e possibilidades da educação e da escola na contemporaneidade: lições de Theodor Adorno para o currículo. **Educação em Revista**, n. 45, p. 223-248, 2007.

Nova Museologia: aspectos históricos e características

New Museology: historical aspects and characteristics

Sidélia S. Teixeira*

Palavras chave:
Nova Museologia
Patrimônio
Educação

Resumo: A presente análise tem como tema a história da Nova Museologia. Objetiva-se analisar alguns tópicos tratados no bojo desse movimento, como, por exemplo, os seres humanos, patrimônio, meio ambiente, ação museológica, educação e cidadania. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, na qual exploramos e sistematizamos as origens e o desenvolvimento da Nova Museologia, bem como apontamos as suas principais características, apoiadas em autores nacionais, internacionais e em documentos das conferências e dos seminários da área. Concluímos que o presente debate aponta caminhos para a análise sobre os museus e os processos preservacionistas, envolvendo natureza e cultura, além de contribuir para a memória e reflexões museológicas.

Keywords:
New Museology
Patrimony
Education

Abstract: The present analysis has as its theme the history of New Museology. The objective is to analyze some topics dealt with in the midst of this movement, such as, for example, human beings, heritage, environment, museological action, education and citizenship. This is a bibliographic and documentary research, in which we explore and systematize the origins and development of New Museology, as well as pointing out its main features, supported by national and international authors and documents from conferences and seminars in the area. We conclude that the present debate points out ways to analyze museums and preservationist processes, involving nature and culture, as well as contributing to museological memory and reflections.

Recebido em 30 de novembro de 2021. Aprovado em 31 de março de 2022.

Introdução

O professor Tomislav Sola (2020), durante a conferência intitulada *On Community and Decolonisation in the Age of Heritage* afirma que o mundo atual, pós-ideológico de realidade neoliberal, com suas guerras e caos, gera cada vez mais insegurança e medo nas populações. Associando essa discussão à contemporaneidade dos museus, esse pesquisador coloca que o “DNA dessa instituição” é

a colonização. Registra ainda que os museus devem ter um compromisso com a memória pública e a democracia planetária.

O mundo atual de que fala Sola (2020) apresenta problemas e contradições, mas também agrega várias conquistas da humanidade. Nessa linha, teóricos como Milton Santos (2001) afirma que a globalização capitalista envolve três perspectivas. A primeira, volta-se para o aprimoramento do conhecimento cultural, com base

* Museóloga, mestre em mediação cultural (Université d'Avignon/França), doutora em Estudos Contemporâneos (Universidade de Coimbra/ Portugal). Professora do Curso de Museologia da Universidade Federal da Bahia e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Museologia da UFBA. E-mail: sideliat@yahoo.com.br.

na circulação de informações, na quebra de fronteiras etc.; a segunda, direciona-se para a perversidade, pois a redução dos custos de produção gerou mais lucro, todavia produziu perda da qualidade de vida, desemprego e fome; já a terceira perspectiva volta-se para aspectos como o caráter mais humano e solidário em relação aos países subdesenvolvidos, o exercício do pensamento livre, o conhecimento e a unicidade do planeta.

O fato é que todas essas perspectivas desafiam o ser humano para a construção de um mundo com acesso à informação, trabalho, inclusão dos miseráveis e pobres, qualidade de vida e respeito ao meio ambiente, pois, como afirmou Sola (2020), as populações encontram-se angustiadas e ameaçadas nesse mundo hodierno.

Tudo isso demanda o desenvolvimento de uma visão ética cujos princípios da atividade humana deveriam direcionar-se à busca da compreensão da terra como âmago e à constituição de um modelo de civilização sustentável do ponto de vista ecológico. Nesse sentido, a comunidade não é apenas local, mas também global, e a cidadania deveria ser vista como integral, ativa e plena, pressupondo a existência de uma democracia planetária cujos processos de aprendizado precisariam explorar o sentido das coisas desde o cotidiano (GADOTTI, 2000).

Em linhas gerais, a discussão desses estudiosos aponta para uma visão antropológica sobre o ser humano que engloba a vida, o meio ambiente e a participação dos cidadãos, articulada à noção de civilização sustentável, que envolve a preservação do patrimônio natural e cultural de forma integrada. Esses temas tiveram atenção especial no âmbito da Museologia, com a Nova Museologia. Esta foi influenciada pelo movimento em prol da democratização da cultura, iniciado em 1968, na França.

Nova Museologia: origem e desenvolvimento

Com o objetivo de situar o contexto cultural que proporcionou e incentivou esse movimento, recorreremos a Martins (1997, p. 157), que diz:

A efervescência cultural após a Segunda Guerra Mundial culminou na atitude de contestação global de valores em maio de 68, na França. O museu foi uma dentre as muitas instituições questionadas, surgindo, em Paris, um grupo de profissionais que criticavam a passividade e as posições burguesas do museu tradicional, que envolviam seus aspectos espaciais de templo, palácio, mausoléu e a concepção da coleção como tesouro das elites, em desacordo com a consciência do valor social da cultura e a necessidade de democratização dessa última.

tulo de ilustração, também mencionamos o comentário de Vasarely, transcrito por Martins (1997, p. 157), que afirmou o seguinte, em 1970: “Quero acabar com tudo aquilo que exatamente o museu quer: a obra única e insubstituível, a peregrinação, a contemplação passiva do público.” Essa frase ilustra o espírito dos artistas da época, que pretendiam uma “popularização” da arte e mudanças nos museus, baseados na crítica em relação ao bem cultural – tido como algo distinto e abstrato –, bem como à ideia de público inoperante. O fato é que estava em jogo, no período mencionado, sobretudo o caráter elitista, restrito e reducionista das instituições museais e suas relações com o poder, de maneira geral.

Vale ressaltar que a crítica aos museus já vinha sendo feita desde a primeira metade do século XX. Contudo, a partir de 1968, como afirma Martins (1997), ganhou força, a ponto de impulsionar mudanças nas políticas culturais de países como França, Inglaterra, Estados Unidos, México e Canadá. Nesse sentido, apresentando os primórdios da Nova Museologia, Desvallées (1992) refere-se às várias demarcações que nos parecem importantes, para apontarmos alguns aspectos sobre a natureza desse movimento. Dessa forma, o autor destaca as seguintes ocorrências:

- a) lançamento do livro de Freeman Tilden sobre a interpretação do patrimônio, que contribuiu para as discussões sobre os centros de interpretação;
- b) escritos de Georges Henri Rivièri e Hugues de Varine, diretores do Conselho Internacional de Museus (ICOM) em 1946 e 1962, respectivamente, já com algumas proposições subjacentes sobre a Nova Museologia;

c) jornadas de Lurs, em 1966, que deram origem à criação de vários museus de sítio nos anos posteriores e contribuíram para o início da formulação do conceito de ecomuseu, por Georges Henri Rivière e Hugues de Varine;

d) reunião de Aspen (Colorado), em 1966, na qual Sidney Dillon Ripley, da *Smithsonian Institution*, apresentou a ideia de um experimento de museu de vizinhança e decidiu financiar a iniciativa de John Kinard em Anacostia;

e) seminário sobre museus de vizinhança nos Estados Unidos, em 1969, com a participação de John Kinard, que fundou, em 1967, o *Neighborhood Museum* de Anacostia, em Washington;

f) IX Conferência Geral do ICOM, em 1971, realizada entre Paris, Dijon e Grenoble, que discutiu o tema “Museu a serviço do homem, hoje e amanhã”;

g) uso do termo ecomuseu, por Robert Poujade, primeiro-ministro francês encarregado do meio ambiente, em Dijon, 1971;

h) mesa redonda de Santiago do Chile, em 1972, com o objetivo de discutir a função social do museu na América Latina;

i) criação da associação *Muséologie Nouvelle et Expérimentation Sociale* (MNES), em 1980.

A produção bibliográfica, os congressos, o desenvolvimento de experiências museais e a criação de associações mostram que a Nova Museologia teve uma base acadêmica e popular. Nessa linha, Desvallées (1989) afirma, em relação à primeira base, que os debates partiam da noção relativista de cultura – base para a definição antropológica do conceito de patrimônio cultural –, que não admitia mais limites estéticos oriundos de determinadas classes sociais, mas priorizava a diversidade das produções culturais dos grupos sociais. A base popular manifestou-se após a criação e o desenvolvimento de novas formas museais, apoiadas em iniciativas e na participação comunitária em territórios específicos e no patrimônio, vistos de forma integral.

Dessa maneira, é importante reconhecer também a colaboração dos profissionais que atuavam na área e sentiam-se inquietos com o fazer museológico vigente na época. Muitos desses

buscavam explicações para o “isolamento” da instituição museu nas sociedades, para os baixos índices de visitação, a falta de discussão em relação aos problemas sociais nas atividades museais e o sentido das práticas de proteção dos bens culturais. Para fundamentar essa questão, recorremos a Maria Célia Santos (2008), que resume as principais temáticas discutidas no período de 1960 a 1980 no campo museológico e afirma que tinham como enfoque central a importância social do museu e seu papel no processo de formação dos cidadãos. Assim, é possível considerar que tanto os profissionais como os estudiosos da área tiveram uma atuação ativa no estímulo ao desenvolvimento do pensamento museológico, baseados em dados concretos da realidade e na efetivação de experiências.

Seres humanos, patrimônio e meio ambiente

A Nova Museologia aponta também para o deslocamento do eixo das discussões do objeto para o “homem”¹. Vale ilustrar essa questão com a análise desenvolvida por Desvallées (1992). Entende esse autor que a Nova Museologia funcionou como um refluxo, permitindo resgatar princípios já conquistados desde a Revolução Francesa, como a necessidade de democratização dos museus. De acordo ainda com esse autor, a Museologia recupera, para os museus de diversas áreas, o que Lévi-Strauss determinou para a Antropologia em 1954, ao afirmar que essa não serviria exclusivamente para recolher objetos, mas para compreender os homens.

De acordo ainda com Mairesse (2002, p. 101-102, tradução nossa): “[...] um pensamento é criado e desenvolvido, que questiona o museu, seu lugar na sociedade e sua relação com o homem e o meio ambiente, mas, ao mesmo tempo, formula também respostas”². Aflora, nessas discussões, questões como diversidade, identidade cultural e participação das coletividades. Tais indagações e as reflexões sobre museu e Museologia repercutiram mundialmente, tendo assumido algumas características peculiares nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento. É possível afirmar, por exemplo, que o debate em torno dos museus e do patrimônio cultural, de maneira geral, estimulou a

necessidade de análise das produções culturais desses países. Essa questão torna-se oportuna, tendo em vista os efeitos dos processos de colonização nas instituições museológicas, que contribuíram para a construção de processos de preservação limitados acerca do patrimônio cultural, pois esses, muitas vezes, não correspondiam à realidade cultural dos países em desenvolvimento. Para explicar melhor esse processo, citamos Varine (1979, p. 12), que afirma:

A partir de princípios do século XIX, o desenvolvimento dos museus no resto do mundo é um fenômeno puramente colonialista. Foram os países europeus que impuseram aos não europeus seu método de análise do fenômeno e patrimônio culturais; obrigaram as elites e os povos desses países a ver sua própria cultura com olhos europeus. Assim os museus da maioria das nações são criações da etapa histórica colonialista.

Além disso, entendemos que aspectos históricos, ocorridos ao longo do século XX, como o processo de descolonização dos países da África, contribuíram para as reflexões em torno da diversidade e autonomia das culturas de forma ampla. Desse modo, as formas culturais dos diversos povos e seus patrimônios concorreram para o debate acadêmico, no continente europeu e no conjunto das suas sociedades, em termos gerais. Paralelamente, emergiram também questionamentos em torno do sentido da conservação dos bens culturais fora do seu contexto de origem, tendo em vista a constatação da existência de vários patrimônios oriundos de culturas não europeias, mas preservados em instituições da Europa (TEIXEIRA, 2014).

Desse modo, o debate sobre a diversidade cultural e patrimonial contribuiu para uma busca em relação a tipos diferenciados de museus apoiados em práticas museológicas voltadas para a preservação do patrimônio cultural *in situ* e em interação com as comunidades. Estas, por sua vez, são consideradas como produtoras de bens culturais dignos de serem preservados nas suas especificidades e concebidos com potencial de serem utilizados como instrumentos de compreensão da memória e da história. Assim, a ampliação da noção de cultura e a constatação da existência de vários códigos culturais contribuíram para a necessidade de implementação

de políticas culturais voltadas para a proteção de referenciais da vida cotidiana dos diversos povos.

A participação dos profissionais e a repercussão do movimento da Nova Museologia tiveram eco nas conferências organizadas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco)/*International Council of Museums* (ICOM), que marcaram as discussões sobre o papel do museu e a importância do uso social do patrimônio cultural preservado. Destacamos, inicialmente, o seminário regional da Unesco, realizado no Rio de Janeiro em 1958, que discutiu a importância do museu como meio educativo, considerando-o como espaço adequado para se exercer a educação formal. Não obstante, o debate nesse seminário mostrou-se acirrado em função das concepções em torno da educação museal. Como afirma Chagas (2019, p. 20):

O seminário de 1958 não foi um campo tranquilo. Ao contrário, lutas e disputas estiveram em cena. Diferentes visões de mundo e diferentes perspectivas profissionais foram acionadas; o enfrentamento entre gerações e o embate entre o pensamento museal hegemônico de origem europeia e outras tendências que buscavam se afirmar, levando em conta as experiências nacionais, também estiveram presentes. No caso brasileiro, a disputa entre o pensamento museológico barroco e as novas formas de pensar e praticar a museologia que vinham se afirmando, especialmente a partir das novas gerações, também era presente e sensível. Segundo o relatório final de Henri Rivière, “houve divergências, às vezes agudas, entre os educadores e os funcionários dos museus”.

De maneira geral e adotando a mesma linha do debate proporcionado pelo congresso do Rio de Janeiro, a IX Conferência Geral do ICOM, em Paris e Grenoble, no ano de 1971, teve como propósito debater o tema “O museu a serviço do homem, atualidade e futuro – o papel educativo e cultural”. Em relação aos trabalhos realizados nesse evento, destacam-se algumas reflexões que contribuíram para o conhecimento museológico, por enfocarem a qualidade das atividades educativas por meio de serviços mais contextualizados, objetivando a melhoria do aprendizado, além de reforçarem a importância das práticas expositivas, as quais

deveriam estar embasadas numa fundamentação interdisciplinar (INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS, 1972).

Todavia, na nossa avaliação, a conferência internacional da Unesco, que marca o movimento da Nova Museologia, sem dúvida, é a Mesa Redonda de Santiago do Chile, realizada em 1972, com o propósito de discutir o papel dos museus na América Latina. Essa reunião destaca-se por um forte questionamento acerca da importância social da preservação do patrimônio cultural e seu uso como estratégia de desenvolvimento. Vale registrar que a América Latina enfrentava um período de grande repressão advinda das ditaduras militares, o que dificultou a divulgação das ideias surgidas nesse movimento.

Importa salientar o papel dos estudiosos e profissionais no campo museológico, conforme ilustra M.C. Santos (2002, p. 106-107):

[...] por iniciativa individual, os técnicos, talvez movidos pelas mesmas razões de tantos colegas na França, no Canadá, em Lisboa, no México, etc., começam a trilhar novos caminhos, quebrando barreiras institucionais e filosóficas, na busca desse processo museológico transformador, delineado em Santiago, e do qual sequer tínhamos conhecimento.

Efetivamente, acreditamos que o conceito de museu integral foi sistematizado durante a citada Mesa Redonda. Nas décadas anteriores, algumas experiências no campo dos ecomuseus já haviam surgido, como, por exemplo, o Museu de Anacostia, em 1967, trabalhando com a ideia de museu de vizinhança, e o Museu ao Ar Livre des Landes de Gascogne, em 1969, que também contribuíram para a estruturação dessa noção durante o evento de Santiago do Chile. As tipologias de museus – museu de vizinhança, museu a céu aberto e ecomuseu – contribuíram para demonstrar a necessidade de as instituições museológicas consolidadas adaptarem-se às demandas sociais contemporâneas e desenvolverem modelos de gestão, análise e interpretação da memória de forma mais analítica e associativa, mediante a atuação de profissionais especializados.

Dessa maneira, Scheiner (2012) analisa que a marca registrada de Santiago foi a ideia de que os

museus tradicionais também podiam, e deviam, ser integrais. A perspectiva dos participantes do Encontro da Mesa Redonda de Santiago do Chile era ampliar as ações de cunho participativo no mundo dos museus, isto é, não se determinaram formas de “exclusão” das instituições museais existentes, mas, ao contrário, foi sugerida uma atualização dos museus, de maneira a atender aos anseios das populações, apoiada em uma reflexão crítica em relação à memória, trabalhada de modo participativo.

Destacamos ainda uma das recomendações apresentadas à Unesco no documento final da Mesa Redonda de Santiago do Chile, de 1972, solicitando a intensificação dos esforços da Unesco para contribuir com a formação de técnicos de museus, tanto de nível secundário como de nível universitário (MESA-REDONDA..., 1999). Contudo, no nosso entendimento, essa tendência clara com relação à profissionalização dos trabalhadores em museus já vinha ocorrendo, ao longo dos anos de 1950 até 1980, no campo da Museologia. Isso em decorrência da necessidade do desenvolvimento progressivo de estudos científicos e da construção de projetos qualificados para atender às necessidades dos públicos e das comunidades.

Com as associações, pretendeu-se afirmar princípios e normas para o desenvolvimento de trabalhos no campo museológico e impulsionar os responsáveis pela formulação das políticas culturais, com o propósito de mostrar a necessidade de construção de ações mais condizentes com a diversidade do patrimônio cultural. Destacamos a Associação Latino-Americana de Museologia (ALAM), o Comitê Internacional de Museologia (Icofom) e o Movimento Internacional da Nova Museologia (MiNoM). Essas associações também contribuíram e influenciaram as análises e reflexões sobre a importância e o papel político e social dos museus.

Tais ideias e conceitos desdobraram-se no Movimento Internacional por uma Nova Museologia (MINoM) na década de 1980, que inspirou vários museus a atuarem numa perspectiva menos centrada nos acervos e mais voltada para as relações comunitárias (SOUZA, 2020). É importante registrar que o MINoM, por exemplo, continua com uma atuação ativa, permitindo

ampliar, por meio de práticas e reflexões, a diversidade de concepções museológicas e museais atreladas à perspectiva social (CHAGAS; PEREIRA, 2019).

O debate em torno da necessidade de se preservar associando o passado ao presente também teve foco nas discussões em torno da Nova Museologia, que reforçava o compromisso com a memória pública e o seu uso para compreensão do tempo presente e projeção do futuro. A esse respeito, afirma Rússio (2010, p. 55):

Cabe aos museus restaurar o elo entre o passado e o presente, projetando a ponte para o futuro, através da preservação e da ênfase à manifestação do trabalho criador do homem, de sua inteligência e sensibilidade; cabe ao museu possibilitar a leitura não do símbolo, mas do elemento simbolizado, penetrando na raiz mesmo do Humanismo.

De modo geral, o que marca o movimento da Nova Museologia é a participação dos profissionais, estudiosos e militantes da sociedade civil, preocupados com a preservação do patrimônio natural e cultural, em prol de uma sociedade mais participativa e comprometida com a construção de governos e instituições mais democráticas. Nessa linha, Varine (2012) afirma que a Nova Museologia é um movimento de museólogos, filósofos, sociólogos, professores, educadores, agentes de desenvolvimento, entre outros que procuram adaptar melhor o museu a seu tempo e às necessidades das populações. Para os defensores do movimento da Nova Museologia, o ecomuseu constituía-se modelo de preservação e apropriação do patrimônio cultural, pois proporcionava o trabalho com os bens culturais de forma global, incluindo o patrimônio natural e cultural, além de proporcionar, por meio das atividades museológicas, a integração com as comunidades de um determinado território.

Um dos responsáveis pela criação do termo ecomuseu foi Georges Henri Rivièr³ que procurava tratar das relações entre o homem e o seu meio ambiente, articulando natureza e cultura (HUBERT, 1989). É nesse sentido que esse autor considera que o sistema inventado por Rivièr colocou o museu na escuta de seu tempo. Com efeito, foi no bojo das discussões sobre meio

ambiente e a necessidade de preservação dos recursos naturais mundiais que surgiu a noção de ecomuseu. De fato, o debate sobre a proteção do patrimônio natural já se desenvolvia desde a década de 1960, com os avanços da ecologia, das Cartas, Convenções e Recomendações Internacionais, que se constituíram nas primeiras tentativas organizadas em âmbito mundial (MENDES, 2019).

De acordo com Gestin (1989) e Hubert (1989), Georges Henri Rivièr trabalhou em algumas propostas de definição do ecomuseu que permitem uma análise da evolução desse conceito. A primeira versão caracteriza o ecomuseu como um novo tipo de instituição, vinculado a duas noções básicas: interdisciplinaridade, tendo como aspecto central a questão do meio ambiente; e ligação com a comunidade, pela sua participação na construção e funcionamento do museu. Rivièr analisou também a definição de museu *éclaté*, composto de um órgão primário de coordenação e de órgãos secundários, tendo como objetivo a interpretação do meio ambiente natural e cultural no tempo e no espaço (aspecto intensivo), com experiências comparativas fora da comunidade (aspecto extensivo).

A visão de Rivièr, consoante nosso entendimento, indicava uma preservação patrimonial integrada, isto é, envolvendo natureza e cultura, ao tempo em que apontava para as comunidades articularem processos locais a uma perspectiva global, evitando, portanto, o isolamento e demonstrando uma concepção dinâmica de identidade.

Essa tipologia museal (ecomuseu) funcionou, como afirma Brulon (2015, p. 268) como um “[...] museu de vanguarda, nos anos 1970 e 1980, [pois] voltou-se para aquelas que haviam sido consideradas até então as ‘culturas dos Outros’, culturas silenciadas e deixadas à margem de qualquer tipo de musealização”. Com efeito, almejava-se a construção de um museu comprometido com uma educação questionadora e transformadora. Isto com a expectativa da possibilidade de mudança do paradigma na história dos museus, isto é, de espaços da memória do poder para o desenvolvimento de práticas museológicas, com o objetivo de explorar o poder da memória.

Ação museológica, educação e cidadania

Além do desenvolvimento de uma noção de museu, o movimento da Nova Museologia teve como abordagem central a questão do papel educacional dos museus. Isso pudemos constatar nos temas das conferências internacionais, algumas já mencionadas, e das experiências desenvolvidas no campo da forma museal, que se expressa nos ecomuseus, museus comunitários, museus de vizinhança, museus ao ar livre, entre outras.

Apesar dos encontros do ICOM e da abordagem sobre a educação, ainda havia um grande distanciamento entre a educação que era praticada e os objetivos da Nova Museologia. Por outro lado, foi necessário, por parte dos atores sociais que iniciaram o movimento, um grande esforço para serem aceitos pelo ICOM. Houve um rompimento inicial, quando foi criado esse movimento, e a pressão posterior provocou uma “certa aceitação” por parte desse órgão. Algum tempo depois, foi criado o MiNoM, conforme mencionado, fruto dessa coação⁴.

Cândido (2002) e M.C. Santos (2008) consideram que o educador Paulo Freire, com sua teoria da educação libertadora, influenciou as discussões no campo da Nova Museologia, tendo contribuído para os debates interdisciplinares produzidos nos anos 1960, 1970 e 1980 junto ao setor museológico. Consoante Desvallées (1992), a elaboração dessa perspectiva educacional era adequada às preocupações dos estudiosos da área museológica, associando-se às reflexões sobre as restrições e o acesso cultural aos museus por parte das populações e sobre a falta de valorização do patrimônio cultural. Assim, pesquisadores como Cury (2005, p. 63) consideram a Nova Museologia como “[...] um modelo metodológico de interação entre o patrimônio cultural e a sociedade. Nesse modelo, o público é agente das ações de preservação e comunicação patrimonial e o processo é tomado como educacional, por ser transformador”.

É nesse sentido que autores como M.C. Santos (1993) enfatizam a concepção de Museologia como um processo interativo com a educação. Essa autora enfoca o caráter participativo das ações museológicas, baseadas numa articulação entre os conteúdos programáticos das disciplinas e o acervo

dos estudantes e das comunidades onde as escolas estão inseridas, revelando, assim, que o aprendizado ocorre com base no cotidiano. Para ela, isso proporciona uma vivência em torno do patrimônio cultural, dotando de sentido a preservação, mediante a compreensão e reflexão sobre as identidades culturais. Suas palavras sobre as mudanças em relação à concepção e à prática da preservação do patrimônio cultural são dignas de menção:

A passagem da preservação saudosista e paternalista para a apropriação, reapropriação e o uso do patrimônio cultural, atribuindo-lhe funções, fazendo com que suscite a criatividade, o questionamento, a reflexão e a busca de um novo fazer, no nosso entender, só será alcançada com a participação da sociedade; por isso, a nossa grande preocupação em trabalhar a formação do cidadão. (SANTOS, M.C., 1993, p. 116).

Na perspectiva dos participantes do movimento da Nova Museologia, a preservação do patrimônio cultural era um ato de educação voltado para o exercício da cidadania e da transformação social.

Dessa maneira, as ações envolvendo o patrimônio e os museus incorporaram novas dimensões. No tocante à Museologia, ampliou-se seu raio de ação para fora da instituição museal. O museu passou a ser concebido como uma instituição que devia articular-se aos problemas das sociedades e à formação dos cidadãos. O museu transformar-se-ia, assim, do “lugar do passado” em “lugar do presente”, onde ambos, passado e presente, estariam sob constante discussão e avaliação. E não apenas passado e presente em forma de criação artística, mas também social e política, verdadeiras molas da cultura (SUANO, 1986).

Na mesma linha de pensamento, mas comparando o museu templo com o museu fórum, Cameron (1971) considera que o museu fórum é onde se ganham as batalhas, e o museu templo é onde se encontram os vencedores. Acrescenta ainda que o museu fórum é local em que se fomenta a ação. Essa comparação permite-nos perceber que o autor está comprometido com as reflexões críticas sobre o patrimônio cultural preservado nos museus, entendidos como espaços da memória do poder, e com a necessidade de estimular transformações

museológicas para viabilizar e incentivar mudanças sociais.

Consoante essa perspectiva, ao discutir a importância dos museus, Varine (1987) defende que as instituições museológicas devem estar a serviço do desenvolvimento, não obstante essa noção ser trabalhada e articulada aos aspectos de formação, para atender às necessidades de populações que carecem de uma educação cidadã. Na mesma linha, com relação à educação nos museus, Chagas (1989) argumenta que a finalidade última não é a formação de artistas, como seres especiais e privilegiados, mas a reflexão, a conquista de um estado de consciência mais abrangente e a compreensão do indivíduo acerca do tempo e do espaço social em que está inserido.

Considerações finais

Podemos considerar que a Nova Museologia foi um movimento que tratou de temas como a relação dos seres humanos com o objeto (patrimônio cultural) na sua diversidade, explorou a importância da sua preservação integrada (patrimônio natural e cultural), numa perspectiva de educação transformadora voltada para a construção de uma cidadania ativa. O debate voltou-se ainda para as tipologias museais comunitárias, como o ecomuseu e a participação comunitária nas suas relações entre o local e global, numa perspectiva de identidade dinâmica.

Essa discussão contribui para a memória e as reflexões sobre a Museologia, principalmente no que diz respeito às suas articulações com a memória pública, além de apontar caminhos para o aprofundamento da discussão sobre os museus e os processos preservacionistas integrados, envolvendo natureza e cultura. Esses aspectos são ainda muito importantes no mundo atual, para que possamos construir uma civilização sustentável e uma democracia planetária.

Notas

1 Há vários teóricos nesse campo, a saber: Gregorová (1990), Mensch (1994), Schreiner (1990), Stransky (1990). Rússio (1990) considera o fato museológico como a relação que existe entre o homem, sujeito que se conhece, e o objeto, testemunho da realidade.

2 “[...] une pensée se forge et se développe, qui questionne le musée, sa place dans la société et son rapport à l’homme et l’environnement, mais qui en même temps formule des réponses.”

3 Georges-Henri Rivière foi um museólogo francês e inovador das práticas modernas de museologia etnográfica francesa.

4 Para maiores detalhes sobre esse processo, consultar Cerávolo (2004).

Referências

BRULON, Bruno. A invenção do ecomuseu: o caso do écomusée du Creusot Montceau-Les-Mines e a prática da Museologia experimental. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 267-295, ago. 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/mana/a/6h57ScQ68skw5dZVV6fLBxQ/?lang=pt#:~:text=Tendo%20como%20ber%C3%A7o%20a%20Fran%C3%A7a,partilhavam%20da%20cena%20da%20Hist%C3%B3ria>.

Acesso em: 19 mar. 2022.

CAMERON, Ducan F. The Museum: a temple or the forum? **Revista Curator**, New York, v. 19, n. 1, p. 11-14, 1971. DOI:

<https://doi.org/10.1111/j.2151-6952.1971.tb00416.x>. Disponível em:

<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.2151-6952.1971.tb00416.x>. Acesso em: 15 fev. 2022.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. Conceitos e proposições presentes em Vagues, a antologia da Nova Museologia. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n. 31, p. 63-75, 2002. Disponível em: https://www.academia.edu/2635244/2002_-_Conceitos_e_proposi%C3%A7%C3%B5es_presentes_em

_Vagues_a_antologia_da_Nova_Museologia.
Acesso em: 20 fev. 2022.

Cerávol, Suely Moraes. Delineamentos para uma teoria da Museologia. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 237-268, Jan./Dec. 2004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5409>. Acesso em: 19 mar. 2022.

CHAGAS, Mário de Souza. Preservação do Patrimônio Cultural: Educação e Museu. **Cadernos Museológicos**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 46-53, dez. 1989.

CHAGAS, Mário. Seminário Regional da Unesco sobre a função educativa dos museus (1958): setenta anos depois. *In*: CHAGAS, M; RODRIGUES, Marcus V. M. **A função educacional dos museus: 60 anos do Seminário Regional da Unesco**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2019. p. 10-33. Disponível em: https://museudarepublica.museus.gov.br/wp-content/uploads/2019/05/Livro_seminario_WEB.pdf. Acesso em: 23 mar. 2022.

CHAGAS, Mário de Souza; PEREIRA, Marcele. MINOM a serviço da vida. **Revista del Museo de Antropología**, Córdoba, v. 12, n. 2, p. 129-132, ago. 2019. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1852-48262019000200012. Acesso em: 19 mar. 2022.

CURY, Marília Xavier. Museologia: marcos referenciais. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, SC, v. 18, n. 21, p. 45-73, 2005. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2271>. Acesso em: 19 mar. 2022.

DESVALLÉES, André. A Museologia e os museus: mudanças de conceitos. **Cadernos Museológicos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 12-21, 1989.

DESVALLÉES, André. **Vagues**: une anthologie de la nouvelle museologie. Paris: WMNES, 1992. v. 1. (Collection Museologia). 1. ed. de 1954.

GADOTTI, Moacyr. Perspectivas atuais da educação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 2-9, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9782.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2022.

GESTIN, Jean-Pierre. Muséologie et parcs naturels. *In*: RIVIERE, Georges-Henri. **La museologie selon Georges Henri Rivière**. Paris: Bordas, 1989. Cours de Muséologie/Textes et témoignages. p. 155-157.

GREGOROVÁ, Ana. A discussão da museologia como disciplina científica. **Cadernos Museológicos**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 45-50, 1990.

HUBERT, François. Historique des Écomusées. *In*: RIVIERE, Georges-Henri. **La Muséologie selon Georges Henri Rivière**. Cours de Muséologie/Textes et témoignages. Paris: Bordas, 1989. p. 146-154.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS. **The museum in the service of man**: today and tomorrow. The museum's educational and cultural role: the papers from the Ninth General Conference of ICOM. Paris: ICOM, Sep. 1972. Disponível em: <https://icom.museum/en/ressource/the-museum-in-the-service-of-man-today-and-tomorrow-the-museum-educational-and-cultural-role-the-papers-from-the-ninth-general-conference-of-icom/>. Acesso em: 25 fev. 2022.

MAIRESSE, François. **Le musée temple spectaculaire**: une histoire du projet muséal. Paris: Presses Universitaires de Lyon, 2002. (Collection Muséologies).

MARTINS, Maria Helena Pires. Ecomuseu. *In*: COELHO, Teixeira (Org.). **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo: Iluminuras, 1997. p. 157-164.

MENDES, Manuel Furtado. Museus e sustentabilidade ambiental. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 57, n. 13, p. 41-60, 2019. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/view/729>. Acesso em: 23 mar. 2022.

MENSCH, Peter. **O objeto de estudo da museologia**. Tradução de Débora Bolsanello e Vânia Dolores Estevam de Oliveira. Rio de Janeiro: UNI-RIO/UGF, 1994.

MESA-REDONDA de Santiago do Chile. ICOM, 1972. *In*: PRIMO, Judite (Org.). Museologia e patrimônio: documentos fundamentais. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, PT, v. 15, n. 15, p. 111-121, 1999. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/view/32>. Acesso em: 10 mar. 2022.

RÚSSIO, Waldisa. Conceito de cultura e sua interrelação com o patrimônio cultural e a preservação. **Cadernos museológicos**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 7-12, 1990.

RÚSSIO, Waldisa. Museu: uma organização em face das expectativas do mundo atual (1974). *In*: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Coord. Editorial). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri**: textos e contextos de uma trajetória profissional. São

Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010. p. 45-56. v. 1.

SANTOS, Maria Célia T. Moura. **Encontros museológicos**: reflexões sobre a museologia, a educação e o museu. Rio de Janeiro: Minc/IPHAN/DEMU, 2008. (Coleção Museu, Memória e Cidadania, 4).

SANTOS, Maria Célia T. Moura. Reflexões sobre a Nova Museologia. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, n. 18, p. 93-130, 2002. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/363>. Acesso em: 19 mar. 2022.

SANTOS, Maria Célia T. Moura. **Repensando a ação cultural e educativa dos museus**. 2. ed. ampl. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1993.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHEINER, Tereza. Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 7, n. 1, p. 15-30, 2012.

SCHREINER, Klaus. Discussão sobre o lugar da museologia no sistema das ciências. **Cadernos Museológicos**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 67-72, 1990.

SOLA, Tomislav. **On Community and Decolonization in the age of heritage**. Trabalho apresentado no 8º Seminário Museologia Experimental, Rio de Janeiro, 3 dez. 2020. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=X8BsB6cTlGg>
. Acesso em: 9 fev. 2021.

SOUZA, Luciana Christina Cruz E. Museu integral, museu integrado: a especificidade latino-americana da Mesa de Santiago do Chile. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, Nova Série, v. 28, p. 1-21, e4, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/sh3gYhzFZH8SJwBNZt3qc6j/?lang=pt>. Acesso em: 19 mar. 2022.

STRANSKY, Zbyneck. Para uma definição de uma teoria de museus. **Cadernos museológicos**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 79-84, 1990.

SUANO, Marlene. **O que é museu**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TEIXEIRA, Sidélia Santos. **Patrimonialização, memória local e transformação social**: os casos dos parques metropolitanos do Abaeté e de São Bartolomeu (Salvador, Bahia, Brasil). 2014. Tese (Doutorado em Estudos Contemporâneos) – Instituto de Investigação Interdisciplinar, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2014. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/24447>. Acesso em: 26 fev. 2022.

VARINE, Hugues de. **As raízes do futuro**: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Tradução de Maria de Lourdes Parreiras Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

VARINE, Hugues de. Entrevista sobre os museus. In: ROJAS, Roberto *et al.* **Os museus no mundo**. Rio de Janeiro: Salvat, 1979. p. 9-21.

VARINE, Hugues de. **O tempo social**. Rio de Janeiro: Livraria Eça, 1987.

Ser caboclo no oeste catarinense: representações de professores dos anos iniciais do ensino fundamental

Being a caboclo in western Santa Catarina: representations of teachers in the early years of elementary school

Maria de Souza*

Luci dos Santos Bernardi**

Jorge Alejandro Santos***

Palavras chave:
Caboclo
Escola
Representações

Resumo: Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa com docentes dos anos iniciais de uma escola da Rede Municipal de Ensino de Chapecó, localizada no Oeste de Santa Catarina – Brasil, que objetivou compreender que representações os professores estabelecem acerca do “ser caboclo” e que abordagens fazem sobre essa cultura em sala de aula. Um estudo de cunho qualitativo, em que se fez uso de entrevistas semiestruturadas e da Análise Textual Discursiva. Tendo como aporte teórico as lentes de Pierre Bourdieu (1996, 2002, 2013) para pensar as representações, a investigação permitiu inferir a permanência de visões hegemônicas no ambiente escolar, acarretando a exclusão de alguns grupos sociais que já foram colocados à margem pela “história oficial”, como o caboclo. Com novos estudos a respeito desses grupos, ficam postos à escola e à sociedade em geral a necessidade de repensar a forma de historicizar a presença deles na história da região em estudo.

Keywords:
Caboclo
School
Representations

Abstract: This paper presents results of a research with initial years teachers in a Municipal Education Network School, from Chapecó, located in Santa Catarina’s West - Brazil, which aimed to understand what representations teachers establish about “being caboclo” and what approaches they take about this culture in the classroom. It’s a qualitative study, in which semi-structured interviews and Textual Discourse Analysis were used. Having as theoretical contribution Pierre Bourdieu vision’s (1996, 2002, 2013) to think about the representations, the investigation allowed us to infer the permanence of hegemonic views in school’s environment, leading the exclusion of some social groups that have already been marginalized by the “official history”, such as the caboclo. With new studies on these groups, the school and society in general are faced with the need to rethink the way to historicize their presence in the history of the region under study.

Recebido em 14 de março de 2022. Aprovado em 18 de abril de 2022.

*Mestre em Educação pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). Professora de Arte na Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina, Brasil. E-mail: marialuzia@unochapeco.edu.br. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-0812-7677>.

**Doutora em Educação Científica e Tecnológica e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI/FW), Brasil. E-mail: lucisantosbernardi@gmail.com. Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-6744-9142>.

*** Doutor em Filosofia pela Universidade de Buenos Aires (UBA). Professor pesquisador do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (Conicet) e da Universidad Nacional de Hurlingham (UnaHur), Argentina. E-mail: jorgesantosuba@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9081-5881>.

Introdução

Este artigo apresenta aspectos sobre o caboclo do Oeste do estado de Santa Catarina – Brasil e instiga a escola para a reflexão sobre as culturas que a rodeiam. Faz parte de uma pesquisa¹ desenvolvida em duas etapas: a primeira contemplou a abordagem bibliográfica sobre a cultura cabocla e a análise documental de um portfólio de entrevistas realizadas pelo Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM)². O material permitiu identificar e caracterizar os elementos da cultura regional que mobilizam o (re)conhecimento do “ser caboclo”. As reflexões que abarcam as representações acerca do caboclo na sociedade, e a compreensão do porquê foram/são designados de uma dada maneira, estão descritas brevemente³ na primeira seção deste texto, para que o leitor possa acompanhar nossa caminhada.

Os elementos inventariados demarcaram a segunda etapa da pesquisa que levou à produção do presente texto: investigar como professores da educação básica representam esse grupo étnico nos processos educativos escolares, tratando de cultura, identidade, lugar do caboclo e das representações na sociedade em geral.

É nesse cenário que delimitamos o presente artigo, no qual nos ocupamos em apresentar os resultados que tratam das representações que professores dos anos iniciais da Rede Municipal de Ensino do município de Chapecó (SC) estabelecem acerca do “ser caboclo” e das abordagens que fazem sobre essa cultura em sala de aula.

O (re)conhecimento do “ser caboclo”

De acordo Bourdieu (1996), as representações partem do ambiente social em que os indivíduos estão inseridos. Esse mesmo ambiente expressa uma noção de poder sobre aqueles que nele vivem, pois aprendem a realidade a partir das representações que lhes são impostas. Ou seja, a representação que é estabelecida sobre determinado grupo, faz parte da realidade social e é feita por atos de enunciações performativas que pretendem que aconteça aquilo que enunciam.

Porém, a representação recebe influências de poderes simbólicos, de modo que aquele que possui maior poder de representar e dizer algo é capaz de determinar tais representações. Esses poderes desenvolvem as mais diversas situações de hierarquias e preconceitos no mundo social (BOURDIEU, 1996).

Sobre as representações estabelecidas aos caboclos no decorrer do tempo, como prelúdio, analisamos os recenseamentos da população brasileira, feitos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir de 1872. No primeiro Censo desenvolvido no Brasil, nomeado como *Censo Geral do Império*, o termo caboclo aparecia entre as categorias, quais sejam, branca, preta, parda e cabocla. Segundo Osorio (2013), esse termo foi usado naquele contexto para definir os indígenas e seus descendentes, já que a população era identificada majoritariamente pela cor da pele. No entanto, o caboclo pode ser classificado como etnia/cultura e não pela cor.

O Censo de 1940 estipulava três categorias principais: branca, preta e amarela e apresentava um quarto grupo genérico, sob a designação de pardos, para registrar autodeclarações como caboclo, mulato, moreno etc. No documento, há uma ressalva orientando para que as pessoas fossem enquadradas principalmente nas três primeiras categorias. A orientação indicava a visão da mestiçagem como algo impróprio. No Censo de 1950, o termo pardo foi definido como uma categoria que incluía indígenas, caboclos, mulatos, cafusos etc. Ou seja, o termo caboclo, no primeiro e segundo censos, não foi utilizado apenas para designar os indígenas e seus descendentes, mas para classificar aqueles que, para o governo, não tinham uma definição específica.

No último censo brasileiro, realizado em 2010, o termo caboclo não é citado em nenhuma categoria, como se as pessoas já se autoidentificassem como pardas, sabendo a origem desse termo. Porém, questiona-se em que medida a população ali categorizada sabe o que significa ser parda ou ser cabocla.

Diante do cenário exposto, é possível refletir sobre o poder simbólico presente na sociedade brasileira, pois ele está designado a cumprir uma função política que impõe e legitima a dominação

que se dá de uma classe sobre a outra (BOURDIEU, 2002). Destaca-se que no contexto cultural do Oeste catarinense, deparamo-nos com aspectos que vão além das diferenças de classes indicadas por Bourdieu (2002), no sentido de que a diversidade cultural também existe de forma significativa, para além da questão social/econômica.

Observando a diferença cultural como fator primordial para a representação histórica estabelecida sobre os caboclos da região estudada, compreende-se que a cultura é assimétrica em suas relações. Da mesma forma, as pessoas e as culturas não possuem os mesmos interesses, nem as mesmas oportunidades de viver, desenvolver-se e comunicar-se, como destaca Santos (2015). Para o autor, as culturas, sejam elas dominantes ou emergentes, não entram em contato entre si nas mesmas condições. Nesse sentido, pensar a cultura cabocla é também entender essas relações, pois, sendo assimétricas, não é possível que sejam vistas do mesmo modo. A diferença cultural precisa, então, ser entendida como parte de um processo. Do contrário, somente a eficácia social/econômica não dará conta do todo. Por conseguinte, complementando a perspectiva de Pierre Bourdieu (2002), além da opressão de classe, de aspectos sociais e econômicos, há também uma opressão cultural sobre os caboclos.

O estudo documental da coleção de entrevistas organizado pelo CEOM revelou um cenário diferente daquele que já foi atribuído por algumas instituições como o IBGE, alguns autores e diversas compreensões populares que enfatizaram muitos estereótipos voltados a esse grupo no decorrer da história. A fala dos caboclos desdobra-se em aspectos da cultura, em formas de ser e compreender o mundo em que vivem. Sendo assim, não podemos atribuir ao caboclo apenas características indígenas ou afrodescendentes, tampouco aquelas de ascendência europeia, já que todos esses elementos são ressignificados nessa cultura.

A análise realizada proporcionou a compreensão de que as formas de vida dos caboclos se concentravam na vivência em grupos e, portanto, na coletividade. Ainda, existe uma maneira de se reconhecer caboclo que faz esses sujeitos se sentirem diferentes em relação aos integrantes das demais

etnias. Tais manifestações são encontradas repetidas vezes no acervo analisado.

Mas sempre, sempre, a gente nunca foi, como diz o ditado, trocado de... [...] como se diz, de costume que a gente é caboclo, nunca fui nem gringo, nem polaco, nem alemão, nem nada, a vida de caboclo sempre... sempre um foguete no chão, um fogão à lenha. (GONÇALVEZ; GONÇALVEZ, 2006).

O reconhecimento do ser caboclo, como se percebe no depoimento, vem do seu modo de vida, da forma como se relacionam entre si. Está contido no jeito de plantar, de colher, de se alimentar, de criar e construir suas moradias. Se compreendermos o sentido da palavra etnia, que significa povo, pessoas que partilham dos mesmos costumes, é possível categorizar a etnia cabocla da região Oeste catarinense. É por isso que dizemos o caboclo pela sua cultura, pois, através da significância atribuída a ela, é possível que a representação de sua etnia seja dita por si mesma. Ainda, são caboclos porque se reconhecem como tal e fazem desse reconhecimento a sua condição de existir social e culturalmente no ambiente em que vivem.

[...] sempre... vivendo igual caboclo, fogo de chão, pão na panela coberto de brasa de a panela enterrada nas brasas e coberto com uma lata em cima e as brasas em cima, daí o pão assava, ficava coisa boa, com farinha de milho, de mandioca, batata misturado, era tudo diferente de hoje né, a canjica socada no pilão, o arroz descascado no pilão, plantava e colhia e secava na sombra, porque se seca no sol não descasca direito. (PRESTES, 2006)

Ser caboclo é viver de uma dada maneira, identificando um jeito de ser. Nos primeiros tempos da vida no Oeste catarinense, os caboclos faziam do fogo de chão a sua característica: não eram indígenas, mas ressignificavam o que aprendiam com eles. Dizem que são caboclos porque se criaram no fogo de chão, com todas as relações que essa vivência proporcionava.

A alimentação também é tida como parte do “ser caboclo”: “o caboclo não tomava nem café só água doce, só comida de sal e depois ia para o serviço”. (FORTES; FORTES, 2006). Eles

diferenciavam-se na sua gastronomia, sendo o revirado o prato principal.

Também apresentam como parte da formação histórica que permitia o reconhecimento enquanto caboclo a figura de São João Maria. Ele aparece nas mais diversas manifestações e tem presença marcante na constituição da identidade dessa etnia. “O protetor dos caboclos sempre foi São João Maria né...” (ARRUDA, 2006). Compreendemos que a figura do monge tem suas representatividades em diversos lugares e diferentes grupos. Ele esteve associado à religiosidade popular e os ensinamentos passados de geração em geração permitiam o conhecimento da bíblia e do mundo para muitos daqueles que ficaram às margens da sociedade. E, na região em estudo, a figura do monge se torna parte dos diversos aspectos que identificam os caboclos.

Quando questionados sobre ser caboclo ou brasileiro, a maioria deles responde que são caboclos, mas também relacionam sua identidade com o ser brasileiro. Por outro lado, apresentam a ideia de que são brasileiros porque todos os nascidos no Brasil deveriam ser assim chamados, mas eles são caboclos pelo seu modo de vida.

Os entrevistados associam muito de sua cultura aos povos indígenas. “Nós somos um pouco de brasileiro, a gente é bem índio como a gente tá falando, *nóis sono* bem índios, *sono* brasileiro puro, o índio é brasileiro puro, esses que descobriram o Brasil”. (GONÇALVEZ; GONÇALVEZ, 2006).

Compreendemos que há uma construção histórica que permite ao caboclo dizer sua própria identidade. Na construção de um modo de vida que não é igual àquele vivido por outros grupos na região em estudo, sendo importante enfatizar que também se faz diferente de outros grupos que atendem a essa mesma nomenclatura em outros lugares do país, fizeram-se caboclos no Oeste catarinense, sendo este, um jeito de ser, um sentimento.

Analisar o modo de vida dessa etnia na região é afirmar a sua presença e a sua identidade, bem como a necessidade de ser percebido social, cultural e historicamente. Assim sendo, a escola tem papel fundamental na busca por dizer e reconhecer a cultura na qual está inserida, oportunizando que os estudantes se reconheçam nesse espaço. Portanto, tendo apresentado o “ser caboclo” a partir das vozes

dos caboclos, propomos o diálogo sobre essa cultura na escola.

O contexto, os caminhos e os atores

Do quadro docente da Rede Municipal de Chapecó, foram selecionados para fazer parte da pesquisa da qual resultou este texto, os professores dos anos iniciais do ensino fundamental. Desse perfil, a partir de orientação da Secretaria Municipal de Educação, a coleta de dados foi feita em uma escola urbana, totalizando dez professores ouvidos.

Com base na pesquisa qualitativa, utilizou-se como recurso metodológico para a coleta de dados, a entrevista semiestruturada. A realização das entrevistas se deu no período de abril a junho de 2019, em alguns casos, com pequenos grupos, de duas ou três pessoas e, em outros, de forma individual.

Observando o contexto da pesquisa científica e os preceitos éticos que preveem como um dos cuidados preservar a identidade das pessoas entrevistadas, propusemo-nos a pensar nomes fictícios para nomear os sujeitos cujas vozes são trazidas para este texto. Como inspiração, seguimos as nomenclaturas que permeiam a obra da artista brasileira Adriana Varejão, apresentada na série “Polvo” que teve base em dados de uma pesquisa do IBGE em que foi desenvolvido um estudo através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em 1976.

A partir das cores desenvolvidas por essa artista, os professores foram convidados a escolher um nome fictício. Diante disso, temos dez contribuições sobre ser caboclo – as representações dos professores e as práticas escolares, a partir das vozes de: Branca Melada, Cabocla, Polaca, Branquinha, Café com Leite, Cor de Cuia, Jambo, Pálida, Queimada de Sole Corada.

A análise das informações coletadas, tanto nas entrevistas quanto na observação em campo, no contexto escolar, foi ancorada na Análise Textual Discursiva (ATD), que “corresponde a uma metodologia de análise de informações de natureza qualitativa com a finalidade de produzir novas compreensões sobre os fenômenos e discursos”. (MORAES; GALIAZZI, 2016, p. 13).

Os autores afirmam que esse tipo de análise não pretende testar hipóteses para comprová-las nem para refutá-las. O que se deseja é a reconstrução de conhecimentos já existentes e investigados. Nesse sentido, a análise das entrevistas está para a reconstrução dos conhecimentos nelas contidos e uma reflexão do modo como isso decorre no cotidiano dos professores, bem como refletem no ambiente escolar. Moraes e Galiuzzi (2016) apontam quatro elementos principais nessa perspectiva de investigação, que descrevemos a seguir.

O primeiro, a *desmontagem dos textos*, permitiu-nos a investigação detalhada deles, desenvolvendo leitura e significações do corpus, composto de produções textuais constituídas a partir da transcrição das entrevistas. Essa estratégia perpassou pela desconstrução e unitarização do *corpus* e possibilitou entendê-lo em diferentes sentidos, ancorado pelo envolvimento intenso na leitura dos textos.

O *estabelecimento de relações*, segundo elemento, tratou do processo de categorização a partir das análises estabelecidas anteriormente. A seleção das categorias que constituem este trabalho se baseou no método dedutivo considerando as definições presentes no projeto “Caboclos e novas etnicidades no Oeste catarinense”, definindo categorias *a priori*. Por outro lado, também foi possível propor o método indutivo a partir das falas dos professores, constituindo categorias emergentes, interligando os dois métodos, em um processo misto.

Outro elemento da ATD, a *captação do novo emergente*, constitui-se como resultado dos dois processos anteriores, possibilitando a apreensão de novos sentidos para o texto. Em vista disso, a partir da captação do novo emergente das entrevistas do CEOM, e do texto construído a partir do diálogo com os professores, desenvolveu-se uma analogia para reconhecer semelhanças ou divergências entre ambos.

O quarto elemento denomina-se *processo auto-organizado*, o qual se dá a partir dos movimentos realizados anteriormente, sendo que, nesta pesquisa, foi estabelecida a ATD das entrevistas do CEOM e das entrevistas feitas com os professores. Instigou-se o entrelaçamento entre elas, organizando a análise a partir do que os autores

propõem e, tendo como ponto de partida o esquema (Figura 1) que segue:

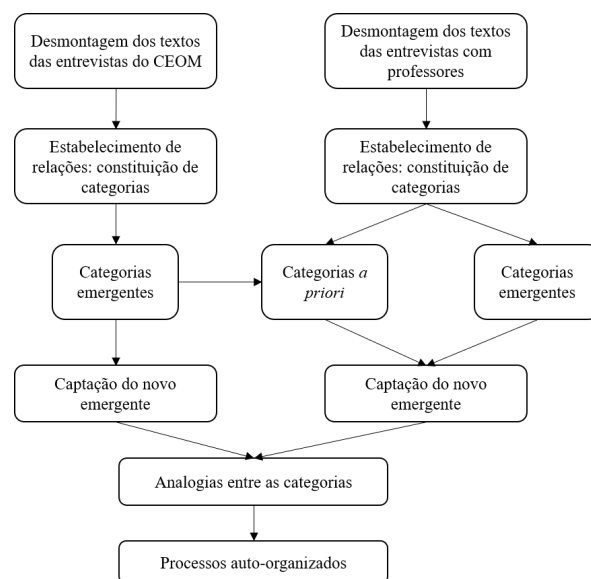


Figura 1 – Processo de Análise a partir da ATD.

Fonte: Adaptado de Moraes e Galiuzzi (2016).

A ATD propiciou a construção de categorias emergentes que revelam a conjuntura da escola diante do tema, como será apresentado na sequência. No primeiro momento, apresentam-se as representações dos professores entrevistados sobre o “ser caboclo”. No segundo, as nuances que revelam algumas práticas (ou a falta delas) referentes à cultura cabocla na escola. Por fim, apresenta-se a compreensão dos professores entrevistados acerca das possibilidades de abordagem dessa cultura na escola.

“Ser ou não ser caboclo”⁴: a compreensão dos professores

Os estudos desenvolvidos sobre a construção do termo caboclo no Brasil direcionam para a ideia de que existe uma representação histórica sobre quem é esse sujeito no país e na região em estudo. Tal direcionamento instigou o questionamento sobre quais são as representações dos professores acerca do tema. As entrevistas apresentam um cenário bastante diverso. Dos dez entrevistados, uma professora afirmou conhecer um pouco mais sobre o caboclo da

região Oeste catarinense, pelo fato de ter estudado o assunto e porque se considera cabocla e compreende esse grupo étnico como fruto da mistura. Duas pessoas associaram a etnia cabocla à pobreza. Outras duas disseram que ser caboclo seria algo mais ligado ao indígena. Duas entrevistadas se referiram à mistura, mas deram ênfase à questão dos indígenas. Por fim, três entrevistados afirmaram não ter conhecimento sobre o que designaria ser caboclo e, ao tentar construir um conceito, vinha-lhes em mente a questão da cor da pele, associando o caboclo ao negro.

É possível entender essas representações pela construção histórica da figura do caboclo que se reproduziu no país inteiro, de modo que todos sabem que elas existem, mas poucos fazem referência àquilo que realmente corresponde à identidade cabocla. O próprio dicionário etimológico da língua portuguesa afirma que caboclo poderia ser um indivíduo de cor acobreada (CUNHA, 2010). Encontra-se, portanto, um desafio em entender o que designaria o caboclo. Além do poder da nomeação que se dá normalmente por agentes singulares que reproduzem determinadas representações (BOURDIEU, 2002), tem-se alguns agentes autorizados, dentre eles, escritos de um dicionário e até mesmo agências como o IBGE, já que as designações levam a crer que a definição de um determinado grupo pode estar associada à cor da pele ou raça. Paradoxalmente, esta pesquisa propõe que não se trata de uma questão de cor. Não há como definir o caboclo ou qualquer outro grupo pelo tipo físico ou tom da pele, muito menos, utilizando-se do termo raça.

Por outro lado, quando trataram dos elementos constituintes dessa cultura, todos os entrevistados afirmaram conhecer de alguma forma tais aspectos, alguns com maior ênfase do que outros⁵. Porém, não associavam esses elementos necessariamente à cultura cabocla. Apenas dois entrevistados demonstraram em suas falas que vivenciaram muito pouco os aspectos apresentados (Jambo e Corada), de forma que conheciam alguns, mas não era algo que fazia parte de seu cotidiano. Quanto aos demais, todos vivenciaram a maioria das situações discutidas. Uma entrevistada identificou-se como cabocla no decorrer da entrevista e afirmou nunca ter parado para pensar sobre o assunto.

Quando questionada sobre sua etnia, ela respondeu: “Na verdade, não havia pensado nisso!... Eu sei que meu bisavô foi furtado de uma aldeia indígena e a minha mãe é bugre⁶” (Cabocla). Há aqui, ausência de uma identificação, conseqüentemente, até mesmo de uma representação, pois muitas pessoas não se identificam com o termo caboclo pela falta de reconhecimento para com desse grupo. Logo, fica-se em um limbo étnico em que as representações não se encontram nem no negro, nem no indígena, nem na descendência europeia. Nesse sentido, Bourdieu (1996) afirma que as representações se fazem necessárias, pois os grupos sociais necessitam delas para serem reconhecidos pelas suas formas de entender o mundo, já que na representação está também a diferenciação que oportuniza os fazeres particulares de cada grupo.

Quando se fala em caboclo, o que vem à sua mente? Esse questionamento inquietou a maioria dos entrevistados, que relacionaram o termo à pobreza, à cor da pele, ao ser indígena ou ao ser negro. Tantas definições e representações e, ao final, não se sabe quem é o caboclo. O único elemento possível de associar entre as falas dos professores e dos caboclos, quando se trata da cultura cabocla, é a relação com os povos indígenas. Porém, os caboclos não se definem como indígenas, eles apenas associam seu modo de vida com o desse povo. Em nenhum momento, os caboclos ouvidos nas entrevistas realizadas pelo CEOM disseram que sua classificação como grupo étnico está relacionada com a cor da pele. Denominam-se caboclos pelos seus costumes e seus modos de vida. Associam a sua etnia à casa de chão batido, à figura de São João Maria⁷, à alimentação, às lendas e histórias que permeiam seu universo cultural. É uma compreensão diferente daquela que os professores explicitaram nas entrevistas.

Os relatos expostos pelos professores revelam a representação social que está atrelada aos estereótipos construídos ao longo da história, que marginalizam o caboclo e tendem a reproduzir aspectos como a pobreza ou a cor da pele.

Em relação à questão da pobreza, expressa como sendo algo que identifica os caboclos, a professora Branca Melada menciona. “Me vem à mente a família da minha mãe, eles são caboclos. Uma pobreza, a família da minha mãe era muito

pobre. Hoje não, já se superou, mas me vem muito a pobreza em mente”. A representação feita pela professora, e muitas vezes repetida socialmente, deprecia a imagem étnica. Esquecem-se dos processos de colonização que foram responsáveis pela marginalização desses povos e, ainda, culpam-se essas pessoas pela condição em que vivem.

A imagem/representação é reproduzida em diversos contextos da cultura brasileira em que se associa o caboclo com a figura do caipira, em virtude de diversas leituras, muitas vezes equivocadas, sobre essas etnias brasileiras.

Para mim é isso, é um índio com branco que está meio que escondido hoje, não está muito definido, mas é um índio com branco. E eu quando falam em caboclo, não sei se é porque eu li muito lá no CEOM sobre os caboclos, ou o homem picando fumo.... Eu lembro sempre de um terreiro de chão batido, um terreiro assim, onde eles malhavam o feijão, a poeira, e sempre penso, ou com um cigarro na mão, uma faquinha, uma coisa. Do milho, da simplicidade, do pé descalço, os caboclos têm essa simplicidade e se falar em caboclo eu vou lembrar dessa imagem. (Pálida).

Assim como os estudos apontam, existe um retrato histórico que caracteriza um determinado grupo da sociedade brasileira. Essa imagem estereotipada vem atravessando gerações, impondo uma identidade que já não é mais a mesma.

Porém, se as identidades não são estanques (HALL, 2000), por que continuamos reproduzindo a visão predominante de determinados grupos sociais? O que nos intriga é o fato de que as manifestações culturais caboclas, principalmente na região em estudo, estão desaparecendo e o que permanece insistentemente são os estereótipos construídos historicamente. Assim, precisamos reconhecer que as identidades mudam junto com as representações sociais e culturais, fazendo-se necessário estar em um constante aprendizado. Formam-se e transformam-se continuamente a partir do modo como somos representados e interpretados nos sistemas culturais que nos rodeiam. Ela é, portanto, “definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que

são unificadas ao redor do ‘eu’ coerente” (HALL, 2000, p. 13).

A cor da pele também é um elemento que não faz parte da concepção dos caboclos sobre sua identidade. Porém, há referências à questão feitas por alguns professores. “Então, é um questionamento que eu tinha na verdade. Não pesquisei sobre isso, mas o entendimento que tenho é de uma pessoa negra. Não sei até onde está correto. Não seria nem o negro. Pois é, e tem a questão indígena também. Também, não é?” (Jambo). Mais uma vez, deparamo-nos com uma representação histórica que busca estipular uma cor para os brasileiros e, não tendo como enquadrar o caboclo em meio a essas classificações, torna-se algo desconhecido e possibilita que se desenvolvam representações sociais que muitas vezes não correspondem ao seu valor de verdade (BOURDIEU, 1996).

Os professores, assim como qualquer outra pessoa, acabam tendo essa compreensão porque as representações são necessárias em todas as sociedades. Outrossim, é difícil ter uma imagem diferente, já que a formação docente não dá conta dos processos interculturais que se atravessam na escola.

A enunciação da diferença cultural problematiza a divisão binária de passado e presente, tradição e modernidade, no nível da representação cultural e de sua interpelação legítima. Trata-se do problema de como, ao significar o presente, algo venha a ser repetido, relocado e traduzido em nome da tradição sob a aparência de um passado que não é necessariamente um signo fiel da memória histórica, mas uma estratégia de representação da autoridade em termos do artifício do arcaico. (BHABHA, 1998, p. 64-65).

A partir das palavras de Bhabha (1998), compreendem-se muitos não ditos em meio à diferença cultural. Somos levados a incorporá-los sem nos darmos conta de que se está repetindo determinados estereótipos. Com o entendimento sobre o “ser caboclo” associado à cor da pele, os professores que mencionaram essa ideia deixaram claro que falta uma formação que apresente esses elementos à escola.

Também iria dizer isso, uma pessoa negra... Associa a cor da pele... Até porque quando a gente encontrava, branco, preto, caboclo já dava esse entendimento, por exemplo, não é branco, então seria meio termo, 'marronzinho'. Era essa a compreensão que eu tinha. Olha, para te falar a verdade eu não sei até agora exatamente o que identifica ser ou não ser caboclo. (Corada).

Os profissionais entrevistados têm a compreensão de que não é só isso, porém falta (re)conhecimento. Eles deixam claro que o tema não é algo explorado na educação básica e na sociedade, por isso muitas vezes não se tem o que dizer quando surge a pergunta. Então emergem muitas incertezas.

Porque um dos termos pejorativos que eu sempre ouvi, foi 'caboclinha', mas é pejorativo ligado ao negro! Para mim é uma mistura de índio... com branco. Eu não sei por que a palavra caboclo, me remete à cavaleiro, cavalaria... Homens vestidos de couro... Não exatamente sertanejo. (Queimada de Sol).

Quando questionados, os próprios professores refletem sobre a condição de ser caboclo: "De repente até a gente é e não sabe"! (Queimada de Sol); "Dá a entender que ele foi esquecido"! (Pálida); "E foi esquecido propositalmente.! (Queimada de Sol); "Porque quando fala em caboclo as pessoas não têm muito o que falar, isso é preocupante, e eles existem"! (Pálida); "Uns queriam esconder e outros queriam se esconder! Porque muitos são e talvez não queiram que os outros saibam". (Queimada de Sol). Como forma de resistência à dominação simbólica e aos efeitos intimidadores que ela exerce, coloca-se em jogo não a conquista ou a reconquista de uma identidade, mas a reapropriação coletiva desse poder. Isso ocorre em razão dos princípios de construção da identidade do dominado, que aceita ser negado ou negar-se, para de alguma forma se fazer reconhecer (BOURDIEU, 2002).

Nesse sentido, percebe-se a existência de uma preocupação de todos os professores entrevistados sobre a necessidade de conhecer aquilo que compõe a cultura regional, bem como aquilo que faz parte da história de muitos habitantes e estudantes que frequentam as escolas locais. Sendo assim, é necessário (re)fazer as representações sociais e culturais que circundam a cultura cabocla, pois a

existência de uma imagem negativa favorece o desaparecimento dessa cultura tão importante para constituição/formação do brasileiro. É fundamental possibilitar que essas representações sejam construídas a partir dos próprios caboclos, dita por eles mesmos.

Dentre as representações feitas pelos professores, também se encontra uma forte relação entre caboclos e indígenas, aliada à ideia de miscigenação entre eles. Essas compreensões remetem para o cenário existente na cultura brasileira há muito tempo, pois o primeiro censo desenvolvido no Brasil, em 1872, atribuía o termo caboclo para definir os povos indígenas e seus descendentes. Portanto, pensar nessa mistura e relacioná-la diretamente com os povos indígenas não é algo criado por eles, pois remete a uma concepção já existente.

Renk (2004) compreende que alguns caboclos permanecem num "limbo étnico" em relação aos aspectos que envolvem sua religiosidade⁸. Outrossim, é possível visualizar esse "limbo étnico" também no que se refere à compreensão que muitas pessoas têm do "ser caboclo". Isso se dá, inclusive, para muitas pessoas que se dizem caboclas, mas não sabem necessariamente o que isso significa, portanto, permanecem também elas num "limbo étnico". Muitas vezes, esses sujeitos também se dizem caboclos pela sua aparência física ou cor da pele, ou por serem de descendência indígena. É o que faz a professora Cabocla, quando questionada sobre sua compreensão acerca do termo. "Geralmente, caboclo está relacionado a índio e a bugre mesmo". Corroborando com essa ideia, a professora Polaca também expressa que caboclo seria o mesmo que indígena. "Era muito essa do caboclo como a cultura indígena. Eu, quando me fala isso me remete ao indígena".

Entre as representações relacionadas ao indígena e à miscigenação, conseqüentemente à cor da pele, é possível visualizar na fala da professora Cor de Cuia a referência a aspectos que são presentes em diversos cenários da cultura brasileira. Ela tem em sua família pessoas que se identificam como caboclos:

Eu imagino caboclo, pessoas assim.... que sempre viveram aqui, uma mistura com o índio, com tempo foi misturando, mas assim, a mistura com o

índio a pessoa que morava aqui, pois quem morava era o índio, então... índio com índio, não teria como ser caboclo, seria então uma mistura em que a raça ficou mais escura, mas de gente daqui. (Cor de Cuia).

Em um cenário no qual se entende o caboclo como fruto da mistura, a professora Branquinha também expressa o fato de existir uma representação que ultrapassa as fronteiras do Oeste catarinense. É uma construção que, de certa forma, retrata muitos grupos brasileiros que não possuem identificação direta com um determinado grupo de imigrantes (a exemplo, italianos e alemães), mas se identificam como aquele que se gera da mistura.

[...] quando eu vim para cá que comecei a ouvir a questão do caboclo porque no Mato Grosso, eles têm uma série de outras denominações, não utilizam o caboclo em si. E aí, quando eu cheguei aqui, ouvia sobre o caboclo, mas não era algo que fazia parte do meu vocabulário, do meu conhecimento, mas eu penso, levando em conta os vocábulos de lá, a questão da mistura. (Branquinha).

Por outro lado, quando se tem uma concepção formada sobre o que seria o caboclo da região pesquisada, emergem as discussões sobre a marginalização dessa cultura, como é possível observar na fala da professora Café com Leite. Ela expressou com comoção tal aspecto, quando questionada sobre o que é ser caboclo.

Eu sinto que nós temos uma dívida com o caboclo... Isso é tão forte para mim sabe... [Comoção]. Eu penso que tudo o que sabemos sobre medicina, nós devemos ao índio e ao caboclo! Porque o caboclo foi uma miscigenação a partir do índio e das culturas que se encontram a partir dali. Eu penso que a nossa medicina, a nossa forma de vida, a nossa valorização das pessoas. (Café com Leite).

E aí surgem outros modos de representar o caboclo, que não pela cor da pele ou pela pobreza, mas pela riqueza cultural. Faz-se necessário deixar claro que, quando os professores expressam a ideia de cor, raça ou pobreza como aspectos relacionados

ao caboclo, não falam de uma representação criada por eles, tampouco escolhida. É possível ter essa compreensão a partir de Bourdieu (1996), quando ele expressa que o poder simbólico gera diversas representações, as quais não escolhemos, pois elas são construídas social e historicamente e as interiorizamos nas estruturas sociais. Portanto, a forma como se entende o caboclo se estende por diversos outros lugares, já que, além da fala dos professores, a revisão das pesquisas que estudam o caboclo no Brasil permite essa afirmação. A escola é parte da sociedade, logo, também reproduz as representações criadas pela sociedade.

Foi possível constatar que os professores conhecem alguns aspectos da cultura cabocla, porém, não existe um reconhecimento desses aspectos enquanto parte da identidade cabocla na região em estudo. Revisitando o pouco conhecimento sobre quem é o caboclo, manifestado pelos entrevistados, constata-se que a marginalização dessa cultura promoveu a perda de sua identidade. Entretanto, alguns costumes atravessam gerações e permitem emergir aquilo que poderia ser dito sobre o caboclo do Oeste catarinense, ao invés da imagem pejorativa que se construiu ao longo do tempo.

O “ser caboclo” ganha, no universo expresso pelos professores, diversas significações, emergindo a necessidade de oportunizar à escola saber um pouco mais sobre essa etnia. São, portanto, constatações que oportunizam melhor entender os diferentes grupos que se constituem a partir da colonização do país e exigem maior conhecimento. Porém, é preciso que seja referenciada a ressignificação atribuída por eles de maneiras diferentes em cada lugar, fazendo-se necessário evidenciar a diversidade cultural brasileira.

A (in)visibilidade da cultura cabocla

Em uma primeira análise, pode-se pensar que os conteúdos escolares, como a Guerra do Contestado⁹, por exemplo, permitem visibilidade ao papel do caboclo na história de Santa Catarina. Porém, basta um olhar mais atento, como já se evidenciou neste texto, para se perceber uma representação sobre o “ser caboclo”, superficial e atravessada de estereótipos. Falta conhecer e reconhecer essa cultura na região e, ainda, há

carência de uma formação inicial e continuada que subsidie os conhecimentos dos professores sobre o tema. Todavia, eles demonstram interesse em estudar sobre o assunto.

Foi possível identificar que os professores entrevistados buscam desenvolver práticas inclusivas e diferenciadas e preocupam-se com a forma com que os conteúdos são apresentados à escola, por exemplo, nos materiais didáticos. Na tentativa de expressar as suas abordagens, os entrevistados realizam algumas falas que sugerem atividades que citam o caboclo e sua participação no contexto histórico, de outra forma, em outros momentos das entrevistas, deixam claro que não existe uma abordagem sobre a cultura cabocla em si. Assim, emerge a (in)visibilidade da cultura cabocla na escola que favorece a difusão das representações sociais já construídas na formação da cultura cabocla.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em seu artigo Art. 26, parágrafo 4º, deixa claro que a educação básica deve proporcionar o conhecimento e reconhecimento das diferentes culturas que são bases da formação do povo brasileiro: indígena, africana e europeia. Por outro lado, tais conteúdos acabam sendo trabalhados, na maioria dos casos, apenas em virtude de sua “obrigatoriedade” e, muitas vezes, ficam atrelados a algumas datas e representações específicas, pois a formação dos professores não dá conta de todos os processos interculturais que perpassam a escola, junto com eles, o da cultura cabocla.

[...] por exemplo, a gente trabalha o negro e trabalha o índio, mas a gente não trabalha além disso. E o índio, que é o índio. E só! O índio como aquele que vive lá na aldeia, a gente leva lá visitar a aldeia ou fala do negro que foi escravizado para trabalhar, o negro como escravo, não o negro como hoje que pode ser empresário ou pode ser um professor, pode ser uma pessoa importante, não, a gente não trabalho o negro, eu acho que assim, se trabalha negro como escravo, em que ele ajudou, mas ajudou como escravo e qual foi a contribuição. Mas caboclo, o termo caboclo eu não lembro de ter usado. (Cor de Cuia).

Com essa afirmação, é possível reiterar que falta reconhecimento não só em relação à abordagem da cultura cabocla. Algumas culturas que compõem o Brasil são trabalhadas em virtude de uma exigência

legal. A nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de 2017, deixa clara a necessidade de cada região dar visibilidade para as particularidades culturais existentes, revisando a marginalização histórica que inferioriza muitos grupos.

No Brasil, um país caracterizado pela autonomia dos entes federados, acentuada diversidade cultural e profundas desigualdades sociais, os sistemas e redes de ensino devem construir currículos, e as escolas precisam elaborar propostas pedagógicas que considerem as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes, assim como suas identidades linguísticas, étnicas e culturais. (BRASIL, 2017, p. 15).

Existe, portanto, um desafio, o de rever as concepções históricas que representam os grupos sociais que compõem o lugar em que a escola está inserida. Do contrário, as atividades escolares não darão conta de abordar com equidade todas as culturas que permeiam seu universo. Pois, “não havendo nenhum sujeito social capaz de ignorá-lo praticamente, as propriedades simbólicas, mesmo as mais negativas, podem ser utilizadas estrategicamente em função tanto dos interesses materiais como dos interesses simbólicos de seu portador” (BOURDIEU, 1996, p. 108).

Alguns professores, ao dialogar sobre os elementos apresentados, deixam claro que tais conteúdos não são abordados. Uma das professoras entrevistadas, que ministra a disciplina de Arte, apresenta a seguinte compreensão:

Na nossa região eu não vejo tanto isso, mas deveria existir, porque é uma cultura. Como você falou da festa do Divino eu já vi isso. Popular. E nossa! Riquíssima de informação, de cores, de oração, [...] de música. Eu não vejo ser trabalhado, nem mesmo na área de arte. Aqui já não tem essa característica forte. (Pálida).

Relações possíveis de serem feitas entre as diferentes formas de se relacionar com as histórias, as festas populares, por exemplo, as diferentes formas de cultivar a festa do Divino em cada região do país, com as mesmas origens e versões parecidas, acabam não acontecendo porque o conteúdo abordado nas escolas, muitas vezes, guia-se por uma cultura

dominante, e a formação docente segue esses mesmos caminhos. Como destaca Bourdieu (2013, p. 59), “a igualdade formal que pauta a prática pedagógica serve como máscara e justificação para a indiferença no que diz respeito às desigualdades reais diante do ensino e da cultura transmitida, ou, melhor dizendo, exigida”.

Não se tem a pretensão, aqui, de estabelecer uma regra sobre o que trabalhar com os estudantes ou quando trabalhar, mas instigar uma formação intercultural que valorize a cultura local para que a escola não seja uma reprodutora de conteúdos normatizados que muitas vezes referenciam apenas a cultura dominante.

Observa-se que o universo da escola pode proporcionar a abordagem da cultura cabocla em diversas atividades que, não necessariamente, precisam estar associadas a uma única disciplina ou área do conhecimento. Verifica-se isso quando os professores, apresentam diversas possibilidades e, ao mesmo tempo, dizem não trabalhar ou ver esse conteúdo desenvolvido com os estudantes.

Um conteúdo citado pelos professores é a Guerra do Contestado. A professora Corada menciona ter desenvolvido tal temática com os estudantes, “[...] esse sim, eu ia dizer, mas ‘esse João Maria’ eu já trabalhei¹⁰, mas não lembro se era João Maria, então era esse, ele eu já trabalhei. [...] eu já trabalhei sobre ele, por causa da Guerra do Contestado” (Corada).

Tal abordagem perpassa o estudo de aspectos que têm ligação com o caboclo da região Oeste. Porém, o que se propõe é uma abordagem capaz de valorizar aspectos culturais que representam a identidade cabocla, não somente os conflitos de terra e a expurgação dessas pessoas desde o princípio da colonização. A diferença reside no fato de que as lembranças valorizam e revelam costumes e crenças de algumas etnias como referência (principalmente italiana, alemã e polonesa), enquanto outras permanecem latentes. É o que ocorre com os caboclos, mesmo que a região tenha a presença significativa dessa etnia desde o princípio da colonização. Os estudos sobre o assunto direcionam para a compreensão de que os aspectos dessa cultura não são valorizados.

Por fim, a professora Corada deixa claro que algumas abordagens presentes no cotidiano escolar

têm relação com aspectos da cultura cabocla, mas que ela nunca trabalhou referenciando tal etnia.

Penso que são coisas assim, eu me identifico mais com coisas que vivi do que com o que foi passado para as crianças. Aqui também por causa da Guerra do Contestado, que eu já conhecia, mas especificamente, nunca trabalhei. É isso aí, a festa do Divino e o monge José Maria, que foi o que eu trabalhei já, mas não ligado a essa cultura. (Corada).

Em relação à festa do Divino, a professora diz ter trabalhado referenciando a cultura açoriana e aspectos da colonização do litoral catarinense. A festa do Divino e o Terno de Reis também são enaltecidos pelos caboclos da região em estudo, mas nesse contexto tais festividades foram marginalizadas, porque a cultura cabocla como um todo não é referência no cenário estudado.

Sobre abordar ou não os aspectos da cultura local, todos os entrevistados demonstraram interesse no assunto e comentaram que buscam desenvolver práticas que rememorem alguns costumes antigos para os estudantes conhecerem a história do lugar em que vivem. O professor Jambo demonstra buscar essas práticas desenvolver essas práticas, porém, assim como as outras entrevistadas, compreende a falta conhecimento sobre quem é o caboclo.

Eu já trabalhei algumas questões indígenas, pensei que poderia ter a ver, algumas brincadeiras, enfim, porque eu trabalho com ‘resgate’ da cultura popular, então de repente alguma coisa nesse sentido até seja da cultura cabocla, mas não sei se é especificamente. Teve uma boneca de sabugo que uma aluna trouxe esses dias que estava fazendo alguns trabalhos de ‘resgate’ da cultura. (Jambo).

Compreende-se que essa cultura se modifica (KUPER, 2002), e que a escola vive as mudanças intensamente, estabelecendo desafios entre o mundo e suas evoluções, assim como o contexto histórico diz muito de cada um de nós. Sendo assim, a abordagem de Kuper (2002), sugere que todas as culturas devam ser valorizadas e a escola precisa viabilizar esse reconhecimento intercalando passado, presente e futuro. Para isso, a formação docente precisa ser contínua e atender as necessidades dos educadores em cada contexto.

Faz-se necessária a formação intercultural, a qual também é resultado de fragmentos das histórias híbridas e coloca em esfera. Essa também é resultado de fragmentos das histórias híbridas, colocando em esfera seu poder inovador (CANCLINI, 2015). Para o autor, os processos de hibridação se dão nos mais diversos contextos e, como o intercultural é fruto disso, necessitamos dialogar e conviver com diferentes culturas. Não é possível estabelecer sujeitos da interculturalidade, como se faz quando se referenciam esses sujeitos como indígenas, afrodescendentes e do campo, fato comum na educação e em muitos outros contextos. Assim, não se pode trabalhar na perspectiva da interculturalidade apenas quando falamos de alguns grupos, mas em todas as abordagens que referenciam a cultura.

A escola enquanto espaço de (re)conhecimento

Diante do cenário que emergiu na fala dos professores sobre a escola na sua complexidade, ficou visível a necessidade de repensar aspectos que se reproduzem nesse espaço. Os professores compreendem que existe a possibilidade e a necessidade de que os elementos da cultura cabocla sejam ditos na escola e que trazer a cultura cabocla para as práticas escolares pode ser uma forma de (re)conhecimento, por referir-se à história de muitos estudantes e professores. Quando essa abordagem valorizar o caboclo, muitas identidades escondidas, negadas ou desconhecidas poderão ser reveladas e, assim, compreenderemos um pouco mais daquilo que também nos constitui.

Como resultado da análise das entrevistas, é possível concluir que os professores visualizam a importância da cultura cabocla na história da região e reconhecem a necessidade de ser repensada na escola. Nossa cultura nos constitui e não há por que a escola ficar alheia. É nela que se busca desenvolver as apreensões sobre quase tudo, o eu e o mundo, interligando aquilo que compõe os sujeitos e o contexto que faz parte de suas histórias do presente e do pensar sobre o futuro. Saber sobre a própria identidade só poderia fortalecer a escola, pois, valorizando a cultura, instiga-se a observar aquilo

que compõem cada ser. Assim, pode-se permitir/ampliar a compreensão do outro dentro da sua diferença.

Também, é como a gente fala, assim, a gente não para. Porque é tão colocado, italianos, alemães. 'Porque vieram em maior número, porque ainda é muito predominante, porque a maioria das outras pessoas são e acaba ficando nisso'. Mas muita coisa, aqui dá para trabalhar, é tudo o que a gente trabalha das outras culturas! (Corada).

Assim, compreende-se que a região em estudo observa com diferenciação a contribuição dos diversos grupos para a própria formação. A escola, integrada nesse mesmo ambiente, acaba reproduzindo tais aspectos.

Assim, o que está implícito nessas relações com a linguagem é todo o significado que as classes cultas conferem ao saber erudito e à instituição encarregada de perpetuá-lo e transmiti-lo. São as funções latentes que essas classes atribuem à instituição escolar, a saber, organizar o culto de cultura que pode ser proposta a todos, porque está reservada de fato aos membros das classes às quais ela pertence. É a hierarquia dos valores intelectuais que dá aos manipuladores prestigiosos de palavras e ideias superioridade sobre os humildes servidores das técnicas. É, enfim, a lógica própria de um sistema que tem por função objetiva conservar os valores que fundamentam a ordem social. (BOURDIEU, 2013, p. 63).

Mesmo compreendendo que na escola as práticas muitas vezes são reproduzidas a partir de ideias hegemônicas, pela falta de reconhecimento em relação a algumas culturas, a professora Corada expressa ser possível apresentar as manifestações caboclas que são parte da história familiar de muitos sujeitos presentes na escola, para que se possa saber e dizer o que é ser caboclo, ou o que faz uma pessoa ser cabocla. "Então depende muito de como se coloca e se o professor tivesse mais possibilidades de conhecer e de saber o que é ser caboclo, o que faz uma pessoa ser cabocla, penso que abriria muitas portas". (Corada).

Compreende-se que, se os professores tivessem conhecimento e reconhecimento do que identifica o caboclo da região, seria possível a

valorização de uma cultura que faz parte do contexto histórico das famílias das crianças que ali aprendem e aprendem.

Sobre o fato de existir uma certa camuflagem no que se refere à abordagem da cultura cabocla na escola, a professora Cor de Cuia critica o fato de deixarmos à margem o fazer cultural local. “A gente teria que trabalhar o que é nosso, o que é daqui e o caboclo é uma coisa nossa [...]. Esquece-se às vezes, a nossa cultura, coisas que se passa de pai para filho, [...] são deixadas de lado. Eu acho que é importante sim”!

Assim também expressa a professora Queimada de Sol: “Se existe uma relação? Se não existe, deveria! Para mim isso é natural”. Os entrevistados expressam ser possível e relevante trabalhar tais aspectos, pois permitem conhecer aquilo que somos. Dessa forma, pensando na interculturalidade, é possível perpassar por todos os aspectos do “ser caboclo”, assim como deixa claro a professora Branca Melada. “Tudo! Eu penso que como um todo, de alguma forma, respeitando as diversas culturas é possível trabalhar tudo se quisermos”.

Com entusiasmo, as professoras Cabocla, Polaca e Branquinha dialogam e corroboram entre si sobre a importância de trazer tais aspectos para a escola.

Mas pense, se fosse fazer uma pesquisa com os alunos, quanta coisa que não iria vir de casa. Quanta contribuição! (Cabocla).

Sim! (Polaca).

Mas até para que eu possa identificar, isso é dessa cultura e não daquela. (Branquinha).

Essa mesma percepção emerge na fala da professora Pálida, que deixa clara a sua admiração por tais aspectos.

Eu de arte, sou suspeita em falar, mas eu penso que se nós tivéssemos, seria uma coisa riquíssima, mas a gente não tem. Então deveria ser sim, trabalhado. Porque nós não temos esse acesso aqui. É uma coisa que não existe. Já pensou ‘resgatar’ isso! Começar a sair todos os caboclos e começar a fazer essas danças [...] é algo que deve ser!

Foi possível constatar a partir das entrevistas que os professores compreendem que essa abordagem se faz relevante. Fica claro que, assim como outras práticas relacionadas à interculturalidade, inclusão e demais aspectos que perpassam a escola, esses temas estão sendo pensados. Porém, existem algumas questões que necessitam de uma compreensão de toda a sociedade.

Por esse viés, posicionamo-nos no sentido de que o instigar essa prática intercultural na educação básica pode ser um começo, possibilitando que sejam manifestados de maneira equitativa os diversos elementos culturais que desenharam o cenário do lugar em que se vive. Também é preciso rever outros contextos, outras representações presentes no país inteiro.

Considerações finais

O estudo sobre o “ser caboclo” na região Oeste catarinense nos permite dizer que não é a cor nem o tipo físico que definem a identidade cabocla, mas a hibridação entre costumes que se intercalam e geram uma nova cultura. Fica a compreensão de que o caboclo é uma etnia dentre tantas no Brasil, que carrega a mestiçagem e a hibridação como essências e que se diz pelos seus aspectos culturais.

A pesquisa de campo que permitiu a coleta de dados apresentados neste texto oportunizou o diálogo entre o resultado do estudo documental e a realidade da escola. A analogia entre o “ser caboclo” e as representações dos professores possibilitou a compreensão de que o entendimento dos professores está direcionado para aquela representação histórica, pautada em uma relação de poder, dita por quem escrevia a história “oficial”, portanto, expressava seu ponto de vista, muitas vezes desproporcional ao que de fato retratava o caboclo. Concluímos que não existe uma única definição/representação por parte dos entrevistados, pois os professores estabelecem diferentes entendimentos sobre quem é o caboclo da região em estudo.

O contexto das práticas escolares revela resultados imbricados de incertezas, pois alguns professores, ao serem questionados sobre as abordagens da cultura cabocla na escola,

referenciaram as atividades sobre a história da região e algumas lendas do folclore brasileiro. Porém, em outro momento, esses mesmos professores disseram não trabalhar o caboclo em si. Ainda, o fato de as suas compreensões sobre quem é caboclo variarem muito, dificultou elencar em que momentos tais abordagens poderiam ocorrer na escola. Por fim, concluímos que a escola não apresenta os aspectos da cultura cabocla do mesmo modo que faz em relação ao colonizador, conduzindo para a (in)visibilidade da cultura cabocla na escola e na região em estudo.

Por conseguinte, é uma demanda da escola reconhecer que a formação inicial e continuada dos professores deve adentrar mais na interculturalidade. É preciso fazer com que a interdisciplinaridade deixe de ser um discurso impresso no papel e isso não depende só dos professores. É necessário que o (re)conhecimento do “ser caboclo” se estenda para além da escola. E os materiais didáticos precisam dar conta de todos os aspectos culturais locais em diálogo com outras manifestações culturais.

Apresentamos as propostas presentes nos documentos que regem a educação, em especial a BNCC, para expressar que tudo está normatizado há um bom tempo. Faz tempo que se fala de interculturalidade, mas não a compreendemos de fato. Tem-se pensado na interdisciplinaridade como fator essencial à educação, mas não se oportuniza que ela se efetive. Está normatizado que os professores devem trabalhar a cultura local, mas os materiais disponibilizados, assim como a formação dos professores, não propiciam a valorização de todas as culturas do mesmo modo. Visualizando essa conjuntura, elencamos como possíveis caminhos a serem trilhados: expandir o (re)conhecimento do “ser caboclo” para além da academia e da escola; buscar mais elementos que referenciam a cultura cabocla na região; proporcionar formação docente que abarque a interculturalidade; efetivar a prática da interdisciplinaridade nas escolas; repensar a estrutura da escola; valorizar a cultura brasileira como um todo e pensar os currículos com base nessa valorização.

Sabemos que tudo isso já foi dito de alguma forma, paradoxalmente também sabemos que isso não ocorre na prática, do contrário a escola não estaria alheia à cultura cabocla e tantas outras.

Ao revisitar alguns estudos que permitiram dizer sobre a existência de uma representação histórica, concluímos que muitos brasileiros ainda não compreendem a identidade cabocla. Também chegamos ao entendimento de que muitas representações construídas no decorrer da história depreciam a imagem do caboclo e oportunizam o preconceito histórico vivenciado no país sobre essa etnia. Na maioria dos casos, a força da representação construída sobre os caboclos não é proporcional ao seu valor de verdade.

Notas

1 A cultura cabocla do Oeste catarinense e a escola: histórias não ditas (SOUZA, 2019). A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos – CEP da Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó, em 24/Ago/2018, parecer 2.841.129.

2 A escuta dos caboclos foi realizada no ano de 2006, por meio do projeto de inventários das culturas imateriais do Oeste catarinense. As entrevistas foram gravadas em fitas K7 e totalizam quase 1.000 páginas transcritas disponíveis no Banco de Dados do Centro de Documentação do CEOM. (CEOM, 2008).

3 Sugerimos ler Souza, Bernardi, Santos (2020) e conhecer sobre a primeira etapa de categorização, pensando do Ser caboclo.

4 Registra-se aqui a homenagem à professora Corada, que inspirou na criação deste título.

5 O diálogo com os professores foi desenvolvido com base nos elementos elencados a partir da análise das entrevistas realizadas pelo CEOM. Dentre os elementos estavam: casa de chão batido, puxirão/mutirão, festa do Divino, o monge João Maria, os benzimentos, as brincadeiras, lendas e histórias típicas do grupo, dentre outros.

6 O termo bugre é constantemente utilizado na região. Não adentramos à questão neste estudo, mas compreendemos que uso dele é considerado impróprio. E que este representa o preconceito inserido na região desde o princípio da colonização.

7 João Maria de Agostini foi um eremita vindo da Itália que desembarcou na cidade do Rio de Janeiro, no dia 19 de agosto de 1844. Foi registrado no cartório de Sorocaba/São Paulo no dia 24 de dezembro de 1844. A figura de São João Maria é conhecida em meio aos caboclos como um profeta de Deus e as crenças nele depositadas fazem parte de um imaginário que não é só mitológico. É importante considerar que houve outros

monges que foram relacionados a essa ideia de um santo popular, ocupando uma posição tão semelhante dentro da cultura cabocla, a ponto de não serem dissociados.

8 Nesse ponto, um elemento muito presente é a figura do monge João Maria conforme apontado em nota de rodapé anteriormente.

9 Conflito social, político e messiânico que marcou a história dos estados do Paraná e de Santa Catarina no período de 1912 a 1916, conhecido como o primeiro movimento armado pela posse de terra (WOITOWICZ, 2015).

10 Referenciando a imagem de José Maria conhecido pela sua atuação na Guerra do Contestado (1912 a 1916), um dos seguidores do primeiro Monge João Maria.

Referências

ARRUDA, Elsa Correia de. **Entrevista concedida a Arlene Renk e Carolina Tedesco Linhares**. Chapecó – Barra do Rio dos Índios, 2006. Acervo CEOM/Unochapecó. Coleção História Oral Inventário Caboclo – CHOIC. Disponível em: http://pegasus.unochapeco.edu.br/ceom/ceom/index/index.php?codseq_imagem=7456&ficha=507. Acesso em 31 mar. 2022.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura**. In. Escritos de educação. 14 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** nº 9394/96. Brasília: 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular do Ensino Básico**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso em: 24 mar. 2020.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da Modernidade**. 4. ed. 6. reimp. São Paulo: EDUSP, 2015.

CEOM. **Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina**. Inventário da cultura imaterial cabocla no oeste de Santa Catarina. Chapecó: Argos, 2008.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 4 ed. revista pela nova ortografia. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

FORTES, Luis; FORTES, Cenira. **Entrevista concedida a Mirian Carbonera**. Chapecó, 2006. Acervo CEOM/Unochapecó. Coleção História Oral Inventário Caboclo – CHOIC. Disponível em: http://pegasus.unochapeco.edu.br/ceom/ceom/index/index.php?codseq_imagem=7310&ficha=507 . Acesso em 31 mar. 2022.

GONÇALVES, Saturnino; GONÇALVES, Honorata. **Entrevista concedida a Mirian Carbonera**. Caxambu do Sul, 2006. Acervo CEOM/Unochapecó. Coleção História Oral Inventário Caboclo – CHOIC. Disponível em: http://pegasus.unochapeco.edu.br/ceom/ceom/index/index.php?codseq_imagem=7468&ficha=507. Acesso em 31 mar. 2022.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guarabira Lopes Louro. 4 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Recenseamentos do Brasil, 1872 a 2010. 20---. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em: 24 mar. 2020.

KUPER, Adam. **Cultura: a visão dos antropólogos**. Tradução Mirtes Frange de Oliveira Pinheiros. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva**. 3 ed. rev. e ampl. Ijuí: Ed. Unijuí, 2016.

O GLOBO. **Todas as peles de Adriana Varejão são reunidas na mostra 'Polvo'**, em São Paulo. O Globo, Cultura. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/todas-as-peles-de-adriana-varejao-sao-reunidas-na-mostra-polvo-em-sao-paulo-12069345>. Acesso em: 24 mar. 2020.

OSORIO, Rafael G. A classificação de cor ou raça do IBGE revisitada. *In*: INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Características Étnico-raciais da População Classificações e identidades**. Rio de Janeiro, 2013.

PRESTES, Severino F. **Entrevista concedida a Mirian Carbonera e Esiquiela Listone**. Quilombo – Linha Vista Alegre, 2006. Acervo CEOM/Unochapecó. Coleção História Oral Inventário Caboclo – CHOIC. Disponível em: http://pegasus.unochapeco.edu.br/ceom/ceom/index/index.php?codseq_imagem=7478&ficha=507. Acesso em: 31 mar. 2022.

RENK, Arlene. **Narrativas da diferença**. Chapecó: Argos, 2004.

SANTOS, Jorge A. **Pedagogia y filosofía intercultural**. Los aportes de Paulo Freire. 2015. 310 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidad de Buenos Aires, UBA.

SOUZA, Maria de. **A cultura cabocla do Oeste catarinense e a escola: histórias não ditas**. 2019. 288 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2019.

SOUZA, Maria de; BERNARDI, Luci S.; SANTOS, Jorge A. Sobre “ser caboclo”: as vozes de caboclos do Oeste catarinense. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, [S. l.], v. 1, n. 77, p. 88-107, 2020. DOI: 10.11606/issn.2316-901X.v1i77p88-107.

WOITOWICZ, Karina Janz. **Imagem contestada: a guerra do contestado pela escrita do diário da tarde (1912-1916)**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2015.